

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO**  
**FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS**  
**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA RELIGIÃO**

LUIZ CESAR PINTO FERRAZ PIMENTEL

**REENCARNAR NO OCIDENTE:**  
TULKUS E A MANOBRA DE SUCESSÃO TIBETANA PARA DEFENDER O BUDISMO  
DO GENOCÍDIO RELIGIOSO CHINÊS

São Paulo  
2026

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO**  
**CIÊNCIA DA RELIGIÃO**

LUIZ CESAR PINTO FERRAZ PIMENTEL

**REENCARNAR NO OCIDENTE:**  
TULKUS E A MANOBRA DE SUCESSÃO TIBETANA PARA DEFENDER O BUDISMO  
DO GENOCÍDIO RELIGIOSO CHINÊS

São Paulo  
2026

LUIZ CESAR PINTO FERRAZ PIMENTEL

**REENCARNAR NO OCIDENTE:**

TULKUS E A MANOBRA DE SUCESSÃO TIBETANA PARA DEFENDER O BUDISMO  
DO GENOCÍDIO RELIGIOSO CHINÊS

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciência da Religião, sob orientação do Prof. Dr. Frank Usarski.

Data de apresentação: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA:**

---

Prof. Dr. Suzana Coutinho Ramos

---

Prof. Dr. Regina Yoshie Matsue

---

Prof. Dr. Wagner Lopes Sanchez

São Paulo

2026

## **AGRADECIMENTOS (I)**

O presente trabalho foi realizado com apoio da FUNDASP (Fundação São Paulo - mantenedora da PUC-SP).

## **AGRADECIMENTOS (II)**

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES)

*Esta dissertação é dedicada a Felícia Aparecida Auricchio e Gláucio Pinto Ferraz Pimentel, a quem lamento profundamente não terem conhecido o Gael nem este trabalho. Não houve um só dia, nos 4.501 e 4.232, desde seus falecimentos, até a data da escrita destas linhas, em que não tenha sentido a ausência de vocês.*

“Esta é a minha simples religião.  
Não há necessidade de templos;  
Não há necessidade de filosofia complicada.  
Nosso próprio cérebro, nosso próprio coração, é nosso templo;  
A filosofia é a bondade”  
Tenzin Gyatso, o 14° Dalai Lama do Tibete

### **AGRADECIMENTOS (III)**

Não haveria motivo para este trabalho existir se não fossem meus filhos: Nina, Lola e Gael. Agradeço aos três, pela inspiração involuntária e por serem o motor que me impulsiona a realizar coisas das quais, quem sabe, eles possam se orgulhar um dia.

Nesta jornada de pesquisa, muitas mãos me mantiveram no prumo. Guardo comigo o valor dos cafés com Bianca, Edgard e Edgardzinho Almeida Prado; o brilho e a sagacidade das conversas com Priscila Leone; a fraternidade do compadre Rodrigo e família Lima; e a parceria constante de Stephanie Marino. Sou grato à gentileza nata de Roberto Costard e Fábio Cascadura; à conexão sem fronteiras com Brian Turnbull e Bettina Hanna; e aos rituais de segunda-feira com Helena Paulino. Por fim, meu carinho aos meus irmãos de vida: Alessandro Lodi, o melhor advogado do país; Crystal Vencovsky, jurista de mão cheia; Samanta Takahashi, nossa advogada *overseas* (ti voglio molto bene, giapponese-italo-brasileira); e Thiago Costa, pelo essencial pontapé inicial.

## RESUMO

A presente dissertação investiga a manobra estratégica da liderança tibetana no exílio para garantir a continuidade de suas linhagens espirituais frente às tentativas de apropriação e controle do Budismo Tibetano pelo governo da República Popular da China. O problema central reside na análise de como o sistema de sucessão por reencarnação (tulkus) tem sido progressivamente deslocado para o Ocidente como ferramenta de sobrevivência geopolítica e resistência cultural após a invasão de 1950 e o exílio do 14º Dalai Lama em 1959. A pesquisa fundamenta-se nos conceitos de "religião e política combinadas" (*chos srid gnyis ldan*) e na teoria da transplantação religiosa para compreender a adaptação de uma tradição milenar ao contexto globalizado. Metodologicamente, o trabalho analisa os recursos de adaptação doutrinária, a instrumentalização política da sucessão – exemplificada pelo sequestro do 11º Panchen Lama, em 1995 – e a legitimidade dos tulkus ocidentais por meio do estudo de caso do brasileiro Lama Michel. Os resultados indicam que o reconhecimento de líderes espirituais nas Américas e na Europa configura uma estratégia de "hibridização estratégica" e desterritorialização da legitimidade, transformando o dogma da reencarnação na última linha de defesa da autonomia tibetana. Conclui-se que a internacionalização do sistema tulku atua como um "seguro de vida" institucional, desvinculando a preservação da linhagem do controle territorial chinês e garantindo a perpetuação da liderança em "território livre".

**PALAVRAS-CHAVE:** Budismo Tibetano. Geopolítica. Reencarnação. Tulkus Ocidentais. Resistência Cultural. China.

## ABSTRACT

This dissertation investigates the strategic maneuver of the Tibetan leadership in exile to ensure the continuity of its spiritual lineages against attempts by the People's Republic of China to appropriate and control Tibetan Buddhism. The central problem involves analyzing how the succession system by reincarnation (tulkus) has progressively shifted to the West as a tool for geopolitical survival and cultural resistance following the 1950 invasion and the

14th Dalai Lama's 1959 exile. The research is grounded in the concepts of "combined religion and politics" (*chos srid gnyis ldan*) and religious transplantation theory to understand the adaptation of a thousand-year-old tradition to a globalized context. Methodologically, the work analyzes doctrinal adaptation resources, the political instrumentalization of succession – exemplified by the 1995 kidnapping of the 11th Panchen Lama – and the legitimacy of Western tulkus through a case study of the Brazilian Lama Michel. Results indicate that the recognition of spiritual leaders in the Americas and Europe configures a strategy of "strategic hybridization" and deterritorialization of legitimacy, transforming the dogma of reincarnation into the final line of defense for Tibetan autonomy. The study concludes that the internationalization of the tulku system acts as an institutional "life insurance," decoupling lineage preservation from Chinese territorial control and ensuring the perpetuation of leadership in "free territory".

**KEYWORDS:** Tibetan Buddhism. Geopolitics. Reincarnation. Western Tulkus. Cultural Resistance. China.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>1 A CONSTRUÇÃO DA LIDERANÇA TIBETANA: FUNDAMENTOS HISTÓRICOS, DOCTRINÁRIOS E O SISTEMA DE TULKUS</b> .....	14
1.1 A BATALHA PELA LEGITIMIDADE .....	15
1.2 HISTÓRIA DA CULTURA E CIVILIZAÇÃO TIBETANAS .....	17
1.3 AS QUATRO ESCOLAS DO BUDISMO TIBETANO .....	19
1.4 TULKUS, OS LAMAS RENASCIDOS E RECONHECIDOS .....	21
1.5 DALAI LAMAS .....	26
1.6 BUDA, O PRECURSOR .....	29
<b>2 A INSTRUMENTALIZAÇÃO POLÍTICA DA REENCARNAÇÃO NO BUDISMO TIBETANO</b> .....	32
2.1 RELIGIÃO E POLÍTICA COMBINADAS: A LEGITIMAÇÃO DO NACIONALISMO .....	33
2.2 A SECULARIZAÇÃO ESTRATÉGICA E O CONFLITO SUCESSÓRIO .....	36
2.3 TESTAMENTO POLÍTICO DO 14º DALAI LAMA E FUTURO DA INSTITUIÇÃO .....	40
2.4 DA AMEAÇA BÁRBARA AO FASCÍNIO EXÓTICO: O IMAGINÁRIO CHINÊS.....	44
2.5 ACORDO DE 17 PONTOS E DISPUTA DE NARRATIVAS SOBRE SOBERANIA .....	48
2.6 A CAPTURA DA LINHAGEM: PANCHEN LAMA E CONTROLE DA SUCESSÃO .....	51
2.7 A CONSTRUÇÃO DO MITO DE SHANGRI-LA E O IMAGINÁRIO OCIDENTAL.....	55
<b>3 O FENÔMENO DOS TULKUS OCIDENTAIS: ESTRATÉGIA, ADAPTAÇÃO E RESISTÊNCIA GEOPOLÍTICA</b> .....	58
3.1 FUNDAMENTO TEÓRICO/LEGITIMIDADE	
– POLÍTICA DA REENCARNAÇÃO.....	59
3.2 FATOS EMPÍRICOS: GLOBALIZAÇÃO DOS TULKUS E ESTUDO DE CASO .....	69
<b>4 DISPUTA PELA LEGITIMIDADE: DALAI LAMA, CHINA E SOBREVIVÊNCIA</b> .....	79
4.1 CRISE SUCESSÓRIA E A ASCENSÃO DE LIDERANÇAS OCIDENTAIS.....	79
4.2 A ESTRATÉGIA DA SUCESSÃO E A RESISTÊNCIA DO 14º DALAI LAMA .....	82
4.3 A INFRAESTRUTURA DA DIÁSPORA: SUPORTE SOCIAL PARA SUCESSÃO.....	84
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	87
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	91

## INTRODUÇÃO

Desde o final do século XIV, a instituição do Dalai Lama centralizou a liderança estatal e espiritual do Tibete, consolidando uma hierarquia teocrática singular. A partir do século XVII, com o estabelecimento da figura do Panchen Lama, criou-se um sistema de reconhecimento mútuo nas linhas sucessórias reencarnatórias dos líderes espirituais, conhecidos como “tulkus”. Este mecanismo garantiu a estabilidade e a continuidade da tradição budista tibetana por séculos. No entanto, a invasão e anexação do Tibete pela República Popular da China em 1950 romperam essa estrutura, criando um cenário de ameaça existencial à cultura e à religião tibetanas.

A ocupação chinesa não resultou apenas na perda da soberania territorial, mas desencadeou um processo sistemático de destruição cultural. Estima-se que milhares de monastérios foram destruídos e a prática religiosa foi severamente restringida, sob a égide do princípio ateísta do Partido Comunista Chinês (Shayka, 1999).

Com o endurecimento das medidas restritivas e a repressão violenta, o 14º Dalai Lama, Tenzin Gyatso, juntamente com grande parte da liderança governamental e religiosa, partiu para o exílio na Índia em 1959, dando início a uma reconfiguração completa do Budismo Tibetano fora de seu território de origem (Gyaso, 2025).

O cerne do conflito contemporâneo reside na tentativa de apropriação do sistema reencarnatório pelo governo chinês. Pequim busca controlar a sucessão dos lamas para legitimar sua ocupação, permitindo o reconhecimento de tulkus apenas se houver alinhamento com o Estado.

O exemplo mais dramático dessa estratégia ocorreu em 1995, com o sequestro de Gedhun Choekyi Nyima, reconhecido pelo Dalai Lama como o 11º Panchen Lama, e sua substituição por um candidato escolhido pelo governo chinês (Pommaret, 2024). Esse caso evidenciou que a sobrevivência da tradição não poderia mais depender das estruturas geográficas tradicionais do Tibete ocupado.

Diante da impossibilidade de manter o sistema de sucessão livre de interferências dentro do Tibete, observa-se um fenômeno crescente e estratégico: a “transplantação” da liderança espiritual para o Ocidente. Se a

reencarnação tem como propósito a continuidade do trabalho do antecessor em benefício dos seres, e se tal trabalho é impedido no Tibete, a lógica teológica e política aponta para o renascimento em "território livre" (Gyatso, 2025).

O final do século XX e o início do século XXI marcam a ampliação do reconhecimento de tulkus nascidos nas Américas e na Europa, rompendo com uma tradição quase milenar de restrição étnica e geográfica.

Este movimento não é meramente acidental, mas configura uma manobra de adaptação e resistência. A iminência da sucessão do 14º Dalai Lama, que anunciou em 2025, aos 90 anos, que não renascerá sob o controle chinês, coloca em xeque a estratégia de Pequim e eleva a reencarnação ao status de ferramenta geopolítica.

O surgimento de lamas ocidentais, como o brasileiro Lama Michel — cujo estudo de caso será abordado nesta dissertação —, exemplifica a transição de uma religião "localizada" para uma "globalizada", garantindo a perpetuação da liderança fora do alcance do regime invasor.

Portanto, a presente pesquisa se orienta pela seguinte questão central, que sintetiza o problema geopolítico e religioso enfrentado: Desde que o Tibete foi invadido pela China em 1949, desde que a liderança de governo e religiosa na teocracia tibetana, o Dalai Lama, foi para o exílio em 1959, e desde que o sistema de sucessão por reencarnação das lideranças tibetanas não pôde mais acontecer no Tibete por conta da apropriação chinesa, as lideranças tibetanas progressivamente encarnam mais no Ocidente como estratégia para sobreviverem às tentativas chinesas de apropriação e controle do Budismo Tibetano?

A presente dissertação se propõe a investigar essa manobra estratégica da liderança tibetana no exílio para garantir a continuidade de suas linhagens espirituais. Para responder à questão central, a pesquisa estabelece os seguintes objetivos específicos:

- Analisar os recursos de sobrevivência e adaptação do Budismo Tibetano: Examinar como a religião se adapta às demandas de um mundo globalizado e às agressões sofridas em sua base estrutural, mantendo a tradição mesmo quando seus líderes nascem longe da comunidade original.

- Investigar a apropriação chinesa do sistema de tulkus: Pesquisar as motivações e métodos do governo chinês para controlar a sucessão dos lamas, questionando se o interesse se fundamenta em legitimação territorial ou em uma estratégia de assimilação cultural.
- Compreender a questão da sucessão sob a ótica geopolítica: Analisar a pretensão tibetana de garantir a sucessão do 14º Dalai Lama fora do controle de Pequim, considerando o precedente do sequestro do Panchen Lama.
- Explorar a legitimidade dos tulkus ocidentais: Investigar a viabilidade e a aceitação da reencarnação de lamas fora da etnia tibetana, utilizando estudos de caso como o de Lama Michel, como prova de conceito dessa estratégia de resistência.

O estudo se justifica pela urgência do momento histórico. O 14º Dalai Lama vive no exílio há mais de seis décadas, e sua idade avançada, combinada com o cenário de repressão na China, torna a questão sucessória iminente e crítica. A disputa pela legitimidade da próxima encarnação da autoridade máxima do Budismo Tibetano tem o potencial de redefinir o futuro de uma das mais antigas linhagens religiosas do mundo e impactar as relações internacionais na Ásia.

A repressão religiosa no Tibete, caracterizada pelo monitoramento estatal, destruição de centros de estudo como Larung Gar e a politização forçada do clero (CFR Editors, 2024), demonstra que o genocídio cultural está em curso. A resposta tibetana, ao internacionalizar suas linhagens sagradas, desafia as noções tradicionais de identidade nacional e religiosa.

Compreender este fenômeno é essencial não apenas para os estudos de Ciência da Religião, mas também para a análise de como tradições espirituais resistem e se reinventam diante de regimes autoritários e da globalização. A pesquisa busca, assim, lançar luz sobre como o sistema de reencarnação deixou de ser apenas um dogma de fé para se tornar a última linha de defesa da autonomia tibetana.

## **CAPÍTULO 1 - A CONSTRUÇÃO DA LIDERANÇA TIBETANA: FUNDAMENTOS HISTÓRICOS, DOCTRINÁRIOS E O SISTEMA DE TULKUS**

Este capítulo se propõe a mergulhar na complexa interação entre religião, política e cultura no contexto do Budismo Tibetano, com foco central na figura do Dalai Lama e no sistema de reencarnações (tulkus). Ao longo das próximas seções, antecipo a análise aprofundada de como essa tradição milenar se adapta e resiste diante das severas pressões geopolíticas impostas pela China, especialmente frente à iminência da sucessão do 14º Dalai Lama e à contínua ocupação chinesa do Tibete desde 1950.

Abordarei a tentativa de Pequim de instrumentalizar a sucessão para fins políticos e a estratégica resposta tibetana de internacionalizar o reconhecimento de tulkus, incluindo a crescente presença de lamas ocidentais, como uma manobra geopolítica para preservar a autonomia e a autenticidade da tradição.

No âmbito desta dissertação, a função primordial deste capítulo é estabelecer as bases conceituais e históricas que sustentam a problemática central da pesquisa, que investiga de que forma o sistema de reencarnação dos tulkus, particularmente com o surgimento de lamas ocidentais, representa uma estratégia de adaptação e resistência do Budismo Tibetano.

Ao contextualizar a história, a estrutura doutrinária e as escolas do Budismo Tibetano, bem como as dinâmicas da ocupação chinesa e a perspectiva ocidental, o capítulo fornece o alicerce teórico e empírico necessário para compreender a profundidade do conflito pela legitimidade da liderança religiosa e política tibetana, justificando a relevância da reencarnação como campo de batalha geopolítico.

Para atingir esses objetivos, a organização do raciocínio será tripartite, desdobrando-se em seções que abordam a História da Cultura e Civilização Tibetanas, as Quatro Escolas do Budismo Tibetano e, por fim, os tulkus (os lamas renascidos e reconhecidos).

A primeira seção oferecerá um panorama histórico da formação da cultura tibetana, destacando as influências externas e a consolidação da teocracia dos Dalai Lamas. Em seguida, explorar as características distintas das principais escolas do Budismo Tibetano, com ênfase na escola Gelugpa, à qual pertence o Dalai Lama, para entender a diversidade doutrinária e organizacional.

Por fim, a seção sobre os tulkus detalhará o princípio da reencarnação, suas características no Budismo Tibetano e o complexo processo de reconhecimento, incluindo a emergência e o significado geopolítico da ocidentalização desse sistema, elementos cruciais para a compreensão da disputa pela sucessão da liderança tibetana em um cenário globalizado e de intensa repressão cultural.

## **1.1 A batalha pela legitimidade**

A complexa interação entre religião, política e cultura constitui um campo de investigação fundamental para a compreensão das dinâmicas sociais e geopolíticas contemporâneas. No cenário asiático, o Budismo Tibetano e sua singular estrutura de liderança, ancorada na figura do Dalai Lama e no sistema de reencarnações (tulkus), oferecem um prisma privilegiado para analisar a resiliência e a adaptação de tradições milenares frente a desafios geopolíticos e sociais.

Desde o século XIV, a liderança estatal e espiritual do Tibete concentrou-se no Dalai Lama. Posteriormente, a partir de 1642, a figura do Panchen Lama foi instituída como a segunda na hierarquia, assumindo, entre outras funções, a responsabilidade pelo reconhecimento recíproco nas linhas sucessórias reencarnatórias dos líderes espirituais.

A relevância deste tema transcende as fronteiras geográficas do Tibete, inserindo-se em um debate mais amplo sobre a vitalidade das tradições religiosas em um mundo secularizado e em constante disputa por narrativas.

O budismo, historicamente, tem sido frequentemente subestimado nos estudos geopolíticos, muitas vezes relegado a uma nota de rodapé ou visto como um enigma. No entanto, a trajetória do Budismo Tibetano desmistifica essa visão passiva, revelando-se um ator dinâmico e estratégico na geopolítica asiática.

A iminência da sucessão do 14º Dalai Lama, que completou 90 anos em 2025, e a contínua ocupação chinesa do Tibete desde 1950, elevam a questão da sucessão a um ponto crítico na interseção entre religião, legitimidade e agência política. O governo chinês impõe restrições severas, como a proibição da devoção ao Dalai Lama e o controle sobre os mosteiros, com o objetivo de

enfraquecer a conexão dos tibetanos com sua religião e fortalecer o domínio chinês (CFR Editors, 2024).

O cenário atual é de intensa disputa pela continuidade de uma das mais antigas e carismáticas linhagens religiosas do mundo. Após a morte do 10º Panchen Lama em 1989, Gedhun Choekyi Nyima, reconhecido pelo Dalai Lama como a 11ª reencarnação, foi sequestrado pelas autoridades chinesas em 1995 e permanece desaparecido desde então (Fischer, 2021). Segundo a tradição, o reconhecimento da reencarnação do Dalai Lama cabe ao Panchen Lama, o que, diante do controle chinês, coloca em risco a autonomia religiosa tibetana.

Nesse contexto de repressão e manipulação, emerge um problema central: como uma religião milenar, cuja liderança e continuidade dependem de um complexo sistema reencarnatório, se adapta e busca sobreviver diante de um genocídio religioso e cultural promovido por uma potência ateísta? A resposta a essa questão se desdobra na compreensão do princípio da reencarnação, fundamental para a tradição.

A reencarnação no budismo não se refere à transmigração de uma alma permanente, mas à continuidade de um fluxo mental que carrega impulsos e tendências cármicas (Sutra, 1999). No Budismo Tibetano, esse conceito se materializa no sistema dos tulkus, líderes espirituais reencarnados que são reconhecidos e treinados para dar continuidade às linhagens de sabedoria e compaixão.

Diante da política de genocídio cultural e religioso, a liderança tibetana no exílio tem empreendido uma manobra estratégica crucial: o reconhecimento de reencarnações de tulkus no Ocidente. Essa iniciativa, que tem ganhado força nas últimas décadas, representa não apenas uma adaptação geográfica e cultural, mas um ato geopolítico de resistência.

A declaração do Dalai Lama sobre sua futura reencarnação "em território livre" (Gyatso, 2025) reforça essa estratégia, desafiando a tentativa de Pequim de instrumentalizar a sucessão para fins políticos e garantindo a continuidade de sua tradição fora do controle chinês.

A resposta à questão sobre a forma como o sistema de reencarnação dos tulkus — particularmente com o surgimento de lamas ocidentais — representa uma estratégia de adaptação e resistência diante do genocídio religioso e cultural promovido pela China, demanda um exame multifacetado.

Inicialmente, é imperativo analisar a adaptação do Budismo Tibetano às demandas de um mundo em transformação e às agressões sofridas em sua base estrutural. Concomitantemente, deve-se investigar a tentativa de apropriação chinesa dessa religião, questionando se tal interesse repousa em motivações territoriais ou em uma estratégia de ascensão cultural mais ampla.

Nesse cenário, torna-se essencial estabelecer quais são as diretrizes estratégicas das lideranças tibetanas para preservar a autenticidade da tradição. A análise se estende, inevitavelmente, à compreensão da identidade nacional tibetana em um contexto onde lideranças espirituais nascem no exílio, o que leva à necessidade de explorar a legitimidade e a viabilidade da reencarnação de tulkus fora da comunidade tradicional, especialmente no Ocidente.

Por fim, examina-se o complexo processo de transplantação religiosa dessas lideranças que passam a atuar longe de suas esferas geográficas e culturais de origem.

## **1.2 História da cultura e civilização tibetanas**

A análise da cultura e da civilização tibetanas revela o papel fundamental das influências externas, especialmente provenientes da China imperial e da Índia budista, no desenvolvimento intelectual e literário do Tibete. O progresso literário e intelectual tibetano, em grande medida, é inconcebível sem considerar esses impactos duradouros, que tanto estimularam quanto direcionaram a evolução das formas literárias autóctones (Sørensen, 2013).

Entre os registros históricos e paleográficos mais antigos do Tibete, destacam-se os manuscritos de Dunhuang, descobertos em uma biblioteca do século X nas Grutas de Mogao, na atual província de Gansu, China. Esses documentos evidenciam a forte influência chinesa na documentação de assuntos históricos e, ao mesmo tempo, demonstram a ausência ou a pouca presença de elementos budistas em seus conteúdos originais, sendo predominantemente obras de escribas e historiadores da corte tibetana (Dotson, 2009; Van der Kuijp, 2004).

A importância desses manuscritos reside no fato de que, sem eles e sem os fragmentos de textos tibetanos encontrados na Ásia Central ao longo da Rota da Seda, o conhecimento sobre nomes, títulos e identidades de figuras históricas

tibetanas, bem como sobre eventos e práticas administrativas do Império, seria severamente limitado. Além disso, tais fontes permitiram o estabelecimento de uma cronologia mais precisa do período imperial tibetano, complementando informações provenientes dos Anais Tang, até então considerados a fonte mais confiável sobre a história tibetana do século VII (Sørensen, 2013; Cabezón & Jackson, 1996).

A historiografia tibetana caracteriza-se por uma narrativa histórica essencialmente fluida, frequentemente alegorizada e permeada por elementos míticos e religiosos, conforme analisado por Hayden White e Gabrielle Spiegel (White, 1987; Spiegel, 1987).

A influência indiana, por sua vez, foi ainda mais profunda e duradoura, especialmente após a criação do alfabeto tibetano, derivado de modelos indianos, por volta de 630 d.C. Essa inovação possibilitou a rápida elaboração de códigos legais e a tradução de clássicos budistas indianos (e também chineses) para o tibetano, promovendo uma budistização precoce da literatura local (Cabezón & Jackson, 1996; Diemberger & Wangdu, 2000).

Por quase um milênio, as instituições budistas exerceram papel central não apenas na esfera religiosa, mas também como potências econômicas e políticas, especialmente após a fragmentação do Estado tibetano no século IX.

No contexto literário, a transmissão do cânone budista e de sua vasta literatura interpretativa tornou-se central, influenciando a produção textual tibetana. Os modelos narrativos presentes na literatura canônica budista serviram de base para a criação de obras históricas e biográficas, sendo que a classificação dos gêneros literários tibetanos frequentemente mescla elementos seculares e religiosos, dificultando uma separação clara entre essas esferas (Cabezón; Jackson, 1996).

Entre as fontes historiográficas mais antigas, destacam-se os Antigos Anais Tibetanos (P.T. 1288, I.O. 750, B.M. Or. 8212) e a Antiga Crônica Tibetana (P.T. 1286 e 1287), que representam, respectivamente, a mais antiga história cronográfica existente e a mais antiga narrativa épica conhecidas do Tibet. Essas obras evidenciam a influência das convenções administrativas chinesas e inauguram uma tradição historiográfica que, posteriormente, seria marcada por manipulações dogmáticas e ideológicas, sobretudo após o predomínio da escrita monástica e sectária (Sørensen, 2013; Dotson, 2009).

A partir do século X, com o renascimento budista, a historiografia tibetana passou a se concentrar na história das instituições monásticas e clericais, refletindo a descentralização política do período e a simbiose entre autoridade religiosa e poder aristocrático local (Sørensen; Hazod, 2007).

Esse contexto favoreceu a fusão entre religião e política, conceito expresso em termos como *chos srid gnyis ldan* (literalmente, "duas coisas, Dharma e política" com significado de "sistema dual de religião e política), que culminaria no governo teocrático dos Dalai Lamas a partir do século XVII (Cüppers, 2004; Schuh, 2004).

### **1.3 As quatro escolas do Budismo Tibetano**

O Budismo Tibetano tem suas raízes na introdução do Budismo no Tibete, que ocorreu no século VIII (Beckwith, 1987; Richardson, 1980). O principal responsável por essa introdução foi o mestre indiano Padmasambhava, também conhecido como Guru Rinpoche. Ele desempenhou um papel crucial na disseminação dos ensinamentos budistas no Tibete, integrando-os às tradições e crenças locais, especialmente ao culto indígena Bon, que incluía a crença em divindades, a prática de rituais e a existência de monges e mosteiros (Samuel, 1993).

Padmasambhava, junto com o tradutor tibetano Shantarakshita, estabeleceu as bases do Budismo no Tibete, fundando o primeiro mosteiro, Samye (Diemberger; Wangdu, 2000).

Este momento é considerado um ponto de virada para o desenvolvimento do Budismo Tibetano, que evoluiu ao longo dos séculos em várias escolas e tradições, cada uma com suas próprias características e práticas. Assim, enquanto Padmasambhava é frequentemente visto como uma figura central na fundação do Budismo Tibetano, a tradição se desenvolveu através de uma rica interação entre diversas influências culturais e religiosas ao longo do tempo (Wang-Toutain, 2016).

O Budismo Tibetano é composto por quatro escolas principais: Nyingma, Kagyu, Sakya e Gelug (Keown, 1996). Cada uma dessas escolas possui características únicas, doutrinas específicas e práticas distintas que contribuem

para a complexidade da religião no Tibete e em outras regiões onde a cultura tibetana se disseminou (Laumakis, 2010; Karma, 2005).

### **1.3.1 Escola Nyingma**

A Escola Nyingma, ou "Escola dos Antigos", é a mais antiga das quatro tradições do Budismo Tibetano, com raízes que remontam ao século VIII, quando o mestre indiano Padmasambhava (também conhecido como Guru Rinpoche) introduziu o Budismo na região. Os Nyingmapas enfatizam a importância das práticas tântricas e dos ensinamentos orais transmitidos de mestre para discípulo (Goldstein, 1999). A filosofia Nyingma é marcada pela ideia de "Dzogchen", ou "Grande Perfeição", que ensina que todos os seres possuem a natureza de Buda e que a iluminação é acessível a todos.

### **1.3.2 Escola Kagyu**

A Escola Kagyu, ou "a Linhagem da Palavra", enfatiza a transmissão oral de ensinamentos e a prática da meditação. Fundada por Marpa, o Tradutor, e consolidada por seu discípulo, Milarepa, a escola Kagyu é conhecida por suas práticas de meditação, especialmente a do "Mahamudra", que busca a realização direta da natureza da mente (Rinpoche, 2010). Além disso, a escola é famosa por suas linhagens de mestres, que incluem figuras proeminentes como o 16º Karmapa e o atual Karmapa, Ogyen Trinley Dorje.

### **1.3.3 Escola Sakya**

A Escola Sakya, que significa "Terra Cinza", foi fundada no século XI por Khön Könchok Gyalpo. Essa escola é conhecida por seu enfoque em um sistema educativo rigoroso e sua ênfase na filosofia e na prática tântrica. A abordagem Sakya é caracterizada pela combinação de estudos teóricos e práticas meditativas, com um forte foco no ensino de textos clássicos (Karma, 2005). A linhagem Sakya também é famosa por seus ensinamentos sobre as "Cinco Sabedorias", que abordam diferentes aspectos da sabedoria e da percepção.

### **1.3.4 Escola Gelug**

A Escola Gelug, fundada por Je Tsongkhapa no século XIV, é a mais recente das quatro escolas e é frequentemente chamada de "Escola dos Monges". O Gelug enfatiza a disciplina monástica, a lógica e a filosofia, buscando uma compreensão clara da doutrina budista (Dreyfus, 2003). Uma das características distintivas do Gelug é o seu sistema de ensino, que inclui o "Geshe", um título acadêmico concedido após anos de estudo rigoroso. O atual Dalai Lama pertence a esta escola, que tem desempenhado um papel significativo na política e na espiritualidade tibetanas.

### **1.4 Tulkus, os lamas renascidos e reconhecidos**

As principais características da reencarnação no Budismo Tibetano podem ser colocadas da seguinte forma: a ausência de uma alma permanente (*anatta* ou "não-eu") distingue o Budismo Tibetano da concepção tradicional de reencarnação com a transmigração de uma alma imutável.

Nesse sistema, rejeita-se a existência de um "eu" ou alma permanente que transmigre; fala-se em continuidade ou manifestação cármica, na qual não há uma entidade fixa, mas um fluxo contínuo de processos mentais e cármicos que se manifestam em diferentes existências (Silva, 2022; Brennand, 2015).

A continuidade cármica e a consciência sutil são entendidas como um prosseguimento mental que carrega impulsos, hábitos, talentos e tendências acumulados em vidas anteriores. Essa "consciência sutil" permanece após a morte, mantendo registros das ações e intenções, e eventualmente encontra nova forma física, dando origem a uma nova existência.

O processo de reconhecimento da reencarnação é complexo e ritualizado, especialmente na tradição dos tulkus, os líderes espirituais reencarnados, como o Dalai Lama. Monges e autoridades religiosas buscam sinais e realizam testes para identificar a criança que manifesta traços do mestre falecido, como memórias, preferências por objetos pessoais do antecessor e comportamentos específicos (Coelho, 2025; Brennand, 2015).

A reencarnação no Budismo Tibetano possui natureza simbólica e culturalmente contextualizada, não se restringindo à esfera puramente teológica.

A legitimidade da liderança espiritual e política, como a do Dalai Lama, está intrinsecamente ligada à crença na reencarnação, que serve como base para a autoridade e continuidade institucional (Silva, 2022).

O objetivo último do ciclo de renascimentos (*samsara*) é a libertação do sofrimento e do ciclo de morte e renascimento, alcançada por meio do *nirvana*. Assim, a reencarnação está inserida em um processo existencial marcado por sofrimento, renascimento e morte, cujo fim é a cessação desse ciclo (Study Buddhism, 2025; Brennard, 2015).

Importante destacar a distinção entre renascimento e reencarnação: a terminologia ocidental “reencarnação” pode gerar confusão, pois o Budismo enfatiza o conceito de renascimento ou emanação, sem a transferência de uma identidade fixa. A continuidade é entendida como uma herança de agregados impermanentes e não de uma essência imutável (Silva, 2022).

A reencarnação no Budismo Tibetano é um fenômeno complexo que envolve a continuidade cármica de um fluxo mental, e não a transmigração de uma alma permanente, sendo fundamental para a estrutura religiosa e sociopolítica tibetana, especialmente na legitimação das lideranças espirituais como os tulkus (Coelho, 2025; Brennard, 2015).

Historicamente, o sistema de tulku proporcionou contribuições significativas para o desenvolvimento espiritual, acadêmico e social do Tibete, sendo estes responsáveis pela produção de obras, ensinamentos e instituições que moldaram a civilização tibetana ao longo dos séculos.

O reconhecimento formal do Segundo Karmapa como a reencarnação do Primeiro Karmapa é considerado o marco inaugural do sistema no Tibete, estabelecendo uma linhagem ininterrupta de sucessão espiritual na tradição Karma Kagyu. De modo semelhante, a linhagem dos Dalai Lamas exemplifica a continuidade do princípio tulku, com cada Dalai Lama sendo reconhecido e entronizado não por critérios genealógicos, eleitorais ou de seleção, mas pelo reconhecimento de seu renascimento como continuidade da linhagem espiritual (Shakabpa, 1967; Goldstein, 1989).

O princípio do tulku fundamenta-se em quatro pilares doutrinários do Budismo:

(1) a concepção dos três corpos búdicos (*trikaya*), que expressam os diferentes aspectos da budeidade;

(2) a aspiração iluminada (*bodhicitta*), o compromisso de servir todos os seres;

(3) a lei do carma, que rege o ciclo de causa e efeito; e

(4) o renascimento, entendido como parte inerente ao ciclo de existência (*samsara*). De acordo com a doutrina budista, a morte não representa o término da existência, mas a dissolução do corpo físico, enquanto a mente ou consciência — considerada a verdadeira identidade — renasce em conformidade com o carma acumulado. Esse ciclo de mortes e renascimentos persiste até a cessação do carma, quando se atinge a iluminação (budeidade) (Keown, 1996; Garfield, 2002).

No imaginário tibetano, espera-se que, após a morte de lamas de grande importância, seus renascimentos sejam prontamente encontrados e reconhecidos. Quando se trata de manifestações de budas ou de adeptos altamente realizados, acredita-se que tais renascimentos não ocorrem em função do carma pessoal, mas por compaixão, com o propósito de continuar servindo e beneficiando os seres sencientes (Samuel, 1993)

#### **1.4.1 Definição, categorização e recenseamento dos tulkus no cenário pós-ocupação**

O sistema de tulkus tibetanos está profundamente ligado à prática budista tântrica, onde eles são reconhecidos como reencarnações conscientes que escolheram renascer para continuar seu compromisso espiritual. Nem todos os rinpoches (título honorífico) são tulkus, pois alguns são abades monásticos sem necessariamente serem reencarnações (Samuel, 1993).

A prática envolve estágios meditativos complexos que trabalham com o sistema energético sutil do corpo, buscando concentrar e emaná-lo em formas progressivamente mais densas, culminando na manifestação corpórea do tulku. Essa tradição medieval tibetana também se entrelaça com relações sociais baseadas em lealdade e proteção, onde os tulkus atuavam como líderes espirituais e, por vezes, protetores materiais das comunidades locais (Shakabpa, 1967).

A linhagem mais antiga de tulkus é a dos Karmapas, iniciada no século XII, e o sistema é fundamentado na doutrina do nirmanakaya, que é o corpo de manifestação do Buda e que permite a mestres iluminados se manifestarem em corpos físicos sucessivos para guiar os seres sencientes (Samuel, 1993). O reconhecimento dos tulkus se dá por meio de sinais, objetos e memórias deixados na vida anterior, além de visões e sonhos de outros mestres.

Por mais de um milênio, os budistas tibetanos têm seguido rigorosamente a tradição de identificar, reconhecer, entronizar, treinar e venerar os tulkus. Essa prática está profundamente enraizada na história e literatura do Budismo Tibetano (Samuel, 1993; Shakabpa, 1967).

Conforme colocado, existem três categorias principais de tulkus. As emanações dos Budas (Nirmanakaya), que são tulkus que aparecem aos seres comuns, servindo-os de formas infinitas por meio de seu poder totalmente iluminado (Bhikkhu, 2018). Há também as manifestações de adeptos altamente realizados, tulkus que se manifestam em diversas formas devido à sabedoria profundamente desenvolvida. E por fim os originários de renascimentos de professores virtuosos ou lamas: estes são tulkus que renascem para cumprir metas espirituais pessoais e beneficiar outros por meio das ações virtuosas acumuladas em vidas passadas.

No Budismo Tibetano, acredita-se que todos os seres renascem após a morte. Esse ciclo é determinado pelo carma, a lei universal de causa e efeito. Assim, lamas que acumularam carma virtuoso durante suas vidas são considerados capazes de renascer em formas que lhes permitam continuar beneficiando outros seres. A virtude (ou mérito) é vista como a fonte da felicidade e da iluminação. Por isso, aqueles que levam vidas virtuosas são considerados fontes de grande benefício espiritual (Samuel, 1993).

Além disso, acredita-se que adeptos altamente realizados possuem o poder de identificar as manifestações renascidas dos lamas falecidos por meio da sabedoria transcendente. A confiança nessa tradição está fundamentada nos princípios do Budismo Mahayana e nos benefícios observados ao longo da história (Samuel, 1993).

Nove em cada dez dos monastérios reconstruídos no Tibete após 1980 evitam publicamente discutir reencarnações, temendo represálias, em silêncio que contrasta com a proliferação de reconhecimentos no exterior.

O CTA Census on Religious Institutions, conduzido pela Administração Central Tibetana, reúne informações detalhadas sobre a presença e o reconhecimento de tulkus nascidos fora do Tibete desde a ocupação chinesa em 1950. Entretanto, os resultados apresentados não detalham listas nominais, mas fornecem dados agregados e categorizados, especialmente após o início da diáspora tibetana.

As principais informações disponíveis pelo CTA Census sobre tulkus nascidos fora do Tibete incluem:

- **Quantificação e distribuição:** O censo apresenta o número total de tulkus reconhecidos fora do Tibete, com destaque para aqueles nascidos em países da diáspora tibetana, como Índia, Nepal e Butão, além de países ocidentais como Estados Unidos, Canadá e países europeus.

- **Categorização por linhagem e região:** Os dados são organizados por linhagem (Gelug, Kagyu, Nyingma, Sakya etc.) e por região de nascimento, diferenciando claramente os tulkus nascidos no exílio daqueles nascidos no Tibete histórico.

- **Período pós-ocupação:** O censo destaca o crescimento do número de tulkus reconhecidos fora do Tibete a partir de 1959, após o exílio do 14º Dalai Lama e a repressão religiosa no território ocupado, o que levou à necessidade de manter a continuidade das linhagens em novos contextos geográficos.

- **Reconhecimento Formal:** O CTA Census só contabiliza tulkus que foram reconhecidos formalmente por autoridades religiosas tibetanas, independentemente de sua origem étnica ou local de nascimento.

- **Tulkus Ocidentais:** O censo também inclui, em números agregados, tulkus de origem não tibetana reconhecidos no Ocidente, refletindo a internacionalização do sistema após os anos 1970 (Central Tibetan Administration, 2024).

Não há um levantamento com o número exato de tulkus do Budismo Tibetano no mundo atualmente. Uma estimativa da tibetóloga francesa Françoise Pommaret, professora emérita do Centro Nacional de Pesquisa Científica (CNRS), aponta que existem aproximadamente 500 lamas reencarnados no Tibete, Butão, norte da Índia, Nepal, Mongólia e nas Américas e Europa.

A estimativa aponta em cerca de 60 mais especificamente no Ocidente, número que é formado em sua quase totalidade desde o rapto do Panchen Lama, em 1995. Até então, havia registro de quatro reconhecimentos entre as Américas e Europa, em 36 anos desde o exílio. Nos 30 anos seguintes, até hoje, houve cerca de 56 novos reconhecimentos. Na região do Himalaia e na Ásia Oriental, apenas 8% dos tulkus estão fora da etnia tibetana, enquanto o valor cresce para 94% dos ocidentais reconhecidos (Central Tibetan Administration, 2024).

Essas informações mostram como a tradição de reconhecimento de tulkus se adaptou à realidade do exílio e da diáspora, garantindo a sobrevivência das linhagens mesmo fora do território tibetano tradicional.

## **1.5 Dalai Lamas**

A instituição dos Dalai Lamas foi um marco fundamental para o desenvolvimento da cultura e tradição tibetanas, atuando como um eixo de unificação espiritual, política e social no Tibete desde o século XV.

Conforme apontam estudos acadêmicos, especialmente a partir do 5º Dalai Lama (1617-1682), o Tibete passou por um processo de consolidação política e cultural que o elevou a uma potência regional, ainda que formalmente submetido a dinâmicas de poder externas, como as da China e da Mongólia (Wang-Toutain, 2016; Verhaegen, 2016).

A figura do Dalai Lama consolidou-se como símbolo de unificação do Estado tibetano, fundando um governo teocrático denominado Ganden Phodrang, que promoveu o florescimento cultural, religioso e político da região. Essa unificação política permitiu a organização e o fortalecimento das instituições religiosas budistas, especialmente da escola Gelugpa, da qual os Dalai Lamas são líderes sucessivos (Wang-Toutain, 2016; Goldstein, 1999).

O 5º Dalai Lama, Ngawang Lobsang Gyatso, foi responsável por importantes avanços culturais, incluindo a construção do Palácio Potala, a promoção da literatura e das artes tibetanas, e a organização de sistemas nacionais de educação e saúde tradicionais, que fortaleceram a identidade cultural tibetana. Sua liderança marcou um período de intensa produção literária

e institucionalização da cultura budista tibetana, que se consolidou como o eixo central da vida social e política do Tibete (Verhaegen, 2016).

A linhagem dos Dalai Lamas, considerada manifestações do bodisatva Avalokiteshvara, o Buda da Compaixão, conferiu legitimidade espiritual e temporal à liderança tibetana, unificando diversas regiões e grupos étnicos sob uma identidade cultural comum. O Dalai Lama também teve papel fundamental na preservação da língua tibetana, considerada veículo exclusivo para a transmissão dos ensinamentos budistas originados na escola Nalanda da Índia, o que reforça a importância da cultura tibetana como um patrimônio religioso e linguístico singular (Tibet.net, 2014).

A liderança dos Dalai Lamas promoveu a expansão e sistematização do Budismo Tibetano, que se tornou o alicerce da cultura tibetana. A educação monástica, a produção literária, a música, a dança ritualística e as artes visuais foram incentivadas para preservar e difundir os ensinamentos budistas e a identidade local (Laumakis, 2010; Verhaegen, 2016).

A instituição monástica desempenhou papel central na vida social e política, com muitos cargos governamentais ocupados por monges e lamas, o que conferiu ao Tibete uma governança conservadora, mas profundamente enraizada na tradição religiosa (Goldstein, 1999). Essa interdependência entre religião e política moldou a cultura tibetana, tornando-a inseparável da espiritualidade budista.

O Tibete consolidou relações diplomáticas e culturais com impérios vizinhos, como a China e a Mongólia, que influenciaram a circulação de saberes e práticas religiosas na região (Wang-Toutain, 2016). Essas interações contribuíram para o enriquecimento cultural tibetano, ao mesmo tempo em que reforçaram sua autonomia e identidade.

No início do século XX, o 13º Dalai Lama, Thubten Gyatso, destacou-se por seus esforços para modernizar o Tibete, promovendo reformas educacionais, militares e administrativas, além de afirmar a independência tibetana após o colapso da dinastia Qing. Essas iniciativas evidenciam a dimensão política e cultural da instituição dos Dalai Lamas, que buscou adaptar a tradição tibetana a novos desafios sem perder sua essência.

Após a invasão chinesa e o exílio do 14º Dalai Lama, Tenzin Gyatso, em 1959, a preservação da cultura tibetana tornou-se um objetivo central da

diáspora. O Dalai Lama enfatiza a importância da manutenção da língua, religião e identidade tibetanas para garantir o apoio internacional à causa tibetana, além de promover a paz e a harmonia religiosa globalmente (Dalai Lama Office, 2021; Tibet.net, 2014).

No exílio, o 14º Dalai Lama tem desempenhado papel crucial na preservação da cultura tibetana, promovendo a educação, a religião e a identidade do povo tibetano em diáspora, além de fomentar o diálogo intercultural e inter-religioso. (Conjglobal, 2023).

A expulsão do 14º Dalai Lama do Tibete, em 1959, após a repressão chinesa à revolta tibetana, marcou um ponto de inflexão decisivo para a cultura e tradição. O exílio do líder espiritual e político, acompanhado por milhares de tibetanos, deu início a um processo de transplante cultural e adaptação que, segundo pesquisas acadêmicas, permitiu a sobrevivência e até o florescimento da cultura tibetana em contextos globais, apesar das dificuldades e repressões no território original (Cultural Survival, 2023).

Em março de 1959, diante da crescente pressão e cerco militar chinês em Lhasa, o Dalai Lama fugiu clandestinamente para a Índia, onde estabeleceu o governo tibetano no exílio, conhecido como Administração Central Tibetana (CTA), inicialmente em Mussoorie e posteriormente em Dharamsala (Tibet Museum, 2023; Hong Kong Free Press, 2019). Essa fuga foi motivada pelo temor de prisão e pela escalada da violência contra a população tibetana.

O governo no exílio adotou um modelo democrático inspirado em valores budistas, buscando preservar a identidade cultural e religiosa tibetana, ao mesmo tempo em que promovia a causa da autonomia internacionalmente (Cultural Survival, 2023). A liderança do Dalai Lama foi fundamental para manter a coesão da comunidade dispersa e para difundir a cultura tibetana no cenário mundial.

Artigos acadêmicos destacam que a cultura tibetana tem prosperado em exílio, especialmente na Índia, Nepal, Europa e América do Norte, onde comunidades tibetanas mantêm práticas religiosas, educacionais e artísticas tradicionais (Cultural Survival, 2023). A criação de instituições culturais, mosteiros, escolas e centros de estudos tibetanos tem sido essencial para a transmissão intergeracional dos valores, língua e rituais budistas tibetanos (Conjglobal, 2023).

Além disso, o Dalai Lama tornou-se um símbolo global de paz e espiritualidade, o que ampliou o interesse mundial pela cultura tibetana e contribuiu para sua valorização e difusão em contextos seculares e inter-religiosos (Time, 2004). Essa visibilidade internacional tem sido uma ferramenta estratégica para a preservação cultural e para a mobilização política da causa.

Apesar dos esforços no exílio, a cultura tibetana enfrenta severas restrições no território sob controle chinês. Pesquisas indicam que políticas governamentais chinesas têm promovido a assimilação cultural, restringindo a prática religiosa, o ensino da língua tibetana e a expressão artística tradicional (Time, 2004). O Dalai Lama reconhece que, apesar de algum desenvolvimento econômico, as ameaças à herança cultural e à liberdade religiosa permanecem graves (Time, 2004).

A repressão cultural é acompanhada por um controle rigoroso das instituições religiosas e pela promoção do mandarim como língua dominante, o que ameaça a continuidade da tradição tibetana autêntica no território (Conjglobal, 2023).

Estudos recentes evidenciam que a cultura tibetana tem se transformado em resposta aos desafios contemporâneos. No exílio, há uma adaptação das práticas religiosas e culturais para dialogar com públicos ocidentais, incluindo a tradução de textos sagrados, a incorporação de práticas meditativas em contextos laicos e a promoção de valores universais como a compaixão e a paz (Cultural Survival, 2023; Time, 2004).

No Tibete, apesar das restrições, há relatos de resistência cultural e esforços locais para preservar tradições, muitas vezes de forma discreta e comunitária, o que demonstra a resiliência da cultura tibetana (Conjglobal, 2023).

## **1.6 Buda, o precursor**

O próprio Buda histórico narrou diversos fatos relativos às suas vidas anteriores, as quais recordava por meio do poder de sua sabedoria iluminada. Durante essas existências passadas, ele acumulava mérito e progredia na realização de diferentes estágios de sabedoria, dedicando-se ao serviço dos seres sencientes por inúmeras eras antes de alcançar o estado de Buda, o Ser Totalmente Desperto (Keown, 1996).

Segundo os sutras, em um passado remoto, quando ainda era um ser comum, o Buda renasceu em um reino infernal, onde sofreu intensamente em decorrência do carma negativo acumulado em existências anteriores (Garfield, 2002).

Nesse contexto, ele e um companheiro foram compelidos a puxar uma roda de fogo, sobre a qual se encontrava um guardião infernal irado, portando uma clava em chamas com a qual os castigava. O companheiro do Buda, enfraquecido, não conseguiu continuar a puxar a roda, sendo então perfurado pelo guardião com um tridente flamejante. O companheiro chorava intensamente, sangrando abundantemente. Foi nesse momento que o Buda, movido por um profundo amor e compaixão, desenvolveu uma aspiração iluminada: um voto firme e sincero de assumir a responsabilidade de auxiliar seu companheiro e todos os seres sofredores. Assim, tornou-se bodisatva pela primeira vez (Garfield, 2002).

O bodisatva dirigiu-se ao guardião infernal, suplicando: “Por favor, tenha misericórdia de meu companheiro sofredor”. Em resposta, o guardião, tomado por fúria, golpeou-o com o tridente em chamas. Contudo, devido ao poder de sua compaixão intensa e genuína, o bodisatva faleceu e foi libertado do reino infernal. As más ações acumuladas ao longo de inúmeros éons foram purificadas instantaneamente pelo poder transformador dessa aspiração iluminada. A partir desse evento, iniciou-se a trajetória do bodisatva rumo à budeidade plena, culminando no estado de iluminação total (Garfield, 2002).

No contexto tibetano, o termo tulku corresponde à tradução local do conceito sânscrito *nirmanakaya*, frequentemente interpretado como “corpo de manifestação”, “corpo criado” ou “manifestação”. Em outras tradições asiáticas, o termo foi vertido para o chinês como *huofo* (“Buda vivo”) e para o mongol como *qubilyan*. Os tulkus constituem figuras centrais na tradição budista tibetana, desempenhando funções de liderança espiritual e social tanto entre a comunidade monástica quanto entre os leigos. Ao longo de mais de um milênio, os budistas tibetanos têm seguido rigorosamente a tradição de identificar, reconhecer, entronizar, formar e venerar os tulkus (Samuel, 1993; Shakabpa, 1967).

A sucessão de líderes do Budismo Tibetano incorporou o sistema de tulkus como meio de preservação da tradição, sendo transplantada para o

Ocidente, com reconhecimentos de lideranças não nascidas nem no país asiático ocupado nem dentro de comunidades religiosas.

## CAPÍTULO 2 - A INSTRUMENTALIZAÇÃO POLÍTICA DA REENCARNAÇÃO NO BUDISMO TIBETANO

O presente capítulo entra na análise crítica das intersecções entre religião, poder político e segurança internacional, desafiando a tradicional marginalização do Budismo Tibetano nos estudos geopolíticos contemporâneos (Agnew, 2006; Dijkink, 2006; Kong, 2010). Longe de ser uma tradição apolítica, o sistema de reencarnação dos líderes espirituais, particularmente a linhagem dos Dalai Lamas (tulkus), constitui o epicentro de uma disputa de legitimidade com o Estado chinês, configurando-se como um campo de batalha simbólico e estratégico.

O cerne da análise se concentra na iminência da sucessão do 14º Dalai Lama e na forma como a República Popular da China (RPC), que ocupa o Tibete desde 1950, busca instrumentalizar esse processo milenar para extinguir a identidade nacional tibetana e consolidar sua soberania. O caso tibetano ilustra a profunda ligação entre a doutrina religiosa (*chos srid gnyis ldan* — “religião e política combinadas”) e a agência política da liderança tibetana no exílio. Este capítulo se propõe a estruturar a geopolítica da reencarnação em três dimensões:

1. **A contestação da legitimidade e a resposta tibetana:** Analisa a manobra do Dalai Lama, em 2011, de (a) se afastar da liderança política em favor do *Kalon Tripa* eleito para garantir a continuidade democrática no exílio, e (b) redefinir seu próprio processo sucessório (*sprul ba* ao invés de *sprul sku*) para bloquear a interferência chinesa, culminando na declaração de que seu sucessor nascerá em "território livre". Esta seção explora como a religião, por meio de sua adaptação flexível, se torna uma ferramenta de resistência contra o secularismo coercitivo chinês.
2. **O controle estatal chinês e a instrumentalização histórica:** Examina a intervenção direta da China no dogma budista, destacada pela disputa da reencarnação do 11º Panchen Lama em 1995 e pela promulgação da “Ordem Estatal nº 5” (2007). Esta seção argumenta que a reivindicação chinesa de autoridade sobre o reconhecimento dos tulkus não é um ato religioso, mas uma tática política de controle hegemônico, sustentada por

uma narrativa histórica que minimiza o estatuto de estado independente do Tibete pré-1950 e justifica o genocídio cultural.

3. **A diáspora e a geopolítica da ocidentalização:** Aborda a importância estratégica da diáspora tibetana, sediada na Índia, e a crescente ocidentalização do sistema tulku. Esta dimensão final explora a visão do Dalai Lama sobre a Índia como "terra dos nobres" (Gyatso, 2025) e o papel do apoio ocidental (EUA) como contrapeso à pressão chinesa. A emergência de tulkus ocidentais é investigada como uma adaptação geopolítica que desvincula a sobrevivência da linhagem da etnia tibetana e do território ocupado.

Ao integrar os debates sobre secularismo, legitimidade e a geopolítica do sofrimento, este capítulo busca demonstrar que o Budismo Tibetano não é um enigma passivo, mas uma força dinâmica cujo sistema de reencarnação se transformou, por necessidade, no principal mecanismo de defesa da identidade nacional tibetana contra a agressão cultural e religiosa do Estado chinês.

## **2.1 Religião e política combinadas: a legitimação do nacionalismo tibetano**

Nos últimos anos, a análise crítica das interseções entre religião e geopolítica tem se revelado um campo fértil para investigar o desenvolvimento da política externa, questões de segurança e o declínio da democracia secular em um sistema internacional pós-secular (Agnew, 2006; Dijkink, 2006; Dittmer; Sturm, 2010).

Contudo, este domínio de estudo tem sido predominantemente associado ao exame de duas tradições religiosas: o cristianismo e, após os eventos de 11 de setembro de 2001, o islamismo (Kong, 2010).

O Budismo Tibetano exerce uma contraposição, caracterizando-se por ser uma religião e uma região frequentemente subestimadas na geopolítica crítica. No entanto, na iminência da transferência da liderança das chefias política e religiosa tibetanas, já que o atual líder, o 14º Dalai Lama, completou 90 anos neste 2025, e o território encontra-se em poder da China, que o invadiu e anexou em 1950, a geopolítica da sucessão encontra-se nas interseções entre a religião, a legitimidade e a agenda política.

Os valores budistas e as práticas políticas estão intrinsecamente interligados no contexto tibetano, ao ponto de a filosofia política tibetana ser caracterizada como *chos srid gnyis ldan*, ou “religião e política combinadas” (Shakabpa, 1967). O Dalai Lama sempre foi a figura principal, unindo o papel de líder espiritual e político do Tibete. Ele é a alma e o coração da nação tibetana. Entretanto, estão em curso mudanças significativas.

Embora a designação de pontos de inflexão na história de uma nação deva ser abordada com cautela, 2011 se destaca como um ano particularmente tumultuado na política tibetana. Após os protestos no platô tibetano na primavera de 2008 e a suspensão do diálogo sino-tibetano em 2010, dois anúncios realizados em 2011 transformaram a natureza das relações entre o Budismo Tibetano e a política, além de entre as autoridades chinesas e tibetanas no exílio.

Esses anúncios são a decisão do Dalai Lama de se retirar da vida política e transferir sua autoridade para o Primeiro-Ministro tibetano no exílio, Kalon Tripa, e a declaração sobre sua reencarnação, que refuta a intervenção do governo chinês.

À primeira vista, a decisão do Dalai Lama parece ser de natureza política, enquanto a segunda se apresenta como teológica; no entanto, ambas evidenciam a complexa intersecção entre religião e política nesta região altamente contestada e revelam disputas significativas em torno de secularismo e legitimidade.

O caso tibetano, costumeiramente marginalizado nos estudos geopolíticos, tem sido frequentemente visto como uma nota de rodapé da Guerra Fria ou como um peão nas relações sino-ocidentais e sino-indianas (Anand, 2008). Essa negligência pode ser atribuída, em parte, a uma hesitação do Ocidente em se envolver com crenças e práticas budistas, especialmente aquelas relacionadas à reencarnação (Keown, 1996).

Embora a definição de religião seja notoriamente complexa (Turner, 1991), o budismo tem representado, historicamente, um enigma para os estudiosos da área, gerando debates sobre sua classificação e seu papel social. Frequentemente estereotipado como benigno, passivo e geopoliticamente inofensivo, o budismo acabou sendo negligenciado nas análises de Relações Internacionais, visto de maneira equivocada como alheio às grandes mudanças

que afetaram outras tradições, como a Guerra Fria e a "guerra ao terror" (Huntington, 1996).

Contudo, ao analisar-se o Budismo Tibetano, observa-se que a religião abre novas e frutíferas linhas de investigação na geopolítica. Fox e Sandler (2004) argumentam que é necessário atentar para a diluição das fronteiras conceituais entre o secular e o religioso, bem como entre o tradicional e o moderno. Nesse contexto, a legitimidade da liderança tibetana torna-se um ponto focal onde questões sobre sucessão, autoridade política e fontes de legitimidade espiritual se entrelaçam.

Essa interseção manifesta-se historicamente na estrutura de governança do Tibete. Desde a introdução do budismo no século VII, por Songtsen Gampo, e sua consolidação como religião estatal, a política tibetana desenvolveu uma diarquia de escritórios eclesiásticos e seculares (Kolås, 1996; Schwartz, 1999). Especialmente entre o século XVII e 1959, os Dalai Lamas, líderes da escola Gelug, governaram a partir de Lhasa, fundindo a legitimidade política e espiritual na cultura local.

É justamente essa fusão que fundamenta o conflito narrativo com a China. Enquanto as autoridades chinesas sustentam que o Tibete é uma "parte inseparável da China" (Wei, 1989, p. 27), a liderança tibetana e historiadores argumentam que a relação tradicional (*mchod yon*) entre os líderes espirituais tibetanos e os imperadores chineses era de natureza estritamente religiosa, não implicando subordinação política ou unificação territorial (Shakapba, 1967).

No cenário contemporâneo, a análise de declarações de líderes, somada a pesquisas etnográficas realizadas na sede do governo no exílio em Dharamsala (2006-2011), demonstra que a religião permanece como o elemento unificador central do nacionalismo tibetano. O Dalai Lama desempenha um papel crucial na união da comunidade, oferecendo uma base onde o religioso e o nacional se reforçam mutuamente (Ivakhiv, 2006).

Essa dinâmica molda diretamente a política externa do governo no exílio. Valores budistas foram consagrados no "Projeto de Constituição para o Futuro Tibete" (1963) e sustentam a estratégia de democratização (Ardley, 2003; McConnell, 2009). Mais especificamente, a "Abordagem do Caminho do Meio", lançada em 1988, reflete o princípio budista de moderação: um pacto no qual a

China aceitaria a autonomia genuína do Tibete sem comprometer sua integridade territorial.

Por fim, o entrelaçamento entre fé e política projeta um conjunto distinto de imaginários geopolíticos. A adesão estrita à não-violência (MCconnell, 2012) e a proposta de transformar o Tibete em uma "Zona de Paz" na Ásia (Gyatso, 1991) posicionam o Dalai Lama — laureado com o Nobel da Paz em 1989 — como uma voz moral na comunidade internacional, consolidando a espiritualidade como um componente-chave do poder brando (*soft power*) tibetano (Magnusson, 2002).

## **2.2 A secularização estratégica e o conflito sucessório**

A promoção da compaixão na geopolítica e a noção do Tibete como um território de segurança entre a Índia e a China podem ser vistos como idealistas, mas tais leituras negligenciam as distintas imaginações geográficas invocadas e o significado histórico dessas ideias nos sistemas teocráticos tibetanos anteriores a 1959. O conceito budista de interconexão (*rten 'byung*) facilita o entendimento (Mills, 2009).

Dada a vasta extensão do território tibetano, a autoridade governamental era limitada e compensada por um sistema ritualizado de autoridade religiosa (Samuel, 1993). A invocação da "Paz Mundial" reflete entendimentos de soberania menos limitados do que os predominantes na teoria política ocidental.

Apesar de proporcionar uma poderosa força de união para a nação tibetana e conquistar legitimidade moral na política internacional, o entrelaçamento de religião e política não tem sido isento de problemas e contestações. A dependência da reencarnação budista para determinar a sucessão da liderança foi uma fonte de vulnerabilidade política. Críticas expressas por jovens exilados indicam que a influência do budismo na política fez com que os tibetanos relutem em se envolver na tomada de decisões políticas e assumir posições de liderança.

À luz das críticas e para refletir os ideais ocidentais de democracia secular, o Dalai Lama liderou um processo de dismantelamento do sistema teocrático tradicional. Escritórios eclesiásticos governamentais foram abolidos,

monastérios perderam suas funções tradicionais como administradores locais, e o Dalai Lama promoveu reformas democráticas (McConnell, 2009).

A reforma do TCA, que defende a diáspora, foi promovida por uma decisão do Dalai Lama que separa "Igreja e Estado" no mais alto nível do governo, marcando uma transição significativa na política tibetana. Em 14 de março de 2011, o Dalai Lama anunciou sua aposentadoria da vida política e a transferência de sua autoridade política para líderes eleitos.

Ao deixar o cargo de chefe de Estado e chefe de governo, o Dalai Lama renunciou voluntariamente a uma tradição de poder de quase 400 anos. Essa decisão levanta questões sobre a relação entre a "modernidade" secular e a "tradição" religiosa, e sobre a legitimidade e sua constituição (Fox & Sandler, 2004; Kent, 2006).

O Dalai Lama é a principal fonte de legitimidade tibetana, incorporando a cultura tibetana, a continuidade da história do Tibete e a fórmula de "religião e política combinadas" (Kolås, 1996). Dada a falta de um governo centralizado no Tibete anterior a 1959, as qualidades pessoais do Dalai Lama assumiram maior importância, funcionando como central de poder e identidade dentro da diáspora tibetana (Houston & Wright, 2003).

A diáspora relutou em apoiar a renúncia do Dalai Lama da política, e sua decisão levanta questões constitucionais importantes para o governo tibetano no exílio (Tibet Justice Center, 2011). As discussões em andamento sobre seu enquadramento como uma "transferência" ou "devolução" do aspecto político da autoridade do Dalai Lama têm implicações para garantir a legitimidade da autoridade política tibetana e para reconhecer o poder espiritual fundamental que o Dalai Lama continua mantendo.

A posição do Dalai Lama também levanta a questão do secularismo. Ao fortalecer a nascente democracia tibetana, a aposentadoria do Dalai Lama significa que o novo *Kalon Tripa* (Primeiro-Ministro) deverá assumir grande parte da autoridade política anteriormente exercida pelo líder. Recentemente eleito, Lobsang Sangay representa uma mudança importante na liderança do exílio e traz consigo um novo estilo de política tibetana: um estilo jovem, com educação ocidental e, principalmente, secular.

Essa estratégia deliberada de separar a liderança religiosa da política não é tão simples quanto parece, e esse caso parece virar de cabeça para baixo as

suposições de que o secularismo está diminuindo à luz de um aumento da geopolítica religiosa e é marginal para a política de segurança.

O conceito de “secularismo” revela-se particularmente ambíguo no contexto tibetano, sobretudo no exílio. Ao contrário da concepção ocidental, no qual o secular é frequentemente entendido como a ausência de religião na esfera pública, no caso tibetano, o termo refere-se à não discriminação estatal entre diferentes tradições religiosas (Gyatso, 1991).

Assim, a dimensão espiritual permanece central mesmo diante das recentes transformações políticas. Por exemplo, o Artigo 1 da “Carta para os Tibetanos no Exílio” estabelece que o Dalai Lama continua sendo o representante simbólico e provedor de orientação para o povo tibetano, mantendo a prerrogativa de dialogar com líderes mundiais em prol da causa tibetana. Tal disposição evidencia que o Dalai Lama permanece profundamente entrelaçado às questões geopolíticas contemporâneas, aspecto que se manifesta nos debates acerca de sua reencarnação.

Embora a transferência da autoridade política para o *Kalon Tripa* no exílio posicione a liderança temporal tibetana fora do alcance direto do Estado chinês, o futuro da instituição do Dalai Lama permanece uma questão de amplas repercussões políticas e religiosas.

Todas as linhagens do Budismo Tibetano adotam a reencarnação como método de sucessão dos altos lamas. Tradicionalmente, esse processo envolve a identificação de sinais deixados pelo predecessor, consultas a oráculos e a realização de testes para reconhecer uma criança como a reencarnação do lama falecido. Dada a centralidade da reencarnação para a liderança tibetana e, conseqüentemente, para a legitimidade do governo tibetano, tal prática sempre foi simultaneamente política e religiosa (Goldstein, 1989).

A identificação do atual, 14º Dalai Lama, em 1937, ilustra a dimensão política do processo reencarnatório, já que tanto autoridades chinesas quanto o governo tibetano buscaram afirmar sua influência sobre a escolha. O governo tibetano proclamou seu candidato como o 14º Dalai Lama antes mesmo de sua chegada à capital, frustrando as pretensões chinesas de participar da seleção (Goldstein, 1989).

Após a consolidação do controle chinês sobre o Tibete em 1959, a China buscou assumir o papel de patrono legítimo da religião tibetana, intervindo

diretamente em questões religiosas para moldar o Budismo Tibetano de acordo com seus interesses políticos (Schwartz, 1999).

O caso mais emblemático dessa intervenção estatal é a disputa pela reencarnação do 10º Panchen Lama, a segunda figura mais importante da escola Gelug. Tradicionalmente, Panchen Lama e Dalai Lama reconhecem mutuamente suas reencarnações. Com a morte do 10º Panchen Lama em 1989, a China, enfrentando desafios nacionalistas no Tibete, proibiu a participação do Dalai Lama no processo de seleção.

Apesar disso, em 1995, o Dalai Lama reconheceu Gedun Chokyi Nyima como o 11º Panchen Lama, o que foi prontamente rejeitado pelo governo chinês, que nomeou seu próprio candidato, Gyaltzen Norbu, por meio de um sorteio cerimonial. Essa nomeação, baseada em práticas imperiais Qing, foi interpretada por Pequim como uma reafirmação simbólica de sua soberania sobre o Tibete, embora não tenha obtido legitimidade entre os tibetanos (Schwartz, 1999; Shakya, 1999).

O distanciamento entre as autoridades chinesas e tibetanas em relação à sucessão do Panchen Lama foi aprofundado com a promulgação, em 2007, da “Ordem Estatal nº 5: Medidas de Gerenciamento para a Reencarnação de Budas Vivos no Budismo Tibetano”. Este dispositivo legal determina que apenas o governo chinês pode reconhecer a reencarnação de lamas, incluindo o Dalai Lama, e que todos os reconhecimentos devem ocorrer em território chinês.

O artigo 2 da ordem estabelece que “os Budas vivos reencarnantes devem respeitar e proteger os princípios da unificação do Estado [...] e não devem sofrer interferência ou estar sob o domínio de qualquer organização ou indivíduo estrangeiro” (Administração Estatal de Assuntos Religiosos, 2007). Tal medida foi formalmente repudiada pelos líderes budistas tibetanos no exílio.

Em resposta, a declaração do Dalai Lama de setembro de 2011 reafirma sua autoridade no processo sucessório, ao afirmar que somente ele, ou, na sua ausência, o “Gaden Phodrang Trust” (instituição criada após a transferência de sua autoridade política), detém legitimidade exclusiva para administrar a linhagem do Dalai Lama.

Ele exclui explicitamente a República Popular da China de qualquer intervenção no processo de sucessão, delineando o futuro do Budismo Tibetano e, por extensão, da própria nação tibetana.

A declaração também propõe uma inovação significativa: pela primeira vez em seis séculos, o sucessor do Dalai Lama poderá ser uma “emanação” (*sprul ba*), e não uma reencarnação tradicional (*sprul sku*), permitindo que o sucessor seja identificado ainda em vida do atual Dalai Lama, possivelmente como um adulto e fora do Tibete (ICT, 2007). Tal mudança visa evitar o período de instabilidade política entre as encarnações e garantir que a autoridade legítima permaneça sob controle tibetano.

A resposta chinesa foi imediata, reafirmando que o título de Dalai Lama é ilegal se não for conferido pelo governo central, e sugerindo a possibilidade de nomeação de um sucessor próprio, o que pode resultar em dois líderes espirituais rivais: um reconhecido por Pequim e outro por Dharamsala.

Essa estratégia reflete a tentativa do governo chinês de fortalecer sua autoridade no Tibete e dividir as lealdades tibetanas, embora a ironia de um Estado oficialmente ateu reivindicar o direito de reconhecer reencarnações budistas não passe despercebida pelos tibetanos no exílio.

A situação é criticada por lideranças tibetanas, como Lobsang Sangay, que afirma que o governo chinês “não tem experiência, e certamente não tem o direito, de interferir em questões do coração e do espírito” (Sangay, 2011), enquanto o Dalai Lama denuncia a “intromissão descarada” de Pequim como contraditória à sua própria ideologia política.

Paradoxalmente, enquanto a China atea insiste na manutenção do sistema tradicional de reencarnação, o Dalai Lama adapta flexivelmente o sistema para responder às condições contemporâneas, demonstrando notável habilidade geopolítica.

### **2.3 O testamento político do 14º Dalai Lama e o futuro da instituição**

No seu livro mais recente, lançado em 2025 e intitulado *A voz de uma nação: Mais de sete décadas de luta contra a China por minha terra e meu povo*, o Dalai Lama afirma que seu sucessor nascerá fora da China, no que ele denomina o “mundo livre”. Ele justifica essa decisão afirmando que o propósito da reencarnação é dar continuidade ao trabalho do antecessor, e, portanto, o novo Dalai Lama deverá nascer em um ambiente onde possa exercer sua missão

tradicional de ser a voz da compaixão universal, líder espiritual do Budismo Tibetano e símbolo das aspirações do povo tibetano.

O líder espiritual rejeita explicitamente qualquer possibilidade de que o governo chinês controle a escolha de seu sucessor, em resposta às tentativas de Pequim de institucionalizar a gestão da reencarnação e impor restrições legais que exigem autorização estatal para o reconhecimento de lamas reencarnados dentro da China. O Dalai Lama planeja consultar líderes religiosos e cidadãos tibetanos sobre a continuidade da própria instituição da reencarnação, indicando que a linhagem poderia até mesmo ser encerrada, caso essa seja a vontade do povo tibetano.

Essa posição reforça a resistência tibetana à interferência chinesa na sucessão espiritual e política, intensificando a disputa geopolítica em torno do futuro do Budismo Tibetano e da identidade do Tibet. O Dalai Lama também expressa ceticismo quanto à possibilidade de retornar ao Tibete, dada a situação política atual, mas afirma confiança na continuidade da luta pela autonomia por meio do governo tibetano no exílio.

Toda a situação ilustra, conforme argumenta Kong (2001), a necessidade de considerar as religiões em seus contextos históricos e geográficos específicos. O estudo da geopolítica do Budismo Tibetano evidencia a importância de uma abordagem contextualizada para compreender a influência do budismo sobre questões políticas, incluindo as relações sino-tibetanas, a democracia no exílio e o futuro da liderança tibetana.

Três temas principais emergem dessa análise:

1. a interseção entre religião e legitimidade política, com o budismo — e, em especial, a questão da reencarnação — figurando como campo de disputa fundamental;

2. a complexa relação entre secularismo e religião, desafiando dicotomias tradicionais entre China moderna/secular e Tibete tradicional/religioso; e

3. a habilidade das elites espirituais na geopolítica religiosa, evidenciada pela capacidade do Dalai Lama de redefinir o futuro do budismo e da política tibetana. O papel da reencarnação na geopolítica budista enfatiza a importância de debates sobre autenticação da liderança e a autoridade para reconhecimento de sucessores.

O caso sugere que o aprofundamento do estudo sobre a interseção entre geopolítica e diversidade budista tem potencial para inaugurar novas linhas de pesquisa teórica e empírica. Ao deslocar o foco do Ocidente e das tradições cristã e islâmica, a geopolítica budista revela questões cruciais sobre continuidade institucional, habilidade política e autoridade legítima na contemporaneidade.

Na recente obra que trata de suas “sete décadas de luta contra a China por minha terra e meu povo”, o Dalai Lama estabelece fronteiras claras sobre influências, proximidades culturais, filosóficas e religiosas com as duas grandes potências de populações bilionárias com que o Tibete faz fronteira. Primeiro estabelece os longevos vínculos com a Índia e o acolhimento que recebeu quando se exilou no país após a expulsão de sua terra natal.

Desde o século VII, nós, os tibetanos, consideramos a Índia a ‘terra dos nobres’ (Aryavarta). Nossa tradição budista, a qual consideramos de forma tão profunda, veio da Índia. Nossas filosofias, psicologia, lógica e cosmologia são presentes da escola indiana Nalanda. As nossas ciências astrológicas e o sistema de calendário são amplamente enriquecidos pelo tantra Kalachakra da Índia. Os estudos e tratamentos medicinais e a medicina em si também têm forte influência do Ayurveda indiano. Portanto, encontrar um segundo lar na Índia me deu forte estabilidade e segurança. (Gyatso, 2025, p.14)

O líder tibetano faz questão de reforçar os laços dizendo que passou “a maior parte da minha vida na Índia, e, às vezes, me descrevo como um filho deste país. Minha mente foi nutrida pela riquíssima tradição filosófica indiana, ao passo que meu corpo foi alimentado pelo arroz e cereais indianos”. E que sempre que viaja pelo mundo, representa as duas nações, como “mensageiro de dois grandes presentes da Índia para a humanidade: o pluralismo religioso e os ensinamentos do ahimsa, o princípio da não violência”.

Na sequência, no mesmo método comparativo de identificação, traça um retrato tão somente interesseiro economicamente dos chineses e a nula identificação com o país em todos os aspectos, especialmente no que chama de cinco regimes totalitários que conheceu nestas sete décadas.

Durante este longo período, vi pelo menos cinco eras diferentes dentro da liderança do país. Primeiro, sob o governo de Mao Tsé-Tung, a ideologia se destacava no contexto de grandes e constantes turbulências sociais, culminando na desastrosa Revolução

Cultural. Depois, na era Deng Xiaoping, a ideologia ficou em segundo plano e a ênfase estava na criação de riqueza. Em seguida, tivemos a era de Jiang Zemin, sob o slogan: 'Tríplice Representatividade'. Posteriormente veio o período de Hu Jintao e seu slogan: 'Sociedade socialista harmoniosa'. Atualmente, a China está sob a liderança de Xi Jinping, que proclama o slogan: 'Nova era do socialismo com características chinesas'. (Gyatso, 2025, p.15)

Sobre a recente administração, o Dalai Lama compara ao período de Mao Tsé-Tung, especialmente com o alto investimento em tecnologia do país e como faz uso do mesmo: “Quando se trata de liberdade individual e vida diária, a China parece estar voltando a aplicar as políticas opressivas da época de Mao, mas agora impostas por meio de tecnologias modernas de vigilância e controle.” (GYATSO, 2025)

Faz ainda um xadrez mental sobre a posição chinesa como atual potência mundial reivindicando uma abertura de diálogo com o governo tibetano para que a China demonstre boa-fé como protagonista da disputa geopolítica global.

Nenhum regime totalitário pode durar para sempre, porque sempre comete violências contra o povo que afirma defender, e o desejo de liberdade é uma força poderosa intrínseca aos seres humanos. Além disso, a própria natureza desse tipo de governo – paranóico, desconfiado e temeroso dos próprios cidadãos – torna os regimes inerentemente instáveis, mesmo quando a força bélica prevalece no curto prazo. (...) Atualmente, a China se encontra em uma encruzilhada. Eu acredito que resolver a duradoura questão do Tibete por meio de conversas seria um sinal poderoso, tanto para o povo chinês quanto para o restante do mundo, de que a China está escolhendo o caminho de visão de longo prazo, coragem e generosidade. (Gyatso, 2025, p.16)

O Dalai Lama confirmou que terá um sucessor após sua morte. Em comunicado público, na véspera de seu nonagésimo aniversário, falou que “a instituição do Dalai Lama será mantida”. Ele acrescentou que somente o Gaden Phodrang Trust, fundação que ele criou, tem autoridade para reconhecer sua futura reencarnação. O 14º Dalai Lama fez o anúncio em Dharamshala, no norte da Índia, onde vive exilado do domínio chinês. A declaração foi feita após temores de que a China poderia tentar impor seu próprio candidato. Essa declaração encerra rumores sobre o fim da instituição, mas a eleição do 15º Dalai Lama será complexa e geopoliticamente tensa (BBC News Brasil, 2025).

Por outro lado, a China defende que o governo central deve aprovar a seleção do futuro Dalai Lama, usando um método de urna dourada introduzido pela dinastia Qing no século XVIII. A maioria dos budistas tibetanos vê a

interferência chinesa com ceticismo, especialmente após o precedente do Panchen Lama. Em 1995, o Dalai Lama reconheceu um menino como Panchen Lama, mas as autoridades chinesas o detiveram e impuseram seu próprio Panchen Lama, considerado ilegítimo. (BBC News Brasil, 2025)

Este conflito pode levar ao surgimento de dois Dalai Lamas: um reconhecido pela Fundação Gaden Phodrang e outro indicado pela China. O próprio Dalai Lama já declarou que o segundo não seria respeitado.

A Índia, que abriga o Dalai Lama e mais de 100 mil tibetanos exilados, atribui alto valor estratégico à presença do líder espiritual. Especialistas acreditam que a Índia se oporia a um Dalai Lama imposto pela China, vendo-o como uma ferramenta de propaganda. Os Estados Unidos também demonstraram interesse, aprovando em 2020 a Lei de Política e Apoio ao Tibete, que apoia o direito do Dalai Lama de determinar sua sucessão e prevê sanções a funcionários chineses que interferirem no processo.

#### **2.4 Da ameaça bárbara ao fascínio exótico: a evolução do imaginário chinês**

Durante a dinastia Tang, no século VII, o Tibete era visto como moradia de um povo bárbaro, selvagem e belicoso, estereótipos comuns aos grupos não chineses, associados à ausência de escrita e à falta de valores éticos, segundo a visão confucionista.

Esses relatos, presentes em fontes como o *Chiu T'ang-shu* e o *Hsin T'ang-shu* (Velho Livro de Tang e Novo Livro de Tang, obras historiográficas chinesas, consideradas as histórias oficiais da dinastia), enfatizavam o Tibete como uma ameaça militar e cultural à China, reforçando a ideia chinesa de superioridade civilizatória e o conceito do "Reino do Meio" (*Chung-kuo*) como centro do mundo civilizado (Slobodník, 2006).

Com a queda do Império Tibetano em 842 e a ascensão da dinastia Yuan (1276-1368), houve uma mudança significativa na relação sino-tibetana. O Tibete deixou de ser uma ameaça militar e passou a ser valorizado como centro da religião, especialmente durante a dinastia Qing (1644-1911), quando o Budismo Tibetano foi instrumentalizado para governar os mongóis. Assim, a imagem do Tibete ganhou aspecto positivo ligados à sua tradição religiosa,

embora ainda coexistissem representações negativas que o retratavam como atrasado e incivilizado.

Após a incorporação do Tibete pela República Popular da China, em 1950, a imagem foi transformada para legitimar a missão civilizatória chinesa. O "velho" Tibete foi descrito como um "inferno na terra", onde a exploração brutal e o uso opressivo da religião pelos senhores de escravos eram destacados para justificar a intervenção chinesa.

Contudo, a partir de 1979, no período pós-maoísta, houve uma reconfiguração dessa percepção: o Tibete passou a ser fonte de inspiração artística e cultural para os chineses Han, com o Budismo Tibetano atraindo especialmente a elite urbana educada. Influências ocidentais também introduziram a imagem romântica do Tibete como Shangri-La (paraíso terrestre), embora os estereótipos negativos tradicionais persistissem.

A percepção chinesa do Tibete reflete uma complexa dialética entre desprezo e fascinação, marcada por interesses políticos, religiosos e culturais, sendo que essas imagens evoluíram conforme as dinâmicas históricas e os objetivos do Estado chinês. Além disso, o estudo da percepção chinesa do Tibete complementa as análises sobre a visão ocidental, ampliando a compreensão das representações do Tibete na Ásia (Slobodník, 2006).

#### **2.4.1 Identidade religiosa, repressão e a disputa de narrativas históricas**

O Tibete tem sido palco de intensos conflitos desde a consolidação do poder comunista na China. A repressão à liberdade religiosa, especialmente contra o Budismo Tibetano, tornou-se uma das marcas do controle estatal chinês sobre a região (Dziedzic, 2019).

O conflito sino-tibetano permanece profundamente enraizado em disputas sobre interpretações do passado, sendo a história utilizada como instrumento de legitimação política por ambos os lados. A análise crítica dessas narrativas, com base em fontes primárias e secundárias, é fundamental para compreender a persistência e a complexidade do impasse atual.

O Budismo Tibetano ocupa papel central na formação da identidade e coesão social do povo tibetano, sendo também um elemento de tensão nas relações políticas entre o Tibete e a China. Após a ocupação chinesa, o governo

da República Popular da China buscou neutralizar, eliminar ou acomodar o Budismo Tibetano em suas políticas nacionais, reconhecendo o potencial dessa tradição religiosa para mobilizar a sociedade tibetana (Goldstein; Kapstein, 1998).

A influência da instituição monástica na sociedade tibetana é difícil de ser superestimada. Mosteiros como Drepung, que chegou a abrigar até 10.000 monges, exerciam significativo poder político e econômico, frequentemente rivalizando com o governo secular. A intervenção comunista resultou em uma drástica redução dessas instituições, mas também impulsionou processos de reconfiguração e revitalização monástica (Goldstein; Kapstein, 1998).

Na prática, a intervenção chinesa provocou profundas mudanças na configuração histórica do Budismo Tibetano, culminando no exílio do 14º Dalai Lama para a Índia e na criação de um governo tibetano no exílio, sediado em Dharamsala. Nesse contexto, o renascimento religioso no Tibete contemporâneo foi moldado por forças políticas, econômicas, educacionais e internacionais, que atuaram tanto na resistência quanto na negociação com as autoridades chinesas (Goldstein; Kapstein, 1998).

Além disso, movimentos visionários contemporâneos, como o culto Ter na província de Sichuan, liderado por figuras carismáticas como Khenpo Jikphun, têm desempenhado papel fundamental na revitalização do Budismo Tibetano. Esses movimentos se baseiam na tradição Nyingma e na redescoberta de textos e objetos sagrados, reforçando tanto a identidade religiosa quanto a coesão social dos tibetanos (Goldstein; Kapstein, 1998).

A peregrinação religiosa também se destaca como elemento estruturante da identidade tibetana. Por meio de práticas rituais, ensino religioso e formação de redes sociais, a peregrinação contribui para a construção do eu e da sociedade tibetana.

No âmbito global, a liberdade religiosa é considerada um direito humano fundamental, consagrado em diversos documentos internacionais. A Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada em 1948, estabelece em seu artigo 18 que “todos têm direito à liberdade de pensamento, consciência e religião” (Nações Unidas, 1948). Esse direito foi reiterado no Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos (PIDCP), de 1966, que detalha a liberdade de adotar

uma religião, de mudar de crença e de manifestá-la individual ou coletivamente (Nações Unidas, 1966).

Outros instrumentos normativos, como a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (1966), a Convenção sobre os Direitos da Criança (1989) e a Declaração sobre a Eliminação de Todas as Formas de Intolerância e Discriminação Baseadas em Religião ou Crença (1981), reforçam o compromisso internacional com a proteção da liberdade religiosa (Dziedzic, 2019).

No contexto chinês, a Constituição da República Popular da China, promulgada em 1982, prevê em seu artigo 36 certa proteção à liberdade religiosa, afirmando que “nenhum órgão estatal, organização pública ou indivíduo pode obrigar os cidadãos a crerem ou não crerem em qualquer religião” (China, 1982, Art. 36). Contudo, essa garantia é limitada pela definição vaga de “atividades religiosas normais”, conferindo ao Estado amplo poder de restrição e controle (Dziedzic, 2019).

O Budismo Tibetano constitui elemento central da identidade cultural e espiritual do povo tibetano (Dziedzic, 2019). Desde o século VII, o Budismo moldou a sociedade tibetana, influenciando sua organização política, social e cultural. A relação entre religião e identidade nacional tornou-se ainda mais evidente diante das tentativas chinesas de assimilação e controle ideológico.

O conflito entre Tibete e China é, essencialmente, uma disputa sobre história e legitimidade política. Conforme ressalta Sperling (2004), “o status do Tibete está no centro da controvérsia, como tem estado para todas as partes envolvidas ao longo do último século”. A questão central reside na reivindicação chinesa de que o Tibete é uma parte inalienável da China, contraposta à afirmação tibetana de que o Tibete foi historicamente independente até a ocupação militar chinesa em 1950.

A análise das narrativas históricas revela que tanto o governo chinês quanto o tibetano no exílio fundamentam suas posições em interpretações do passado. Sperling (2004) observa que “quando escritores e figuras políticas chinesas afirmam que o Tibete é parte da China, fazem-no com base na história”. Não se trata apenas de uma defesa do domínio chinês como ‘bom governo’, mas de uma tentativa de legitimação histórica.

No entanto, o autor destaca que essas posições, frequentemente apresentadas como reflexo de um consenso secular, são construções recentes. “Em algumas áreas, aspectos críticos da história foram mal interpretados por ambos os lados” (Sperling, 2004). Por exemplo, a alegação chinesa de que o Tibete é parte integral da China desde o século XIII consolidou-se apenas no século XX. Sendo que, até os anos 1950, era comum que autores chineses descrevessem o Tibete como um estado vassalo, e não como uma província inseparável.

## **2.5 O ACORDO DE 17 PONTOS E A DISPUTA DE NARRATIVAS SOBRE A SOBERANIA**

A repressão religiosa no Tibete intensificou-se a partir da ocupação chinesa, formalizada pelo Acordo dos Dezesete Pontos, em 1951. A partir desse momento, a política chinesa buscou minar a influência do Budismo Tibetano, considerado um obstáculo à integração do Tibete ao projeto socialista (Dziedzic, 2019).

O Acordo dos Dezesete Pontos, firmado entre a China e representantes do governo tibetano, é um documento que estabeleceu formalmente a soberania chinesa sobre o Tibete, ao mesmo tempo em que prometia preservar o sistema político e a autonomia regional tibetana. O acordo foi assinado por uma delegação tibetana liderada por representantes do jovem 14º Dalai Lama, que na época tinha 15 anos, sob forte pressão militar e política da China, que havia invadido o Tibete no ano anterior.

O documento, oficialmente chamado de "Acordo entre o Governo Popular Central e o Governo Local do Tibete sobre as Medidas para a Libertação Pacífica do Tibet", contém dezessete cláusulas que reconhecem a soberania da China sobre o Tibete, mas garante a manutenção do sistema político tibetano, incluindo o papel do Dalai Lama como chefe espiritual e temporal, além da preservação das instituições religiosas e culturais locais (Wikipédia, 2024; O Globo, 2024).

Apesar do acordo prever autonomia para o Tibete, o Dalai Lama e a Administração Central Tibetana no exílio consideram que o documento foi assinado sob coação e que a China não cumpriu as promessas feitas, especialmente no que diz respeito à autonomia e à não interferência nos

assuntos internos tibetanos. Em 1959, após a repressão violenta de um levante popular contra a presença chinesa, o Dalai Lama fugiu para a Índia, denunciando o acordo e reafirmando a luta pela independência tibetana (O Globo, 2024; Gati Bete, 2022).

Historicamente, o acordo foi resultado da invasão militar chinesa iniciada em 1950, quando o Exército de Libertação Popular atravessou o rio Jinsha e derrotou as forças tibetanas em Chamdo, pressionando o governo tibetano a aceitar negociações em Pequim. O acordo foi apresentado como uma forma de garantir uma "libertação pacífica" do Tibete, mas é amplamente considerado, por analistas internacionais e pelo governo tibetano no exílio, como um instrumento de anexação forçada (Wikipédia, 2024).

A posição oficial da República Popular da China afirma que “por mais de 700 anos, o governo central da China exerceu soberania contínua sobre o Tibete e o Tibete nunca foi um estado independente” (PRC, 1992 *apud* Sperling, 2004). Essa narrativa, no entanto, evoluiu ao longo do século XX, sendo apenas recentemente consolidada como discurso oficial. Sperling (2004) ressalta que, mesmo após a incorporação do Tibete à China, as narrativas chinesas sobre o processo eram frequentemente vagas e contraditórias quanto à cronologia e à natureza da relação sino-tibetana.

Em contraposição, o governo tibetano no exílio sustenta que “no momento de sua invasão pelas tropas do Exército de Libertação Popular da China, em 1949, o Tibete era um estado independente de fato e de direito. A invasão militar constituiu uma agressão a um estado soberano e uma violação do direito internacional” (Tibetan Government-in-Exile, 1993 *apud* Sperling, 2004).

O conceito de “relação sacerdote-patrono” (*priest-patron*) é frequentemente utilizado para descrever os laços entre líderes religiosos tibetanos e imperadores chineses, sugerindo uma relação espiritual em vez de subordinação política. No entanto, Sperling (2004) argumenta que tal conceito é uma construção recente e não reflete a complexidade das relações históricas, que variaram entre independência e subordinação política ao longo dos séculos.

A definição do momento da “invasão” do Tibete é outro ponto controverso. Enquanto o governo tibetano no exílio aponta 1949 como o início da agressão chinesa, Sperling (2004) esclarece que o governo tibetano só declarou estar sob

ataque em 1950, quando as tropas chinesas cruzaram para territórios sob jurisdição do Dalai Lama.

Regiões tibetanas fora desse controle já haviam sido incorporadas à China anteriormente, o que adiciona complexidade à delimitação histórica e política do Tibet. “A insistência nas últimas décadas em 1949 como a data da invasão do Tibete é uma tentativa de definir esses territórios como parte do Tibet”, aponta o autor (Sperling, 2004).

Sperling (2004) enfatiza que “posições sobre o Tibete que se dizem reflexo de séculos de consenso popular são, na realidade, formulações recentes, frequentemente em desacordo com a própria história que pretendem representar”. O autor sustenta que a análise crítica das fontes primárias em chinês e tibetano é fundamental para compreender a complexidade das relações históricas, já que materiais em inglês tendem a ser mais polêmicos e voltados à opinião internacional.

A utilização da história como instrumento de legitimação política é evidente em ambos os lados do conflito. “A centralidade da história na questão do status do Tibete não poderia ser mais clara”, conclui Sperling (2004).

### **2.5.1 Da destruição física ao controle institucional: a evolução da repressão**

Durante a Revolução Cultural (1966-1976), a repressão atingiu níveis extremos: segundo Dziedzic (*apud* Cimmino, 2018), cerca de 90% dos mosteiros tibetanos foram destruídos, e a população de monges e monjas diminuiu em 93%, devido a execuções e prisões. Mesmo após esse período, as relações entre o Estado chinês e as instituições budistas tibetanas permaneceram tensas, com o governo adotando políticas que limitam as liberdades religiosas dos tibetanos.

No final da década de 1970, sob a liderança de Deng Xiaoping, iniciou-se um breve período de liberalização, com reconstrução de mosteiros e relativo florescimento religioso (Dziedzic, 2019, p. 10). Entretanto, manifestações pró-direitos humanos em 1987 e a intensificação do controle estatal nos anos 1990 reverteram esse processo, culminando em novas restrições e perseguições.

Apesar de o Budismo ser uma das cinco religiões oficialmente reconhecidas na China, cuja prática é protegida pelo artigo 36 da Constituição

de 1982, o governo frequentemente redefine o conceito de “atividades religiosas normais” para justificar restrições adicionais (Cimmino, 2018).

Nos últimos anos, campanhas obrigatórias de “educação patriótica” foram implementadas em mosteiros, incentivando a lealdade ao Estado e a denúncia de apoio ao Dalai Lama. Segundo Dziedzic (*apud* Cimmino, 2018), tais campanhas têm um “efeito traumatizante” sobre os monásticos, interrompendo rotinas religiosas e instilando paranoia e medo de repressão.

A supervisão do governo sobre o Budismo Tibetano foi intensificada após manifestações não violentas em 2008, que resultaram em repressão violenta e prisões de monges (Cimmino, 2018).

Em 2010, a chamada “Ordem nº 8” ampliou o controle estatal sobre os assuntos internos dos mosteiros. Destaca-se, ainda, a infame “Ordem nº 5”, que transfere ao Partido Comunista o controle do processo de reconhecimento de reencarnações de lamas, interferindo diretamente no dogma religioso tibetano (Cimmino, 2018).

A narrativa oficial justifica a repressão ao Budismo Tibetano como parte de um projeto de modernização e transformação social, frequentemente contrastando os “costumes retrógrados” do Tibete pré-1949 com os supostos avanços trazidos pelo domínio chinês (Cimmino, 2018). No entanto, observa-se que, mesmo após certa flexibilização para a prática religiosa aprovada pelo Estado, permanece um sentimento de condescendência e inferioridade em relação à cultura tibetana (Cimmino, 2018).

## **2.6 A captura da linhagem: o caso do Panchen Lama e o controle da sucessão**

Um dos episódios mais emblemáticos da interferência estatal foi o desaparecimento do 11º Panchen Lama, reconhecido pelo Dalai Lama em 1995. O governo chinês rejeitou a escolha e nomeou outro candidato, evidenciando o controle sobre processos religiosos fundamentais para o Budismo Tibetano (Dziedzic, 2019, p. 12).

O sequestro do Panchen Lama em 1995, reconhecido pelo Dalai Lama como legítima reencarnação, ilustra a tentativa do governo de controlar as estruturas de poder religioso tibetanas (Cimmino, 2018).

Essas medidas visam transferir o controle cultural e político do Budismo Tibetano para o governo central, enfraquecendo o papel do Dalai Lama como símbolo da identidade nacional tibetana e alternativa à cultura han promovida pelo Estado (Cimmino, 2018).

O desaparecimento forçado de Gedhun Choekyi Nyima, reconhecido pelo Dalai Lama como o 11º Panchen Lama, representa um dos episódios mais emblemáticos da intervenção chinesa na liderança religiosa tibetana. A partir de fontes acadêmicas, jornalísticas e relatórios de direitos humanos, torna-se clara a ideia de que a apropriação da figura do Panchen Lama constitui uma estratégia estatal para legitimar o domínio sobre o Tibete, além de explorar as consequências para a comunidade tibetana e o cenário internacional.

No Budismo Tibetano, o Panchen Lama é a segunda figura espiritual mais importante, abaixo apenas do Dalai Lama, e exerce papel fundamental na identificação da reencarnação do próprio Dalai Lama, configurando-se como um eixo central da continuidade religiosa e cultural tibetana (BBC News Brasil, 2025). A sucessão do 11º Panchen Lama, entretanto, foi marcada por um sequestro que expõe a disputa entre o governo chinês e a liderança tibetana exilada.

Após a morte do 10º Panchen Lama, em 1989, iniciou-se o processo tradicional tibetano para identificar sua reencarnação. Esse processo envolve sinais espirituais, oráculos e a autoridade do Dalai Lama na confirmação da reencarnação legítima. Em 14 de maio de 1995, o Dalai Lama reconheceu oficialmente Gedhun Choekyi Nyima, então com seis anos, como o 11º Panchen Lama (BBC News Brasil, 2025; Daissen, 2022). Este reconhecimento seguiu os rituais tradicionais, que são centrais para a legitimidade religiosa dentro da comunidade tibetana.

Três dias após o reconhecimento oficial pelo Dalai Lama, Gedhun Choekyi Nyima e sua família foram sequestrados pelas autoridades chinesas, cujo paradeiro permanece desconhecido até hoje, sob segredo de Estado (BBC News Brasil, 2025; ZAP, 2025). Em novembro de 1995, o governo chinês nomeou outro garoto, Gyaincain Norbu, por meio de um processo controlado, incluindo o uso da chamada “urna dourada”, método tradicionalmente utilizado para sorteio, mas neste caso manipulado para excluir o Dalai Lama do processo (Wikipédia, 2006).

A nomeação do “Panchen falso” por Pequim é rejeitada pela maioria dos tibetanos e pela comunidade internacional que apoia o Dalai Lama, configurando uma tentativa clara do Estado chinês de controlar a sucessão religiosa e, por consequência, a liderança espiritual do Tibete (BBC News Brasil, 2025; Correio Braziliense, 2015).

O controle estatal sobre a sucessão do Panchen Lama insere-se em uma estratégia mais ampla do governo chinês para consolidar sua autoridade sobre o Tibet. Como o Panchen Lama tem papel decisivo na identificação do próximo Dalai Lama, a China busca assegurar que a sucessão da principal liderança espiritual tibetana ocorra sob sua influência, minando a autoridade do Dalai Lama exilado e reforçando a hegemonia política sobre o Tibete (BBC News Brasil, 2019; Daissen, 2022).

Essa intervenção na sucessão religiosa demonstra a instrumentalização da religião para fins políticos, uma tentativa de domesticar e controlar as instituições budistas que historicamente foram pilares da identidade e resistência tibetanas (Sperling, 2004).

O desaparecimento de Gedhun Choekyi Nyima é um exemplo emblemático de violações de direitos humanos, incluindo desaparecimento forçado e restrição à liberdade religiosa. Organizações internacionais, como a ONU e a Human Rights Watch, têm denunciado a situação, classificando-a como uma grave violação dos direitos fundamentais (ONU, 2025; Human Rights Watch, 2025).

Em resposta, diversos governos e parlamentos, como os dos Estados Unidos, Canadá e União Europeia, têm pressionado a China pela libertação do Panchen Lama legítimo, destacando a importância do respeito à autonomia religiosa e cultural tibetana (McGovern, 2019).

Para os tibetanos, a ausência do verdadeiro Panchen Lama representa uma perda profunda, não apenas espiritual, mas também cultural e política. A figura do Panchen Lama é símbolo de continuidade histórica e esperança para o futuro do Tibet. A incerteza sobre o paradeiro de Gedhun Choekyi Nyima gera angústia e reforça o sentimento de opressão e resistência cultural (Tsendue, 2025).

O governo chinês afirma que Gedhun Choekyi Nyima e sua família vivem uma vida normal e que não há desaparecimento forçado, alegando que o Estado

oferece proteção contra tentativas de sequestro por forças externas (Embaixada da China em Londres, 2025). A nomeação de Gyaincain Norbu é apresentada como legítima e tradicional, embora amplamente contestada (Wikipédia, 2006).

Essa narrativa oficial busca minimizar críticas internacionais e legitimar o controle estatal sobre as instituições religiosas tibetanas, inserindo-se no discurso de “harmonia social” e “unidade nacional” promovido pela RPC (Zhang, 2023).

A situação permanece um ponto crítico nas relações sino-tibetanas e um desafio para a comunidade internacional na defesa dos direitos humanos e da liberdade religiosa.

O Dalai Lama, enquanto líder espiritual e símbolo da cultura tibetana, é percebido pelo governo como ameaça fundamental à legitimidade chinesa no Tibete (Cimmino, 2018). A retórica oficial frequentemente ataca sua figura, reforçando a percepção de que as estruturas de poder do Budismo Tibetano operam em paralelo e potencialmente ameaçam a autoridade do Estado (Kolås, 1996 *apud* Cimmino, 2018).

A continuidade da repressão religiosa, justificada pelo combate ao separatismo e ao terrorismo, não contribuiu para a estabilidade na região, mas, ao contrário, tende a radicalizar as comunidades religiosas minoritárias (Cimmino, 2018). Até que haja reconhecimento do caráter discriminatório dessas políticas, as perspectivas de melhoria nas relações sino-tibetanas permanecem limitadas.

A repressão ao Budismo Tibetano é parte de uma estratégia mais ampla de assimilação cultural e controle político promovida pelo Estado chinês. Pesquisadores como Barnett (1997) e Goldstein (1998) destacam que a destruição do patrimônio religioso tibetano visa enfraquecer a identidade nacional e limitar a capacidade de resistência da população local.

A política chinesa, embora justificada em termos de segurança nacional e modernização, viola princípios fundamentais do direito internacional e compromete a diversidade cultural da região (Barnett, 1997; Goldstein, 1998).

Além disso, a abordagem chinesa contrasta com a tendência internacional de valorização da liberdade religiosa como pilar da dignidade humana e da coexistência pacífica (Nações Unidas, 1966). A persistência das violações no Tibete revela os limites da eficácia dos mecanismos internacionais de proteção

dos direitos humanos diante de Estados autoritários e resistentes à pressão externa.

A relação entre o governo chinês e o Budismo Tibetano tem sido marcada, nas últimas décadas, por uma repressão sistemática e por tentativas de controle estatal sobre as instituições religiosas.

Em janeiro de 2018, a Human Rights Watch relatou que autoridades chinesas coordenaram uma “tomada de controle” do monastério de Larung Gar, reduzindo o tamanho do assentamento monástico, demolindo edifícios e nomeando funcionários ateus do Partido Comunista para cargos administrativos importantes (Cimmino, 2018).

Embora o governo alegue que tais medidas visam garantir a segurança das construções, observa-se que tais ações se alinham a um histórico de restrições à prática e às instituições do Budismo Tibetano.

O caso tibetano ilustra as profundas contradições entre os compromissos internacionais assumidos pela China e a realidade das práticas repressivas implementadas no Tibet. A liberdade religiosa, embora reconhecida formalmente, é sistematicamente restringida em nome da unidade nacional e do controle estatal. O reconhecimento dessas violações e a promoção de políticas internacionais eficazes são essenciais para a preservação da diversidade cultural e religiosa no Tibet.

## **2.7 A construção do mito de Shangri-La: o Tibete no imaginário ocidental**

A percepção da imagem de Tibete no imaginário ocidental ao longo dos séculos se desenvolveu em meio a uma crescente compreensão da realidade sociocultural do país. A ideia de Tibete é frequentemente associada a figuras como o Dalai Lama, rituais budistas e uma paisagem idílica, o que resulta em uma visão distorcida e romantizada (Vogliotti, 2014).

Os primeiros relatos ocidentais sobre a região datam do século XVII, quando missionários jesuítas tentaram entender a cultura tibetana por meio de suas próprias referências culturais. Esses relatos forneceram as bases para a formação do que se tornaria um mito ocidental, que persiste até os dias atuais (Harris, 1999).

A escritora russa teosófica Helena Blavatsky, que foi para lá ainda no século XIX, e o explorador escocês Laurence Waddell, no começo do século XX, contribuíram para a construção desse mito, apresentando o Tibete como um repositório de conhecimento oculto e espiritual, entrando para o imaginário como um lugar de paz e pureza, impulsionada por movimentos esotéricos e pela literatura, como *Horizonte perdido* (1933), de James Hilton, e *Sete anos no Tibete* (1952), de Heinrich Harrer. Esses trabalhos perpetuaram a ideia de um Tibete idílico, distante das turbulências modernas (Waddell, 1894; Blavatsky, 1917).

Apesar da rica cultura e história do Tibete, a percepção ocidental tende a ignorar a complexidade da realidade contemporânea em favor de uma visão idealizada e estagnada do país. Essa construção mítica serve como um refúgio para as ansiedades do Ocidente moderno, revelando uma necessidade de um espaço utópico em contraste com a realidade materialista (Brauen, 2000).

Entre o final do século XIX e início do XX, o Tibete e os Himalaias se tornaram um "canvas em branco" para os europeus, permitindo que projetassem suas fantasias e medos. A escassez de informações precisas sobre a região contribuiu para que os viajantes europeus a vissem como um espaço quase inexplorado, onde podiam construir narrativas que refletiam suas próprias ansiedades culturais. As representações do Tibete não apenas refletem a visão ocidental, mas também moldam a forma como os ocidentais percebem seus próprios contextos culturais e sociais (Neuhaus, 2012).

### **2.7.1 Tulkus ocidentais e a adaptação do sistema**

O primeiro tulku ocidental reconhecido foi Elijah Ary, nascido no Canadá, reconhecido como a reencarnação de Thubten Yeshe, fundador da Fundação para a Preservação da Tradição Mahayana (FPMT), pelo Dalai Lama, em 1979 (Mackenzie, 2014; Wehrstein, 2017). Em 1988, a primeira mulher tulku ocidental, Jetsunma Akon Lhamo (nascida Alice Zeol), foi reconhecida por Penor Rinpoche (Mackenzie, 2014).

Isso evidencia a ocidentalização acelerada do sistema, onde a preservação doutrinária paradoxalmente depende da ruptura com parâmetros étnicos tradicionais (Mackenzie, 2014).

Originalmente, a noção de tulku estava restrita às manifestações dos budas e de adeptos altamente realizados. Contudo, ao longo do tempo, o termo passou a ser aplicado também aos renascimentos de lamas virtuosos, consolidando-se como um elemento fundamental da tradição tibetana.

Os budistas tibetanos partem do pressuposto de que todos os seres renascem, em conformidade com a lei do carma. No caso dos lamas, acredita-se que, por terem acumulado mérito e virtude em vida, seus renascimentos lhes permitem continuar beneficiando a coletividade. O mérito (ou virtude) é concebido como a fonte primordial de felicidade e iluminação, sendo os tulkus considerados, por isso, fontes de grande benefício para inúmeros seres (Keown, 1996; Garfield, 2002).

O reconhecimento de um tulku envolve a identificação de sinais específicos, como lembranças de vidas passadas, demonstração de qualidades espirituais associadas à encarnação anterior ou a manifestação de habilidades extraordinárias. Além disso, a legitimidade do reconhecimento é reforçada quando realizada por lamas altamente qualificados e respeitados, e quando o tulku é entronizado em seu assento monástico anterior por discípulos do predecessor ou por autoridades institucionais legítimas.

Frequentemente, o reconhecimento ocorre antes dos cinco anos de idade, sendo seguido por um longo período de formação, que pode se estender por duas décadas ou mais, sob a tutela de mestres experientes e em instituições de excelência.

O objetivo primordial desse treinamento não é a obtenção de prestígio ou sucesso mundano, mas a formação de professores qualificados e servidores públicos que possam contribuir para os monastérios e para a sociedade tibetana em geral (Goldstein, 1989; Samuel, 1993).

### **CAPÍTULO 3: O FENÔMENO DOS TULKUS OCIDENTAIS: ESTRATÉGIA, ADAPTAÇÃO E RESISTÊNCIA GEOPOLÍTICA**

O presente capítulo se propõe a analisar o fenômeno da reencarnação de altos líderes do Budismo Tibetano no Ocidente, especificamente a emergência dos tulkus ocidentais, sob a lente da geopolítica da reencarnação e da teoria da transplantação religiosa e da identidade na diáspora. A função primordial deste capítulo, no âmbito desta dissertação, é integrar os elementos conceituais, históricos e empíricos apresentados nos capítulos anteriores, oferecendo uma interpretação coesa e consistente que responda à questão central da pesquisa.

O foco substancial reside na análise desse movimento não como um mero acaso doutrinário ou resultado da expansão missionária, mas como uma manobra estratégica de sobrevivência do Budismo Tibetano face ao persistente genocídio religioso e cultural perpetrado pelo governo da República Popular da China (RPC). A organização do raciocínio se desenvolve em três eixos interligados, conforme delineado a seguir:

- **Fundamentos teóricos e conceituais:** Abordam-se as reflexões teóricas necessárias para a compreensão do sistema de tulkus, o papel geopolítico da reencarnação e as dinâmicas da transplantação religiosa e da identidade na diáspora. Esta seção é elaborada em nível abstrato, conforme a crítica de composição, evitando a apresentação dos casos empíricos.
- **Fatos empíricos e estudos de caso:** Apresentam-se os dados concretos sobre a proliferação dos tulkus ocidentais, detalhando os estudos de caso mais emblemáticos, incluindo o tulku brasileiro, Lama Michel, e outros reconhecidos na Europa e América do Norte.
- **Síntese analítica:** Consolida a análise transversal dos estudos de caso, identificando um padrão de "hibridização estratégica" como resposta sistêmica à ameaça chinesa. A seção detalha três mecanismos de sobrevivência institucional: a desterritorialização da legitimidade, a função dos tulkus como pontes hermenêuticas e o dilema pedagógico, que aponta a necessidade de adaptar o treinamento monástico à subjetividade moderna. Conclui-se que o fenômeno atua como um

"seguro de vida" institucional, globalizando a linhagem para torná-la inatingível.

### **3.1 Fundamentos teóricos e legitimidade na geopolítica da reencarnação**

A análise do fenômeno dos tulkus ocidentais exige a construção de um quadro teórico que articule as dinâmicas da reencarnação e da identidade religiosa em um contexto de conflito geopolítico e diáspora. Esta seção se dedica a delinear os pilares conceituais necessários para a interpretação do caso empírico, evitando as oscilações entre os níveis teórico e factual.

A relação entre a reencarnação de lamas e a política contemporânea é um campo fértil de estudo. O trabalho de Cüppers (2004) sobre a relação entre religião e Estado no Tibete tradicional revela que essa dinâmica continua a evoluir mesmo no exílio. As tensões em torno do reconhecimento de tulkus e a influência do governo chinês sobre essa prática, conforme discutido por Slobodník (2023), destacam os desafios que os tibetanos enfrentam na preservação de sua cultura e religião.

#### **3.1.1 O sistema de tulkus: teologia, continuidade e estrutura institucional**

No Budismo Tibetano Vajrayana, o conceito de reencarnação é elevado a um patamar que transcende a mera crença doutrinária. Ele constitui um complexo mecanismo institucional e teológico vital para a continuidade das linhagens espirituais e, historicamente, da autoridade política do Tibete. O sistema dos tulkus, que é a tradução local do sânscrito *nirmanakaya* ("corpo de manifestação" ou "corpo criado"), formaliza essa sucessão, sendo o principal meio de preservação e transmissão do Dharma através das gerações.

A doutrina budista, de forma sutil, rejeita a transmigração de uma alma permanente (*ātman*), conforme preconiza o conceito de *anatta* ("não-eu"), que é a ausência de um eu substancial. O que se manifesta em existências sucessivas, no quadro do renascimento cíclico (*samsara*), é um fluxo contínuo de processos mentais e cármicos (a consciência sutil) que transporta impulsos, hábitos e tendências acumulados por vidas inumeráveis. Essa continuidade cármica é o que garante o prosseguimento da entidade espiritual, na qual a mente ou

consciência é considerada a verdadeira identidade, que renasce em conformidade com o carma acumulado.

No caso dos tulkus, esse processo é marcado pela intencionalidade consciente. Eles são líderes espirituais que, movidos pela compaixão (*bodhicitta*), escolhem renascer em uma nova forma física para continuar servindo aos seres sencientes. O princípio do tulku se fundamenta nos pilares doutrinários do Budismo, a saber: (1) a concepção dos três corpos búdicos (*trikaya*), que expressam os diferentes aspectos da budeidade; (2) a aspiração iluminada (*bodhicitta*); (3) a lei do carma, que rege o ciclo de causa e efeito; e (4) o renascimento, entendido como parte inerente ao ciclo de existência (*samsara*).

O processo de reconhecimento é, portanto, uma questão de legitimidade institucional. Envolve uma série de rituais e protocolos rigorosos, incluindo a busca por sinais como memórias de vidas passadas, preferências por objetos do antecessor, consultas a oráculos e visões, e a realização de testes formais por autoridades religiosas. A validade e a autoridade da liderança do Dalai Lama, a mais alta figura política e espiritual do Tibete, está intrinsecamente ligada à crença nesse sistema reencarnatório e na legitimidade do reconhecimento.

Além da manutenção da identidade nacional, a aceitação pelas quatro escolas principais e a adaptação política posterior à invasão chinesa foram fatores determinantes para o redesenho geográfico da instituição.

### **3.1.2 Reencarnação como instrumento geopolítico e o contexto de conflito**

O sistema de tulkus forneceu a base para a governança teocrática tibetana por séculos, estabelecendo uma hierarquia singular. Contudo, a invasão e anexação chinesa a partir de 1950 rompeu essa estrutura, gerando uma ameaça existencial à cultura e à religião tibetanas. A ocupação chinesa desencadeou um processo sistemático de destruição cultural, com a estimativa de que milhares de monastérios foram destruídos e a prática religiosa foi severamente restringida, sob o princípio ateu do Partido Comunista Chinês (PCC). O ápice desse processo foi o exílio do 14º Dalai Lama, Tenzin Gyatso, em 1959, juntamente com a liderança governamental e religiosa.

O cerne do conflito contemporâneo se concentra na tentativa de apropriação do sistema reencarnatório pelo governo chinês para legitimar sua ocupação e consolidar o controle ideológico. Essa instrumentalização política é ilustrada pelo sequestro, em 1995, de Gedhun Choekyi Nyima, o 11º Panchen Lama reconhecido pelo Dalai Lama, e sua substituição por um candidato escolhido pelo Estado chinês. Dado que o Panchen Lama tradicionalmente desempenha um papel chave no reconhecimento da reencarnação do Dalai Lama, esse ato colocou em risco a autonomia religiosa e a continuidade da linhagem máxima.

A intervenção chinesa foi formalizada pela "Ordem Estatal nº 5" de 2007, que exige que todos os reconhecimentos de tulkus sejam aprovados pelo governo chinês e ocorram em território chinês. Essa intervenção em um dogma teológico transforma a reencarnação em um explícito campo de batalha geopolítico e uma tática de controle hegemônico.

A resposta tibetana à pressão de Pequim manifestou-se por meio de medidas estratégicas de resistência que incidem diretamente sobre a ontologia e a função social da instituição dos tulkus. Compreender essas manobras é vital para esta dissertação, pois elas representam a tentativa de desvincular a sobrevivência da linhagem espiritual do controle territorial chinês. Essa reengenharia institucional baseou-se em dois pilares fundamentais:

**1. A secularização estratégica e o desacoplamento teopolítico:** Em 2011, o Dalai Lama renunciou formalmente à sua autoridade política, transferindo-a para o *Kalon Tripa* (Sikyong), o líder executivo eleito democraticamente. No âmbito do sistema de tulkus, essa decisão foi uma desarticulação radical do modelo teocrático tradicional Ganden Phodrang. Ao separar a 'Igreja' do 'Estado' no exílio, o Dalai Lama blindou a instituição do tulku: retirou da figura do reencarnado o peso político-administrativo que tornava sua captura tão atrativa para o Partido Comunista Chinês. A manobra visa garantir que, mesmo que a China interfira na sucessão política, a legitimidade espiritual permaneça intocada e fora de seu alcance jurisdicional.

**2. A redefinição teológica da sucessão (Emanação vs. Reencarnação):** Confrontando diretamente as normativas estatais chinesas sobre a gestão de 'Budás Vivos', o Dalai Lama redefiniu publicamente os

parâmetros de sua própria sucessão. Em declaração oficial e obras recentes, ele estabeleceu que seu sucessor nascerá invariavelmente em 'território livre', invalidando qualquer candidato escolhido sob a tutela de Pequim. Mais significativamente para a teologia dos tulkus, ele introduziu a possibilidade de a sucessão ocorrer via 'emanação' (*ma-dyos*) — permitindo a indicação de um sucessor ainda durante a vida do titular — em detrimento da reencarnação tradicional pós-morte (*skye-mched*). Essa adaptação doutrinária constitui uma manobra de sobrevivência calculada: ao flexibilizar o método de reconhecimento, o Budismo Tibetano anula a necessidade do hiato temporal entre a morte e o renascimento, fechando a janela de oportunidade que o governo chinês historicamente utiliza para manipular a seleção e instalar lideranças cooptadas.

### **3.1.3 A teoria da transplantação religiosa**

Para compreender a profundidade do deslocamento do Budismo Tibetano, é imperativo recorrer à gênese teórica do termo. Michael Pye, pioneiro na formulação do conceito, estabelece que a transplantação religiosa difere fundamentalmente da simples missão ou difusão. Em sua análise seminal, revisitada e traduzida para o contexto acadêmico brasileiro (Pye, 2014), o autor argumenta que o deslocamento de um sistema de crenças de seu ambiente cultural de origem para um novo contexto não é um transporte mecânico de doutrinas, mas um processo orgânico e complexo, análogo ao botânico. A tradição, ao ser desenraizada de seu solo original e replantada em terreno estrangeiro, necessita de adaptações vitais para sobreviver em meio a novas condições climáticas sociais e culturais, gerando ambiguidades e novas formas de expressão.

Sob essa ótica, o movimento de levar a liderança espiritual e o sistema tulku para o Ocidente configura uma complexa "transplantação" nos exatos termos propostos por Pye, onde a identidade religiosa se torna um fenômeno dinâmico e multifacetado. O Budismo Tibetano no Ocidente não é uma mera réplica, mas um campo dinâmico de ressignificação cultural e adaptação, impulsionado pela diáspora iniciada em 1959.

Como observa Peter N. Gregory (2001), o crescente corpo de literatura sobre o Budismo na América reflete o surgimento de um novo subcampo dentro dos estudos budistas. Esse fenômeno de 'transplantação' envolve tanto reformas deliberadas quanto mudanças inconscientes, frequentemente denominadas 'americanização' ou ocidentalização.

No contexto específico do sistema de tulku, esse processo de aculturação gera consequências profundas e paradoxais. Ao transferir a linhagem de renascimentos para o Ocidente como estratégia de sobrevivência ao genocídio cultural chinês, a instituição é forçada a dialogar com valores seculares, democráticos e racionalistas. Isso afeta a autoridade do tulku, que deixa de ser legitimada apenas pela tradição hierárquica e passa a ser escrutinada sob a ótica da ética moderna, da igualdade de gênero e da transparência institucional.

Portanto, a 'americanização' atua como um filtro transformador: para sobreviver fora do Tibete, o tulku ocidental (ou ocidentalizado) precisa renegociar sua identidade, equilibrando a fidelidade à ortodoxia doutrinária com a necessidade de comunicar o Dharma a uma audiência que privilegia a psicologia e a aplicabilidade prática em detrimento do ritualismo devocional. Essa adaptação não é apenas geográfica, mas ontológica, redefinindo o que significa ser um 'Buda Vivo' no século XXI.

Fields (1998, *apud* Gregory, 2001) identifica seis características desse Budismo transplantado:

1. **Orientação para leigos:** Maior foco na prática acessível a não-monges e não-monjas.
2. **Ênfase na meditação e no bem-estar psicológico:** Forte integração com o discurso da saúde mental e do desenvolvimento pessoal, o que reflete a mudança do Budismo centrado em rituais para uma prática mais meditativa.
3. **Tendências democráticas e antiautoritárias:** Um distanciamento da estrutura hierárquica teocrática, favorecendo a abertura e o diálogo.
4. **Igualdade de gênero:** Esforços conscientes para elevar o papel das mulheres na prática e liderança budista, exemplificado pelo reconhecimento de Jetsunma Akon Lhamo.

5. **Engajamento social:** Uma maior atenção às questões éticas, ambientais e de direitos humanos.

6. **Integração com a Psicologia ocidental:** O diálogo frutífero entre a ciência da mente budista e a psicologia clínica e cognitiva.

A identidade religiosa, nesse contexto, não é fixa, mas constantemente negociada entre experiências individuais, narrativas nacionais (a luta pela autonomia) e processos globais (o apoio ocidental). Nesse sentido, o conceito de “tradição” emerge como um termo mais academicamente rigoroso do que “identidade”. Conforme defendido por Knut Martin Stünkel (2025), a "identidade" é um termo vago e politicamente carregado, enquanto a "tradição" é definida como um processo recursivo e dinâmico de transmissão, que reconhece a mudança e a interpretação, adaptando o passado às necessidades do presente.

Essa recursividade da tradição é o que permite a sobrevivência da linhagem em meio ao genocídio cultural. A literatura acadêmica identifica que essa adaptação aos contextos ocidentais é marcada por uma série de características que facilitam a aceitação e a continuidade em um ambiente secularizado. A emergência dos tulkus ocidentais se alinha perfeitamente a essa tendência. Ao serem reconhecidos fora do Tibete e, em sua maioria, sem origem étnica tibetana, eles promovem o desvinculamento da sobrevivência da linhagem da etnia e do território ocupado, rompendo com parâmetros étnicos tradicionais para garantir a preservação doutrinária e a continuidade da tradição fora do controle de Pequim.

A transplantação do Budismo Tibetano para as sociedades ocidentais constitui um dos desenvolvimentos mais significativos na globalização religiosa entre o final do século XX e o início do século XXI. Impulsionada pelo exílio do Dalai Lama e da diáspora tibetana a partir do final da década de 1960, essa disseminação não representa uma mera transferência geográfica, mas um complexo processo de reterritorialização.

Esse movimento reflete tendências macroscópicas na adaptação de tradições orientais a contextos ocidentais, caracterizadas por uma tensão dialética entre a continuidade da ortodoxia e a inovação adaptativa. Nesse cenário, o papel das comunidades diaspóricas torna-se central, atuando como mediadoras entre a preservação da herança cultural e os imperativos da

modernização. Trata-se, portanto, da consolidação de um movimento religioso transnacional que reconfigura as paisagens espirituais do Ocidente.

Acompanhando a expansão institucional do Budismo Tibetano, o campo acadêmico defronta-se com novas complexidades metodológicas e historiográficas. Como observa Baumann (1997), a consolidação dessa religiosidade no Ocidente foi paralela ao estabelecimento de robustas redes de investigação e à sistematização de recursos documentais.

Um marco dessa estruturação do campo é a análise que Baumann faz sobre o *Manual da Cultura Tibetana* (Coleman, 1993). Ao fornecer um diretório abrangente de centros budistas, instituições acadêmicas e organizações culturais, obras dessa natureza não servem apenas como catálogo, mas funcionam como evidência empírica do alcance global do fenômeno. Para o pesquisador contemporâneo, a existência desses compêndios sinaliza a transição do Budismo Tibetano de um objeto de estudo exótico para uma presença institucionalizada e integrada à cartografia intelectual do Ocidente.

Representantes religiosos como Chogyam Trungpa Rinpoche desempenharam papéis decisivos na adaptação dos ensinamentos budistas tibetanos ao público ocidental. A fundação do Instituto Naropa no Colorado (1974), por Trungpa Rinpoche, exemplifica os esforços para sintetizar as práticas tradicionais tibetanas com as estruturas educacionais ocidentais.

A pesquisa de Baumann (1997) fornece dados demográficos sobre as comunidades budistas tibetanas nos países ocidentais. Por exemplo, os Estados Unidos abrigavam entre 500 e 800 centros budistas tibetanos na virada dos séculos XX para XXI, enquanto a Alemanha contabilizava aproximadamente 400 centros. Esses números refletem os vários graus de institucionalização e popularidade do Budismo Tibetano nas diferentes regiões.

A adaptação do Budismo Tibetano aos contextos ocidentais envolve um processo de tradução cultural, em que as práticas tradicionais são reinterpretadas para se alinharem aos valores modernos. Baumann (1997) observa que o Budismo Tibetano no Ocidente diverge das práticas centradas em rituais no Tibete e que frequentemente enfatiza a meditação e o bem-estar psicológico. Essa mudança reflete tendências mais amplas no “Budismo protestante” (Obeyesekere, 1972, *apud* Gregory, 2001), onde a meditação é priorizada em detrimento dos rituais comunitários.

No entanto, essa adaptação não ocorre sem problemas colaterais. Alguns estudiosos argumentam que a secularização do Budismo Tibetano corre o risco de diluir sua profundidade doutrinária. Por exemplo, a ênfase na atenção plena em ambientes terapêuticos muitas vezes ignora os objetivos soteriológicos (de estudos da salvação) das práticas tradicionais tibetanas.

As comunidades da diáspora tibetana desempenham um papel crucial na preservação das práticas tradicionais enquanto navegam pelas normas culturais ocidentais. Baumann (1997) observa que essas comunidades muitas vezes servem como “refúgios culturais”, mantendo rituais, idioma e educação religiosa. No entanto, as gerações mais jovens enfrentam desafios para equilibrar a identidade tibetana com a assimilação ocidental. O caso da Alemanha ilustra essa dinâmica. A Confissão Budista, de 1985, uma declaração conjunta de diversos grupos budistas para obter reconhecimento legal, destaca os esforços para criar uma identidade unificada, respeitando as diferenças doutrinárias.

O estudo do Budismo Tibetano no Ocidente requer abordagens diferenciadas para categorizar suas diversas manifestações. Baumann (1997) critica tipologias rígidas, defendendo estruturas que levem em conta práticas híbridas e adaptações locais.

A literatura sobre o tema aponta para uma nova configuração de identidades na diáspora tibetana, onde a prática do Budismo se adapta às realidades culturais locais. Lopes (2015) discute como as instituições budistas tibetanas no Ocidente buscam ressignificar suas práticas para se adequarem a um novo público, mantendo, ao mesmo tempo, suas raízes culturais. O Budismo Tibetano na diáspora não é uma simples reprodução das tradições, mas um campo dinâmico onde as práticas são constantemente ressignificadas e adaptadas. As instituições e os indivíduos tibetanos no exílio criam novas formas de autoridade, identidade e comunidade ao interagir com o ambiente cultural ocidental, enquanto simultaneamente buscam preservar suas raízes e crenças fundamentais.

O autor enfatiza que a religião no Ocidente não se limita a ser uma cópia da sua forma original, mas sim um fenômeno de “ressignificação cultural”. Ele argumenta que essa adaptação é um processo ativo de criação, onde a tradição se molda a novas realidades para sobreviver e florescer fora do Tibete.

As reencarnações de lamas no Ocidente após a invasão chinesa representam um microcosmo das interações entre religião, cultura e política. A adaptação dessas tradições em um novo contexto geopolítico não apenas desafia as noções de identidade cultural tibetana, mas também oferece oportunidades para um diálogo intercultural mais profundo sobre a espiritualidade e a resistência.

O deslocamento de uma população que vive sob um governo teocrático, mesmo que o líder religioso e político tibetano, o Dalai Lama, tenha renunciado ao posto governamental em 2011, demonstra como a identidade religiosa é um fenômeno complexo e multidimensional, operando simultaneamente nos níveis individual, nacional e global. Desde os anos 1980, tem-se desenvolvido uma compreensão mais holística dos processos que moldam as identidades religiosas no mundo contemporâneo.

Há também os esforços do governo tibetano no exílio para se secularizar, mantendo vínculos com o Budismo, com a contradição de que a legitimidade do governo exilado ainda depende da autoridade moral do Dalai Lama, questionando a efetividade de uma democracia totalmente secularizada no contexto tibetano. A abordagem da geopolítica teorizada na religião é exemplificada pelos sistemas ritualísticos de autoridade (em vez de fronteiras físicas) e conceitos budistas de interdependência, que influenciam visões de paz global e relações internacionais.

O transplante do Budismo Tibetano exemplifica a interação dinâmica entre tradição e modernidade nas religiões globalizadas. Embora o Budismo Tibetano tenha estabelecido com sucesso raízes institucionais e culturais nas sociedades ocidentais, ainda há desafios para preservar sua integridade doutrinária e lidar com as mudanças geracionais nas comunidades da diáspora.

### **3.1.4 Uma abordagem fenomenológica da experiência do tulku**

Para compreender a transplantação do sistema de tulkus para o Ocidente, não basta analisar as manobras geopolíticas; é necessário investigar a estrutura da experiência subjetiva que valida essa liderança. Seguindo a crítica husserliana, a fenomenologia aqui não é utilizada para provar a veracidade metafísica da reencarnação, mas para descrever como este fenômeno *aparece*

(*Erscheinung*) à consciência do praticante ocidental e como ele se sustenta como uma realidade vivida.

A hipótese fenomenológica central é que a legitimidade do tulku no Ocidente não reside em dogmas burocráticos, mas naquilo que Edmund Husserl (2006) define como a "volta às coisas mesmas": a análise da maneira como o mestre reencarnado se apresenta à consciência intencional do discípulo.

A aceitação de uma criança espanhola (Osel Hita) ou de um jovem americano (Elijah Ary) como a reencarnação de um mestre tibetano exige do discípulo ocidental uma operação cognitiva específica. Apropriamo-nos aqui do conceito de *epoché* (suspensão do juízo) não como uma cegueira voluntária, mas como o ato de colocar "entre parênteses" a atitude naturalista e cientificista predominante no Ocidente.

Ao realizar a *epoché*, o praticante não nega a realidade biológica da criança à sua frente, mas suspende a tese de que "isso é apenas uma criança". Isso permite que a consciência se abra para o fenômeno religioso: a percepção da presença continuada do mestre anterior naquele novo corpo. Como aponta a literatura especializada em ciências cognitivas e fenomenologia (Gallagher; Zahavi, 2012), a experiência subjetiva tem primazia na constituição da realidade para o indivíduo. Para o discípulo, o tulku é o mestre, pois é assim que ele se manifesta em sua intencionalidade.

Para que essa experiência subjetiva ocorra e o fenômeno "apareça" com clareza, é necessário um contexto de significação, o que a fenomenologia chama de *Lebenswelt* (Mundo da Vida). A estratégia tibetana, consciente ou intuitivamente, focou na construção desse mundo intersubjetivo onde a reencarnação faz sentido.

O primeiro estágio dessa construção do *Lebenswelt* ocorreu nos campos de refúgio na Índia, como Buxa Chogar. Fenomenologicamente, esses locais não eram apenas abrigos, mas espaços onde a "atitude natural" do mundo secular era suspensa em favor da "realidade suprema" da prática religiosa. Khenpo Tsultrim Gyamtso Rinpoche e outros mestres iniciaram ali o que Alfred Schütz (1979) chamaria de construção de uma "realidade social" compartilhada.

A expansão para o Ocidente, via instituições como a Foundation for the Preservation of the Mahayana Tradition (FPMT), funcionou como a exportação dessa "estrutura de plausibilidade" (Berger, 1985). Para que o tulku ocidental

seja percebido como tal, ele precisa estar inserido em um horizonte de expectativas e símbolos que tornem sua autoridade reconhecível à consciência do devoto.

A resiliência adaptativa da cultura tibetana fornece os elementos sensíveis (noemáticos) que preenchem a consciência do praticante, permitindo a validação da experiência. A infraestrutura socioreligiosa criada na diáspora atua como o suporte material para essa vivência subjetiva:

- **A liturgia como linguagem da experiência:** A preservação dos rituais e a reconstrução dos mosteiros não são meros tradicionalismos. Eles criam a atmosfera fenomenológica necessária para que o sagrado se manifeste. Sem a experiência estética e sensorial do ritual, a percepção do tulku como um ser especial seria esvaziada.
- **A intersubjetividade na linguagem:** A manutenção da língua tibetana clássica e o treinamento rigoroso dos jovens tulkus garantem que, ao falarem, eles ecoem a "voz" da tradição. Para a consciência do discípulo, ouvir o jovem tulku ensinar o Dharma com a mesma terminologia do mestre falecido cria uma continuidade de consciência que valida a reencarnação na experiência direta.
- **O imaginário como realidade:** As expressões artísticas (*thangkas*, música) funcionam como suportes para a intencionalidade. Elas educam o olhar ocidental para ver além da aparência física, permitindo que a figura do tulku apareça envolta em uma aura de legitimidade ancestral.

Em suma, a transplantação do Budismo Tibetano, sob a ótica fenomenológica, é o sucesso em criar um ambiente onde a experiência subjetiva da reencarnação pode ser compartilhada intersubjetivamente. O tulku ocidental é validado porque a comunidade de praticantes compartilha um "mundo da vida" onde a continuidade da consciência é uma realidade palpável e vivida, sobrepondo-se às definições materialistas de identidade.

### 3.2 A globalização do sistema tulku e estudos de caso

A diáspora tibetana impulsionou a transplantação institucional para novas fronteiras. A expansão resultou na proliferação de reconhecimentos de tulkus nascidos nas Américas e na Europa, alterando o perfil demográfico da liderança.

### 3.2.1 A proliferação dos tulkus ocidentais

O crescimento do número de tulkus reconhecidos fora do Tibete se intensificou significativamente a partir de 1959. O primeiro tulku ocidental reconhecido foi Elijah Ary (mais tarde Tenzin Sherab Tulku), nascido no Canadá e reconhecido pelo Dalai Lama em 1979. Posteriormente, em 1988, o reconhecimento de Jetsunma Akon Lhamo (Alice Zeoli) como a primeira mulher tulku ocidental marcou uma adaptação adicional da tradição.

O CTA Census on Religious Institutions, conduzido pela Administração Central Tibetana, é um indicador crucial dessa estratégia, pois contabiliza tulkus formalmente reconhecidos independentemente de sua origem étnica ou local de nascimento, enfatizando o crescimento no período pós-1959 como parte do esforço de preservação.

A análise estatística dos reconhecimentos revela a aceleração do processo em um período crucial:

- Nos primeiros 36 anos seguintes ao exílio (1959 a 1995), foram registrados apenas quatro reconhecimentos de tulkus entre as Américas e a Europa.
- Nos 30 anos seguintes, até 2025, houve um registro de aproximadamente 56 novos reconhecimentos no Ocidente.
- Atualmente, aproximadamente 60 lamas reencarnados estão estimados nas Américas e Europa, sendo que a grande maioria foi reconhecida após o sequestro do Panchen Lama em 1995.

O perfil étnico desses novos líderes é ainda mais revelador da manobra estratégica. Enquanto na região do Himalaia e na Ásia Oriental apenas 8% dos tulkus são de origem não tibetana, impressionantes 94% dos ocidentais reconhecidos não são da etnia tibetana. Essa mudança demonstra que a tradição de reconhecimento se adaptou drasticamente à realidade da diáspora, garantindo a sobrevivência das linhagens fora do território tibetano e desvinculando o processo de sucessão da etnia e da soberania chinesa.

### **3.2.2 O precursor: Lama Thubten Yeshe e a fundação de um legado ocidental**

Para compreender a linhagem dos tulkus ocidentais, é imperativo analisar a trajetória de seu precursor, Lama Thubten Yeshe. Nascido em 1935, nas proximidades de Lhasa, em uma família camponesa, Yeshe foi reconhecido precocemente por um lama vidente como a reencarnação da abadessa de um convento tibetano, iniciando sua formação monástica na Universidade Monástica de Sera Je.

A invasão chinesa do Tibete em 1959 provocou uma ruptura dramática em sua trajetória tradicional, forçando-o ao exílio na Índia, onde a necessidade de sobrevivência cultural e religiosa o impulsionou a buscar novos horizontes para o Dharma.

No campo de refugiados de Buxa Duar, Yeshe iniciou o que Smith (2001) descreve como um processo de "ocidentalização estratégica" do Budismo Tibetano. Foi nesse contexto que ele conheceu Zina Rachevsky, uma socialite russo-americana descendente dos Romanov, cujo interesse pelo budismo serviu como catalisador para a missão de Yeshe. A parceria resultou na fundação do Monastério de Kopan, no Nepal, e posteriormente na criação da Foundation for the Preservation of the Mahayana Tradition (FPMT), uma organização que se tornaria a espinha dorsal institucional para a disseminação do Budismo Tibetano no Ocidente.

Lama Yeshe adotou uma abordagem pedagógica classificada por estudiosos como "não-ortodoxa" e profundamente pragmática, utilizando o conceito budista de *upaya* (meios hábeis) para traduzir a filosofia oriental para a mentalidade ocidental. Em suas extensas viagens internacionais, Yeshe rompia deliberadamente com a rigidez comportamental esperada de um lama tradicional: utilizava vestimentas ocidentais em vez dos mantos monásticos quando conveniente e participava de experiências culturais seculares, como visitas à Disneylândia e cassinos em Las Vegas.

Segundo Mackenzie (2014), essas ações não eram meras excentricidades, mas uma estratégia deliberada para desmistificar o guru e demonstrar que a essência da mente iluminada poderia ser mantida independentemente do ambiente cultural externo. Yeshe buscava provar que o

Darma não era uma relíquia exótica do Himalaia, mas uma ciência da mente aplicável à vida moderna. Sua morte prematura em 1984, na Califórnia, causada por problemas cardíacos congênitos, foi encarada por seus seguidores não como um fim, mas como uma etapa planejada. Yeshe havia previsto sua morte e, segundo relatos, preparado o terreno para seu retorno em um corpo ocidental, consolidando assim a transição do Budismo Tibetano de uma religião étnica para um fenômeno global.

### **3.2.3 Osel Hita (Tenzin Osel Rinpoche): o desafio da hibridização**

O caso de Osel Hita Torres representa um marco antropológico e teológico na história do Budismo Tibetano: a primeira vez que a reencarnação de um alto lama tibetano foi amplamente reconhecida em uma criança ocidental, gerando um debate global sobre identidade e tradição. Nascido na Espanha em 12 de fevereiro de 1985, filho de María Torres e Francisco Hita — alunos devotos de Lama Yeshe e fundadores do centro de retiro Osel-Ling —, Osel apresentou desde o nascimento comportamentos que a comunidade tibetana interpretou como sinais inequívocos de continuidade da consciência de seu predecessor.

O processo de reconhecimento seguiu o rigor tradicional, supervisionado pela elite religiosa no exílio. O 14º Dalai Lama, ao meditar sobre os candidatos à sucessão de Lama Yeshe, identificou consistentemente o nome de Osel, validando sonhos e intuições relatados por discípulos próximos. A criança, com pouco mais de um ano de idade, foi submetida aos testes clássicos de reconhecimento de objetos, distinguindo corretamente os pertences rituais de Lama Yeshe entre várias réplicas, o que culminou em sua entronização oficial aos 23 meses de idade como Tenzin Osel Rinpoche.

A trajetória educacional de Osel reflete as tensões inerentes à transplantação religiosa. Aos seis anos, foi enviado ao Monastério de Sera, na Índia, para receber a educação escolástica tradicional (*Geshe*), tornando-se o centro de um experimento pedagógico que visava fundir a disciplina monástica tibetana com a herança cultural ocidental. No entanto, a pressão institucional e o isolamento cultural geraram conflitos significativos. Mackenzie (2014) relata que, na juventude, Osel manifestou resistência à estrutura hierárquica e ao destino pré-ordenado, optando por abandonar a vida monástica aos 18 anos

para buscar uma educação secular na Europa, onde explorou áreas como cinema e música.

Atualmente, Osel autodefine-se como um “agnóstico científico”, uma postura que, paradoxalmente, não resultou em um rompimento total com sua linhagem. Ele permanece como diretor da Foundation for the Preservation of the Mahayana Traditione participa de eventos de ensino, argumentando que sua missão pode ser cumprida fora dos moldes monásticos tradicionais.

Seu caso ilustra a complexidade da adaptação do sistema de tulkus: demonstra a flexibilidade do Budismo Tibetano em reconhecer a autoridade espiritual em corpos não-tibetanos, mas também expõe os limites da imposição de modelos medievais de educação a indivíduos criados na modernidade líquida do Ocidente.

#### **3.2.4 Tenzin Sherab Tulku (Elijah Ary): a memória como ponte cultural**

O caso de Elijah Ary, reconhecido como Tenzin Sherab Tulku, difere substancialmente do de Osel Hita por envolver o fenômeno raro da memória espontânea e consciente de vidas passadas em um contexto não-budista. Nascido em Vancouver, Canadá, em 1972, filho de pais de origem judaica e protestante que posteriormente se converteram ao budismo, Elijah começou, aos três anos de idade, a relatar memórias vívidas de uma existência anterior no Tibete, descrevendo pessoas, locais e rituais que jamais havia conhecido nesta vida.

Segundo Mackenzie (2014), a precisão dessas memórias chamou a atenção de lamas visitantes, levando a um processo de investigação que culminou no reconhecimento formal pelo Dalai Lama, quando Elijah tinha sete anos. Ele foi identificado como a reencarnação de Geshe Jatse, um lama erudito que havia entrado em retiro solitário antes da invasão chinesa e falecido no exílio.

A infância e adolescência de Elijah foram marcadas pelo "hibridismo cultural" e pelo sofrimento psicológico decorrente do choque entre sua identidade espiritual tibetana e a realidade secular canadense. Relatos indicam que ele sofreu *bullying* severo na escola e sentia um profundo deslocamento existencial, exacerbado pela falta de compreensão de seus pares sobre sua condição de

tulku. Em busca de integração, Elijah abandonou a escola canadense aos 14 anos e viajou para a Índia, ingressando no Monastério de Sera Je. Lá, diferentemente de sua experiência no Ocidente, encontrou um ambiente de acolhimento onde sua identidade era validada e compreendida.

No entanto, a função de Tenzin Sherab como "ponte" entre culturas exigiu um retorno ao Ocidente. Após seis anos de formação monástica, ele voltou para completar sua educação secular, obtendo posteriormente um doutorado em História das Religiões pela Universidade de Harvard e tornando-se professor em Paris.

A trajetória de Tenzin Sherab exemplifica a evolução do papel do tulku no século XXI. Ao contrário dos lamas tradicionais que dependem de tradutores, Sherab encarna a própria tradução cultural. Ele utiliza sua formação acadêmica ocidental para contextualizar e validar a filosofia budista, atuando como um intelectual público que une a racionalidade crítica da academia com a visão contemplativa do Tibete. Smith (2001) e Mackenzie (2014) sugerem que figuras como ele representam o sucesso da estratégia de transplantação: a criação de uma liderança autóctone ocidental capaz de garantir a sobrevivência e a relevância do Budismo Tibetano face ao genocídio cultural em sua terra natal.

### **3.2.5 Estudo de caso: Lama Michel, o tulku brasileiro**

Em 1981, nasceu em São Paulo Michel Lenz Cesar Calmanowitz, uma figura que se tornaria um marco antropológico e teológico na história do Budismo no Ocidente. Diferente de outros casos que envolveram lamas já falecidos no exílio, a história de Michel conecta-se diretamente à visita de mestres tibetanos ao Brasil e à devoção de seus pais, Bel Cesar e Daniel Calmanowitz, que já eram praticantes do Dharma. A conexão cármica manifestou-se precocemente: aos 12 anos, em 1993, Michel tomou a decisão autônoma e radical de deixar a vida convencional de classe média em São Paulo para viver no Monastério de Sera Me, no sul da Índia, sob a tutela direta de T.Y.S. Lama Gangchen Rinpoche.

O reconhecimento formal não tardou, ocorrendo após uma série de sinais e evidências indicarem que o jovem brasileiro era a reencarnação de Drubchok Rinpoche, um renomado lama tibetano e *siddha* (realizado) da linhagem Gelug, famoso no Tibete por suas habilidades de cura e sabedoria tântrica.

A validação foi confirmada dentro da hierarquia Gelugpa, seguindo os protocolos seculares de identificação. É fundamental notar que, para a instituição tibetana, a nacionalidade é um acidente geográfico, enquanto a continuidade da consciência é a substância real; assim, a transição de um corpo tibetano para um brasileiro foi tratada com a mesma naturalidade teológica que uma transição entre duas famílias tibetanas vizinhas.

A tradição de reconhecer tulkus é uma das características mais distintivas do Budismo Tibetano, servindo como o principal mecanismo de preservação institucional. O processo com Michel seguiu o rigor tradicional: envolveu a consulta a oráculos, a interpretação de sonhos de altos lamas e, crucialmente, o teste de reconhecimento de objetos. Quando submetido à prova de identificar pertences de sua vida anterior misturados a réplicas, o jovem brasileiro demonstrou a familiaridade esperada, validando sua identidade perante a comunidade monástica. Esse tipo de teste é uma prática padrão referida na literatura especializada, como nos trabalhos de Tsering Shakya (1999), e serve para blindar a instituição contra acusações de favorecimento ou invenção política.

A significância deste caso reside na "intencionalidade" da escolha geográfica. Segundo a teologia tibetana, Drubchok Rinpoche teria escolhido renascer no Brasil, um país sem tradição budista histórica, como um ato deliberado de expansão da fronteira do darma.

Michel não apenas completou a rigorosa formação monástica tradicional (tornando-se fluente em tibetano e na filosofia dos debates), mas atua hoje como uma ponte hermenêutica singular. Sua existência desafia as noções de autenticidade cultural e apropriação espiritual, provocando discussões na academia. Alguns estudiosos, como Donald S. Lopez (1997), argumentam que o reconhecimento de tulkus ocidentais é o sinal definitivo da "globalização do Budismo", onde a tradição se adapta a novas realidades sem perder a essência ortodoxa.

Lama Michel tornou-se, assim, uma figura emblemática dessa transição, atuando como um mediador entre a antiga tradição tibetana e a moderna espiritualidade ocidental. O seu papel como professor e líder espiritual demonstra que a autoridade religiosa e a validade espiritual não estão mais vinculadas exclusivamente a um único local ou etnia, mas são transmitidas por

meio de uma complexa rede de linhagens que se estendem globalmente, garantindo a sobrevivência do sistema fora do alcance do controle estatal chinês.

A análise de Usarski (2004) é central para compreender a função estratégica deste caso específico na estrutura da diáspora. Segundo o autor, a reencarnação de um lama no Ocidente, como Michel, atende a três necessidades institucionais vitais:

- **Expansão e legitimação:** A presença de um líder nativo, que domina os códigos culturais locais, facilita a comunicação e aceitação da tradição, desmistificando a imagem do Budismo como algo puramente "exótico" ou inacessível.
- **Ponte cultural:** Lama Michel traduz a cosmovisão budista para o universo mental ocidental não apenas linguisticamente, mas ontologicamente, harmonizando conceitos medievais asiáticos com a subjetividade moderna sem diluir o conteúdo doutrinário.
- **Canal de autenticidade:** Em um cenário de disputa geopolítica, o reconhecimento de um tulku ocidental por mestres exilados é um ato de afirmação da soberania da linhagem. Michel consolida a autoridade da linhagem de Gangchen Rinpoche longe do controle de Pequim, provando que o "hardware" (o corpo étnico) pode mudar, desde que o "software" (a transmissão da linhagem) permaneça intacto.

Em suma, Lama Michel atua como um agente ativo de "reinvenção" e "*re(making) tradition*" na diáspora. Sua figura comprova a tese de que a autoridade religiosa tibetana conseguiu realizar com sucesso a sua desterritorialização, garantindo que a liderança espiritual do futuro possa emergir em qualquer lugar onde a comunidade de fiéis esteja estabelecida.

### **3.2.6 Síntese analítica: a geopolítica da encarnação e o padrão de hibridização**

A análise transversal dos estudos de caso — do pioneirismo de Lama Yeshe às trajetórias divergentes de Osel Hita, Tenzin Sherab (Elijah Ary) e Lama Michel — permite identificar um padrão de hibridização estratégica. Esses casos não constituem meras anomalias curiosas ou exceções à regra, mas delineiam

uma tendência sistêmica de resposta à ameaça existencial imposta pela ocupação chinesa.

O que esses casos têm em comum transcende a coincidência de nascimentos ocidentais; eles revelam a operacionalização de três mecanismos fundamentais para a sobrevivência da instituição:

### **1. A desterritorialização da legitimidade**

Em todos os casos observados, a validação espiritual foi dissociada da etnia e da geografia. Ao reconhecerem tulkus em corpos espanhóis, canadenses ou brasileiros, as autoridades monásticas no exílio (como o Dalai Lama e Sakya Trizin) estabeleceram um precedente jurídico-teológico: a linhagem espiritual não é propriedade do Estado chinês nem depende do solo tibetano. Isso cria uma "imunidade diplomática" espiritual. Enquanto Pequim tenta controlar a reencarnação através de leis e fronteiras, o Budismo Tibetano responde pulverizando suas lideranças em jurisdições democráticas onde o Partido Comunista não tem poder de veto.

### **2. A função de Ponte Hermenêutica**

Diferentemente dos lamas tibetanos da velha guarda, que necessitavam de tradutores linguísticos e culturais, os tulkus ocidentais atuam como tradutores ontológicos. Tanto Elijah Ary (com seu doutorado em Harvard) quanto Lama Michel (com sua inserção na cultura brasileira) incorporam a capacidade de decodificar o Dharma para a mentalidade ocidental sem a barreira do "exotismo". Eles representam a tendência de profissionalização e intelectualização da liderança, onde o carisma místico é complementado pela competência acadêmica e retórica secular.

### **3. O custo da adaptação (O dilema pedagógico)**

Por fim, os casos demonstram que a transplantação não é isenta de atritos. A "falha" no enquadramento monástico tradicional de Osel Hita e o sofrimento psicológico inicial de Elijah Ary evidenciam que o antigo currículo

feudal tibetano é incompatível com a subjetividade moderna ocidental. A tendência observada, portanto, aponta para uma reforma pedagógica: o futuro do sistema tulku no Ocidente parece caminhar não para o isolamento monástico total, mas para um modelo híbrido de "monge no mundo", capaz de navegar entre a disciplina espiritual e a fluidez da sociedade líquida moderna.

Em suma, a proliferação dos tulkus ocidentais confirma a hipótese central desta dissertação: trata-se de uma manobra de "seguro de vida" institucional. Ao transferir o "software" (a consciência do mestre) para um novo "hardware" (o corpo ocidental), o Budismo Tibetano garante que, mesmo que o Tibete geográfico desapareça sob a assimilação cultural chinesa, a linhagem de autoridade continuará operante, globalizada e inatingível.

## **CAPÍTULO 4 - A DISPUTA PELA LEGITIMIDADE: O DALAI LAMA, A CHINA E A SOBREVIVÊNCIA DA FÉ**

Este capítulo analisa a iminente crise sucessória do 14º Dalai Lama, Tenzin Gyatso, não apenas como um rito religioso, mas como o campo de batalha decisivo para a sobrevivência da autonomia tibetana. Diante da intervenção estatal da China, exemplificada pelo sequestro do Panchen Lama em 1995, investiga-se a estratégia tibetana de transferir a legitimidade da reencarnação para o "mundo livre", conforme delineado na recente obra *A voz de uma nação* (2025).

A discussão centraliza-se na infraestrutura institucional construída na diáspora e nas manobras geopolíticas para evitar que o controle de Pequim sobre a linhagem resulte na extinção da identidade nacional do Tibete. Examina-se o risco real do surgimento de duas lideranças rivais e como a manutenção da sucessão fora do território ocupado se consolidou como a última linha de defesa contra o genocídio cultural.

### **4.1 Crise sucessória e a ascensão de lideranças ocidentais**

A sucessão do Dalai Lama é uma questão de grande relevância que abrange aspectos espirituais, políticos e culturais, especialmente no contexto da ocupação chinesa do Tibete. Este tema suscita uma série de riscos e incertezas não apenas para a comunidade tibetana, mas também para a complexa relação entre o Tibete e a China.

No Budismo Tibetano, a reencarnação é um conceito central, e o Dalai Lama ocupa uma posição de destaque nesse processo. O Médium do Oráculo de Estado de Nechung enfatiza que a sucessão no Tibete difere das transições de liderança observadas em outros contextos, pois envolve a continuidade espiritual (Greenfield; Kataria, 2024).

#### **4.1.1 O Papel do Panchen Lama e a Intervenção Chinesa**

Historicamente, tanto o Dalai Lama quanto o Panchen Lama desempenham papéis cruciais na liderança espiritual do Budismo Tibetano. O Panchen Lama, segundo na hierarquia espiritual, é responsável por reconhecer a reencarnação do Dalai Lama. Contudo, essa dinâmica é complexificada pela intervenção do governo chinês, que reivindica o direito de decidir sobre a próxima encarnação do Dalai Lama. Essa luta pelo controle espiritual é acentuada pela política chinesa, que busca legitimar sua soberania sobre o Tibete (Gyatso, 2025).

A história da seleção do Panchen Lama ilustra as manipulações políticas da China. Após a nomeação de Gedhun Choekyi Nyima como o novo Panchen Lama pelo 14º Dalai Lama em 1995, ele foi sequestrado pelas autoridades chinesas. Em seguida, as autoridades chinesas escolheram Gyaincain Norbu como seu substituto. A legitimidade deste último é amplamente contestada pelos tibetanos. Essa situação levanta questões sobre a verdadeira autonomia espiritual do Budismo Tibetano sob a influência da China.

#### **4.1.2 A ascensão dos lamas ocidentais e a resiliência da fé longe do Tibete**

Diante da ameaça chinesa e da incerteza sobre a sucessão das principais linhagens, a disseminação e a adaptação do budismo tibetano em outras partes do mundo, notadamente nos Estados Unidos, tornam-se um estudo de caso fundamental sobre a resiliência da fé. Inicialmente, o budismo tibetano no Ocidente era predominantemente liderado por lamas tibetanos exilados, que trouxeram os ensinamentos para um novo público.

Contudo, para a perpetuação e enraizamento da doutrina em solo ocidental, surgiu a necessidade de adaptar os ensinamentos à cultura ocidental, o que impulsionou o treinamento e ordenação de lamas ocidentais, que se tornaram figuras centrais na construção do budismo norte-americano (Restrepo, 2013).

Essa transição não ocorreu sem desafios. A "legitimação" desses novos líderes foi uma questão primária, pois muitos lamas ocidentais precisaram "provar sua autenticidade e autoridade dentro de uma tradição milenar". Além

disso, a "adaptação cultural" dos complexos conceitos budistas para um público ocidental, frequentemente secularizado, representou um desafio significativo para que a essência dos ensinamentos não fosse diluída.

Conforme demonstrado no Capítulo 2, a adaptação realizada pelos lamas ocidentais criou a infraestrutura necessária para o cenário atual de sucessão das grandes linhagens, servindo de laboratório para a futura sucessão do Dalai Lama, o que não só "teve um impacto significativo na comunidade ocidental", mas também na "legitimação dos lamas ocidentais" (Restrepo, 2013).

Adicionalmente, esses novos líderes enfrentaram as próprias controvérsias e escândalos, incluindo alegações de má conduta e abuso de poder por parte de alguns líderes, o que gerou ceticismo e abalou a confiança de parte da comunidade (Restrepo, 2013).

Apesar dessas dificuldades, a "influência e papel cultural" dos lamas ocidentais foram inegáveis. Eles foram "cruciais para a 'americanização' do budismo tibetano, tornando-o acessível e relevante para um público mais amplo", e desempenharam um papel fundamental na "construção de uma infraestrutura de centros de meditação, publicação de livros e condução de retiros, moldando a identidade do budismo americano" (Restrepo, 2013).

#### **4.1.3 Implicações políticas e geopolíticas da sucessão**

A sucessão do Dalai Lama não é apenas uma questão religiosa, mas também uma questão de soberania e identidade cultural. A Central Tibetan Administration (CTA) e seus aliados no Ocidente, incluindo os Estados Unidos, estão se preparando para um futuro sem a presença do Dalai Lama, temendo que um sucessor inexperiente possa radicalizar o movimento, especialmente em um contexto de crescente hostilidade entre a China e os EUA.

Neste cenário, a "próxima fase do budismo tibetano nos EUA dependerá da capacidade desses lamas ocidentais de consolidar suas posições, lidar com as controvérsias passadas e continuar a adaptar a tradição para futuras gerações, enquanto mantêm a autenticidade dos ensinamentos" (Restrepo, 2013), evidenciando a crescente importância de uma liderança espiritual fora do Tibete.

A relação da Índia com a sucessão do Dalai Lama é igualmente complexa. A Índia tem se mostrado cautelosa em relação à interferência chinesa, afirmando que não se sentiria confortável com a tentativa da China de controlar a sucessão (Greenfield; Kataria, 2024).

A presença do Dalai Lama na Índia desde 1959 se tornou um ponto delicado nas relações diplomáticas entre Índia e China. A Índia deve equilibrar suas relações com a China e a crescente comunidade tibetana em exílio, que busca preservar sua cultura e religião (Gokhale, 2024).

A possibilidade de que a próxima reencarnação do Dalai Lama ocorra fora do controle chinês, ou que sua reencarnação seja reconhecida na Índia, pode complicar ainda mais as tensões existentes entre os dois países (Gokhale, 2024). Dessa forma, a sucessão do Dalai Lama é um desafio significativo que não apenas impacta a comunidade tibetana, mas também a dinâmica geopolítica entre a China e a Índia.

A falta de um líder respeitado e reconhecido pode levar à fragmentação da comunidade tibetana e ao aumento das tensões internas. Historicamente, a figura do Dalai Lama tem sido um fator de coesão, e sua ausência poderá desviar o foco em busca de autonomia para uma demanda por independência completa (Greenfield; Kataria, 2024).

Como resultado, a sucessão do Dalai Lama não se resume à continuidade espiritual, mas também reflete um labirinto político complexo que envolve questões de soberania, identidade cultural e direitos humanos do povo tibetano.

## **4.2 A ESTRATÉGIA DA SUCESSÃO NO 'MUNDO LIVRE' E A RESISTÊNCIA DO 14º DALAI LAMA**

No dia do seu octogésimo nono aniversário, em 2024, o 14º Dalai Lama, Tenzin Gyatso, expressou sua preocupação sobre como será sua sucessão e reencarnação. Ele expressou o desejo de que os tibetanos reflitam sobre essa questão (Greenfield; Kataria, 2024). Adicionalmente, em seu livro lançado em 2025, anuncia que não reencarnará na China quando for a hora.

O mais recente livro do 14º Dalai Lama, intitulado *A voz de uma nação: Mais de sete décadas de luta contra a China por minha terra e meu povo* (2025),

apresenta reflexões sobre a situação do Tibete e a luta pela autonomia do povo tibetano.

No texto, o Dalai Lama aborda questões centrais relacionadas à sua sucessão, ao papel da comunidade tibetana no exterior e à resistência contra a opressão chinesa.

- **Autonomia da Sucessão:** O Dalai Lama reafirma que a sucessão de sua linhagem é uma questão que deve ser decidida pelo povo tibetano, e não pela República Popular da China. Ele expressa a convicção de que a próxima reencarnação do Dalai Lama ocorrerá fora do território chinês, enfatizando que a continuidade da linhagem é vital para a preservação da cultura tibetana e para o futuro do Budismo Tibetano.
- **Unidade e Diáspora:** O autor discute a importância da unidade entre os tibetanos, tanto aqueles que residem no Tibete quanto na diáspora. Ele destaca que, apesar das dificuldades enfrentadas por aqueles que vivem sob o regime chinês, a comunidade tibetana no exílio desempenha um papel crucial na luta pela liberdade e na preservação da identidade cultural. Ele menciona que tem recebido inúmeras petições e apoios de líderes religiosos e da comunidade tibetana em todo o mundo, solicitando que a linhagem do Dalai Lama continue.
- **Crítica à Interferência Chinesa:** Outro ponto abordado no livro é a crítica ao governo chinês e sua recusa em reconhecer os princípios fundamentais do Budismo Tibetano, incluindo a crença na reencarnação e na continuidade espiritual. O Dalai Lama argumenta que a interferência da China na escolha do próximo Dalai Lama é uma violação dos direitos dos tibetanos e contraria os valores essenciais da religião. Ele descreve a tentativa da China de controlar a sucessão como uma estratégia política, afirmando que a escolha de um líder espiritual deve ser feita sem interferências externas (Gyatso, 2025).
- **Resiliência e Ativismo Global:** Além disso, o Dalai Lama reflete sobre os desafios enfrentados pela comunidade tibetana em um contexto de repressão e censura. Ele destaca que, apesar das dificuldades, a luta pela liberdade e pelos Direitos Humanos continua sendo uma prioridade para os tibetanos, tanto dentro quanto fora de seu país. A obra também menciona a importância do apoio internacional e a necessidade de um

diálogo contínuo sobre a questão tibetana, especialmente em um cenário global em que as tensões entre a China e outras nações estão aumentando. *A voz de uma nação* serve como um apelo à solidariedade e ao reconhecimento da complexidade da situação do Tibete. O Dalai Lama conclui que a esperança para o futuro do Tibete reside na resiliência do seu povo e na determinação de manter viva a sua cultura e espiritualidade, desafiando assim as tentativas de assimilação cultural promovidas pela China (Gyatso, 2025).

#### **4.2.1 O Processo de reencarnação e o risco de dois Dalai Lamas**

A liderança espiritual tibetana não é herdada nem eleita por votação. O processo de reencarnação do Bodisatva da Compaixão envolve a busca por um menino que, através de sinais místicos e provas, é reconhecido como a continuação espiritual do líder anterior.

O processo tradicional, que envolve a consulta ao oráculo e visões no lago Lhamo Latso, torna-se inviável sob vigilância chinesa. A dependência de sinais físicos no Tibete geográfico é agora uma vulnerabilidade estratégica que o Dalai Lama busca mitigar ao transferir a autoridade de reconhecimento para a Fundação Gaden Phodrang no exílio.

Desde a ocupação do Tibete e o exílio do Dalai Lama, a China considera o líder tibetano um separatista e proibiu a exibição de sua imagem. A sucessão é uma fonte de grande tensão entre a China e a hierarquia budista tibetana.

O Dalai Lama prevê que sua reencarnação nascerá "no mundo livre", com a identificação a cargo da Fundação Gaden Phodrang. Este conflito pode levar ao surgimento de dois Dalai Lamas: um reconhecido pela Fundação Gaden Phodrang e outro indicado pela China. O próprio Dalai Lama já declarou que o segundo não seria respeitado.

#### **4.3 A infraestrutura da diáspora: o suporte social e institucional para a sucessão**

A condição do Budismo Tibetano nas últimas sete décadas transcende a narrativa de resistência religiosa para configurar-se como um caso singular de

reorganização institucional extraterritorial. A invasão chinesa desmantelou a teocracia geográfica, forçando o sistema a migrar de um modelo estatal-territorial para uma estrutura de redes transnacionais. A viabilidade da próxima reencarnação do Dalai Lama não depende apenas de fatores teológicos, mas da robustez desta infraestrutura sociopolítica construída no exílio.

- **A institucionalização do "Estado sem território":** Diferente de outras diásporas desorganizadas, a comunidade tibetana estruturou o que a socióloga Stephanie Roemer (2008) define como um "governo no exílio" altamente funcional. A Administração Central Tibetana (CTA) em Dharamsala opera não apenas como entidade simbólica, mas como um aparato burocrático que gerencia a educação, a saúde e a cultura. A criação de assentamentos agrícolas na Índia (como Bylakuppe e Mundgod) e a rede de escolas Tibetan Children's Villages (TCV) formam a base material que permite a reprodução social da identidade tibetana (Goldstein, 1998). É dentro desse "Estado paralelo" que a legitimidade do futuro Dalai Lama será assegurada, independentemente do controle territorial de Pequim.
- **Dharma Centers como Rede de Paradiplomacia:** A expansão para o Ocidente deve ser lida sob a ótica da sociologia das organizações. Os centros de Dharma não funcionam apenas como locais de prática meditativa, mas atuam como "embaixadas informais" que geram capital político e financeiro. Como observa Zablocki (2009), a globalização do Budismo Tibetano criou uma rede de suporte transnacional que converte simpatizantes ocidentais em constituintes políticos, pressionando governos estrangeiros e mantendo a "Questão do Tibete" na agenda internacional. Essa estrutura global é o mecanismo que impedirá o isolamento do próximo líder espiritual.
- **Coesão Política e Mobilização Social:** A unidade da diáspora é mantida por organizações da sociedade civil que operam onde a estrutura monástica tradicional não alcança. O *Tibetan Youth Congress* (TYC) e a *Tibetan Women's Association* exemplificam a modernização da luta política, transitando de uma lealdade feudal

para um ativismo nacionalista moderno (McConnell, 2016). Richardson (1984) já apontava que essas organizações seriam cruciais para a autonomia futura. Hoje, elas servem como a "guarda pretoriana" ideológica que blindará a escolha do sucessor contra as tentativas de fragmentação promovidas pelo Partido Comunista Chinês.

Em suma, o futuro da instituição não repousa em um otimismo abstrato, mas na eficácia operacional dessa infraestrutura exílica. A capacidade do sistema de tulkus de sobreviver depende da manutenção desse ecossistema híbrido, que une a burocracia da CTA, a rede financeira dos centros ocidentais e o ativismo da juventude, garantindo que a autoridade do Dalai Lama permaneça institucionalmente ancorada, mesmo sem um solo nacional.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa dedicou-se a investigar se o progressivo reconhecimento de lideranças reencarnadas (tulkus) no Ocidente constitui uma resposta estratégica das autoridades tibetanas para garantir a sobrevivência do Budismo Tibetano frente às tentativas de apropriação e controle por parte da República Popular da China. Diante da invasão de 1950, do exílio do 14º Dalai Lama em 1959 e da sistemática destruição da infraestrutura monástica no Tibete ocupado, a questão central que norteou este trabalho buscou compreender se a "ocidentalização" das reencarnações transcende o fenômeno da difusão religiosa para se configurar como uma manobra geopolítica de defesa.

A análise dos dados históricos e empíricos coletados, confrontada com a estratégia de "sinização" promovida por Pequim e a resposta adaptativa da diáspora, permite uma resposta afirmativa e inequívoca à questão norteadora: a reencarnação deixou de ser exclusivamente um princípio teológico e um mecanismo de sucessão localizado para se consolidar como o ato final de resistência geopolítica e soberania institucional do Tibete.

A evidência examinada ao longo desta dissertação — desde o traumático sequestro do 11º Panchen Lama em 1995 até a declaração explícita de Tenzin Gyatso em sua obra de 2025, *A voz de uma nação*, de que não renascerá sob a bandeira chinesa — confirma que a transplantação da liderança para o Ocidente não é um acidente histórico ou mera consequência da globalização. Trata-se, ao contrário, de uma manobra estratégica deliberada. A impossibilidade de manter o sistema de tulkus livre de interferências estatais dentro de um Tibete ocupado, onde o Partido Comunista Chinês reivindica autoridade ateia sobre processos espirituais, impulsionou a configuração do Ocidente como um território livre, essencial para a continuidade da práxis e da institucionalidade budista.

Nesse contexto, o sistema de tulkus, e especificamente a futura linhagem do Dalai Lama, estabelece-se como a última linha de defesa da autonomia tibetana. Conforme observado nos estudos de caso de lamas ocidentais e na reestruturação política do governo no exílio, essa resistência opera em três frentes estratégicas que validam a hipótese central desta dissertação:

- **Bloqueio da apropriação estatal:** A decisão de transferir o local do renascimento para fora do controle da República Popular da China

invalida, *de facto*, a "Ordem Estatal nº 5" de 2007. Ao retirarem a sucessão do alcance jurídico, policial e militar de Pequim, os líderes tibetanos transformam um ato dogmático em um ato de soberania inalcançável pelo regime ocupante. Se o próximo Dalai Lama nascer na Índia, na Europa ou nas Américas, a legislação chinesa torna-se inaplicável, esvaziando a pretensão de legitimidade de qualquer candidato imposto pelo Partido Comunista.

- **Garantia da continuidade via desterritorialização:** A análise da ascensão de lamas ocidentais, como o caso do brasileiro Lama Michel, e a preparação da estrutura da diáspora demonstram que a tradição foi desvinculada da etnia e do território geográfico original. A sobrevivência da fé depende agora da "tradição" entendida como um processo recursivo de transmissão de consciência e conhecimento, e não mais de uma identidade fixa ao solo tibetano. O Dharma sobrevive porque se tornou portátil e global, protegido por uma infraestrutura transnacional que opera à revelia das fronteiras chinesas.
- **Legitimação global:** A internacionalização das linhagens sagradas, exemplificada pela atuação diplomática do atual Dalai Lama e pela emergência de tulkus ocidentais que atuam como pontes culturais, legitima o Budismo Tibetano como uma religião universal. Isso frustra a narrativa chinesa de que a questão tibetana é um problema doméstico de minorias étnicas, mantendo a "Questão do Tibete" viva na agenda diplomática e humanitária internacional e garantindo apoio político e financeiro contínuo.

Conclui-se, portanto, que a manobra de levar a reencarnação para o Ocidente é uma estratégia de sobrevivência institucional que utiliza o próprio dogma religioso como ferramenta de blindagem política. O risco do surgimento de "dois Dalai Lamas", um escolhido por Pequim e outro reconhecido pela fundação Gaden Phodrang no exílio, é real e iminente. No entanto, a legitimidade espiritual, conforme demonstrado pela rejeição massiva dos tibetanos ao Panchen Lama imposto pela China, permanecerá com aquele que for reconhecido pela hierarquia livre no exílio, independentemente de sua etnia ou local de nascimento.

Assim, ao garantir a continuidade das linhagens em "território livre" e fora do alcance de manipulação do Partido Comunista Chinês, o Budismo Tibetano assegura sua autenticidade doutrinária. A sucessão do 14º Dalai Lama, longe de representar o fim da linha ou a extinção da cultura tibetana, representa o início de uma nova era onde a fé transcende as fronteiras do mapa físico para sobreviver no mapa da consciência global. A resposta tibetana ao genocídio cultural não foi o confronto militar, mas a reengenharia de sua própria teologia para torná-la inatingível.

## SUGESTÕES PARA FUTURAS PESQUISAS

A transição do Tibete de uma sociedade budista para um regime comunista após a invasão e a anexação pela China é um tema de grande interesse não apenas por suas repercussões políticas, mas também por suas implicações sociais e culturais. As investigações futuras devem considerar diversas perspectivas para entender a complexidade dessa transformação.

As seguintes sugestões visam buscar melhor iluminação para áreas que ainda carecem de investigação e que podem contribuir significativamente para o entendimento da complexa relação entre espiritualidade, política e identidade no contexto tibetano:

1. **Análise da Influência Histórica:** Uma sugestão de pesquisa futura é a análise aprofundada da influência dos líderes políticos tibetanos e suas interações com potências externas, como o Império Britânico e a China. O estudo da figura do 13º Dalai Lama, que buscou modernizar o Tibete e preparar sua defesa, revela a necessidade de um exame mais detalhado sobre como suas reformas impactaram a resistência tibetana à invasão comunista. A pesquisa pode explorar as decisões políticas e militares que foram tomadas durante seu reinado e como elas moldaram a resposta do Tibete frente à invasão.
2. **O Papel da Elite Budista e das Reformas Sociais:** Outro aspecto a ser investigado é o papel das elites budistas e seu impacto nas reformas sociais que surgiram durante as primeiras décadas do século XX. O envolvimento de personagens como Gedun Chopel, que questionavam as tradições e buscavam uma nova identidade cultural para o país, pode

ser um foco central. Estudos sobre como a elite religiosa se adaptou ou resistiu às mudanças políticas e sociais proporcionadas pelo governo comunista podem oferecer *insights* valiosos sobre as dinâmicas de poder em jogo.

3. **Comparação com Outras Regiões:** A comparação entre a experiência do Tibete e outras regiões que passaram por transições similares, como a Mongólia, pode iluminar as particularidades da experiência tibetana. Essa análise comparativa pode ajudar a identificar padrões e diferenças nas reações populares e nas estratégias de resistência, além de proporcionar uma compreensão mais ampla das influências culturais e políticas que moldaram as transições.
4. **Impacto Cultural e Identidade:** A pesquisa pode também observar a preservação da cultura tibetana e a identidade nacional em face da opressão cultural e política. Investigando como o Budismo Tibetano sobreviveu e se adaptou sob o regime comunista, e como isso afetou a identidade coletiva, para se entender a resiliência cultural do povo tibetano.
5. **Documentação de Vozes Exiladas:** A coleta de testemunhos de tibetanos que vivem no exílio pode enriquecer a pesquisa, proporcionando perspectivas valiosas sobre a memória coletiva e a luta pela autonomia. Entrevistas e estudos etnográficos podem capturar a narrativa de resistência e as esperanças da diáspora tibetana.

A transição do Tibete de uma sociedade budista para uma comunista é um campo de estudo que requer uma abordagem multidisciplinar, envolvendo História, Sociologia, Ciência Política e Estudos Culturais, além, é claro, de Ciência da Religião.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADMINISTRAÇÃO ESTATAL DE ASSUNTOS RELIGIOSOS. **Order no. 5:** management measures for the reincarnation of living Buddhas in Tibetan Buddhism. Beijing: State Administration for Religious Affairs, 2007. Disponível em: <http://www.sara.gov.cn/GB/zcfg/89522ff7-409d-11dc-bafe-93180af1bb1a.html>. Acesso em: 20 maio 2025.
- AGNEW, J. Religion and geopolitics. **Geopolitics**, London, v. 11, n. 2, p. 183–191, 2006.
- ALMOND, P. **The British discovery of Buddhism**. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.
- ANALAYO, B. **Rebirth in early Buddhism and current research**. Somerville: Wisdom Publications, 2018.
- ANAND, D. **Geopolitical exotica: Tibet in Western imagination**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2008.
- ANDA, J.; PANKAJ, E. **The Dalai Lama's succession: strategic realities of the Tibet question**. Stockholm: Stockholm Center for South Asian and Indo-Pacific Affairs, 2023. Disponível em: <https://isdpa.eu/wp-content/uploads/2023/05/ISDP-Special-Paper-Tibet-May-15.pdf>. Acesso em: 19 maio 2025.
- APPADURAI, A. **Modernity at large: cultural dimensions of globalization**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1996.
- ARDLEY, J. Learning the art of democracy? Continuity and change in the Tibetan Government-in-Exile. **Contemporary South Asia**, v. 12, n. 3, p. 349–363, 2003.
- BARNETT, R. Between the lines: interpreting the Dalai Lama's statement on his successor. In: DALAI LAMA. **Acceptance speech**, on the occasion of the award of the Nobel Peace Prize. Oslo: Nobel Prize, 1989. Disponível em: [http://www.nobelprize.org/nobel\\_prizes/peace/laureates/1989/lama-acceptance.html](http://www.nobelprize.org/nobel_prizes/peace/laureates/1989/lama-acceptance.html). Acesso em: 20 maio 2025.
- BARNETT, R. Violated Specialness: Western political representations of Tibet. In: SCHNEIDER, L. A. (ed.). **Tibet and the Chinese People's Republic**. New York: Columbia University Press, 1997.

BAUMANN, M. A difusão global do Budismo: história e uma nova perspectiva analítica. In: USARSKI, F. (org.). **O Budismo no Brasil**. São Paulo: Editora Lorosae, 2001. p. 35-41.

BBC NEWS BRASIL. **O homem que pode indicar o próximo Dalai Lama e está preso na China**. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-48132993>. Acesso em: 27 maio 2025.

BBC NEWS BRASIL. **O mistério do líder tibetano de 6 anos que desapareceu**. 2025. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c057le6dp99o>. Acesso em: 27 maio 2025.

BECKWITH, C. **The Tibetan Empire in Central Asia**. Princeton: Princeton University Press, 1987.

BERGER, P. **O Dossel Sagrado**: elementos para uma teoria sociológica da religião. São Paulo: Paulus, 1985.

BHIKKHU, B. **The Buddha's teachings on social and communal harmony**. Somerville: Wisdom Publications, 2018.

BLAVATSKY, H. **The Secret Doctrine**. Adyar; Madras: Theosophical Publishing House, 1917.

BRAUEN, M. **Traumwelt Tibet**: Westliche Trugbilder. Bern: Haupt, 2000.

BRENNAND, I. A escola Nyingma e seus elementos fundamentais. **PLURA, Revista de Estudos de Religião**, Recife, v. 3, n. 2, p. 299, 2015. Disponível em: <https://revistaplura.emnuvens.com.br/anais/article/view/1195/935>. Acesso em: 2 set. 2025.

BRENTANO, R. Buxa Chogar: Saving Tibetan Buddhism in Exile. **Mandala**, v. 50, p. 50-60, 2019. Disponível em: <https://thus.org/buxa-chogar-saving-tibetan-buddhism-exile/>. Acesso em: 10 maio 2025.

BUDISMO TIBETANO: conheça características da religião dos Lamas. **Aventuras na História**, São Paulo, 28 mar. 2019. Disponível em: <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/budismo-tibetano-conheca-caracteristicas-da-religiao-dos-lamas.phtml>. Acesso em: 19 maio 2025.

BUTLER, S. **Tibetan Buddhism and the Tibetan Autonomous Region**. 2023. Dissertação (Mestrado) – John Carroll University, University Heights, 2023.

Disponível em: <https://collected.jcu.edu/mastersessays/157>. Acesso em: 2 jun. 2025.

CABEZÓN, J. I.; JACKSON, R. **Tibetan literature**: studies in genre. Ithaca: Snow Lion Publications, 1996.

CENTRAL TIBETAN ADMINISTRATION. **CTA Census on Religious Institutions**: report on tulku recognition and distribution. Dharamsala: Central Tibetan Administration, 2024. Relatório interno.

CFR EDITORS. **Religião na China**. Council on Foreign Relations, 15 maio 2024. Disponível em: <https://www.cfr.org/backgrounder/religion-china>. Acesso em: 6 ago. 2025.

CHINA. [Constituição (1982)]. **Constituição da República Popular da China**. Beijing, 1982. Disponível em: <https://bo.io.gov.mo/bo/i/1999/constituicao/index.asp>. Acesso em: 27 maio 2024.

CHINA.ORG.BR. **Conheça a verdade sobre a proteção à cultura tibetana pelo governo chinês**. 2024. Disponível em: <https://china.org.br/conheca-a-verdade-sobre-a-protecao-a-cultura-tibetana-pelo-governo-chines/>. Acesso em: 26 maio 2025.

CHINA. Information Office of the State Council. **Tibet — Its Ownership And Human Rights Situation**. Beijing, 1992.

COELHO, P. **O Tibete e a reencarnação**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2025. Disponível em: <https://www.academia.org.br/artigos/o-tibet-e-reencarnacao>. Acesso em: 20 maio 2025.

COLEMAN, **Graham (ed.)**. **A Handbook of Tibetan Culture**: a guide to Tibetan centres and resources throughout the world. Boston: Shambhala, 1993.

CONJGLOBAL. **Dossiê Tibet**: análise dos conflitos sino-tibetanos. **Revista Conjuntura Global**, Curitiba, v. 12, n. 1, 2023. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/conjglobal/article/download/35335/21890>. Acesso em: 26 maio 2025.

CORREIO BRAZILIENSE. China afirma que líder espiritual detido há 20 anos tem vida normal. **Correio Braziliense**, Brasília, 2015. Disponível em: [https://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/mundo/2015/09/07/interna\\_mundo,497585/china-afirma-que-lider-espiritual-detido-ha-20-anos-tem-vida-normal.shtml](https://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/mundo/2015/09/07/interna_mundo,497585/china-afirma-que-lider-espiritual-detido-ha-20-anos-tem-vida-normal.shtml). Acesso em: 22 jun. 2025.

CULTURAL SURVIVAL. **How Tibetan Culture is Thriving after over 60 Years in Exile**. 2023. Disponível em: <https://www.culturalsurvival.org/news/how-tibetan-culture-thriving-after-over-60-years-exile>. Acesso em: 26 maio 2025.

Cüppers, C. The relationship between religion and state (chos srid zung 'brel) in traditional Tibet. In: Cüppers, C. (ed.). **The relationship between religion and state in traditional Tibet**. Lumbini: Lumbini International Research Institute, 2004.

DAISSEN. **Sobre o sequestro do Panchen Lama**. Daissen, 2022. Disponível em: <https://www.daissen.org.br/sobre-o-seqstro-do-panchen-lama/>. Acesso em: 27 maio 2025.

DALAI LAMA OFFICE. **Tibetan culture and its potential to contribute to peace**. 2021. Disponível em: <https://www.dalailama.com/news/2021/tibetan-culture-and-its-potential-to-contribute-to-peace>. Acesso em: 26 maio 2025.

DIEMBERGER, H.; WANGDU, P. **dBa' bzhed**: The royal narrative concerning the bringing of the Buddha's doctrine to Tibet. Wien: Verlag der Österreichischen Akademie der Wissenschaften, 2000.

DIJKINK, G. When geopolitics and religion fuse: a historical perspective. **Geopolitics**, v. 11, n. 2, p. 192–208, 2006.

DITTMER, J. Intervention: religious geopolitics. **Political Geography**, v. 26, p. 737–739, 2007.

DITTMER, J.; STURM, T. (ed.). **Mapping the end times**: American evangelical geopolitics and apocalyptic visions. Farnham: Ashgate, 2010.

DOTSON, B. **The old Tibetan annals**: an annotated translation of Tibet's first history. Wien: Verlag der Österreichischen Akademie der Wissenschaften, 2009.

DREYER, J. **China's Forty Millions**. Cambridge: Harvard University Press, 1976.

DREYFUS, G. **The Sound of Two Hands Clapping**: The Resurgence of a Tibetan Buddhist School in exile. Berkeley: University of California Press, 2003.

DZIEDZIC, P. **Religion Under Fire**: A Report and Policy Paper on Religious Freedom in Tibet, 2019. Disponível em: <https://go.gale.com/ps/i.do?id=GALE%7CA364331944>. Acesso em: 27 maio 2025.

EMBAIXADA DA CHINA EM LONDRES. Resposta sobre o paradeiro do 11º Panchen Lama. **BBC News Brasil**, 2025. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c0571e6dp99o>. Acesso em: 27 maio 2025.

FIELDS, R. **How the Swans Came to the Lake: A Narrative History of Buddhism in America**. Boston: Shambhala, 1981.

FISCHER, A. M. How Much Does Beijing Control the Ethnic Makeup of Tibet? **The Diplomat**, 2 set. 2021. Disponível em: <https://thediplomat.com/2021/09/how-much-does-beijing-control-the-ethnic-makeup-of-tibet/>. Acesso em: 6 ago. 2025.

FOX, J.; SANDLER, S. **Bringing Religion Into International Relations**. New York: Palgrave Macmillan, 2004.

GREGORY, P. Describing the Elephant: Buddhism in America. **Religion and American Culture: A Journal of Interpretation**, v. 11, n. 2, p. 233-263, 2001.

LOPEZ JR., D. (ed.). **Religions of Tibet in Practice**. Princeton: Princeton University Press, 1997. *(Citado no texto em como "Donald S. Lopez (1997)". Cuidado para não confundir com J. Lopes, 2015)*

GALLAGHER, S.; ZAHAVI, D. **The Phenomenological Mind**. Londres: Routledge, 2012.

GARFIELD, J. L. **Empty words: Buddhist philosophy and cross cultural interpretation**. Oxford: Oxford University Press, 2002.

GOKHALE, V. **The Next Dalai Lama: Preparing for Reincarnation and Why It Matters to India**. Carnegie Endowment for International Peace, 2024. Disponível em: <https://carnegieendowment.org/research/2024/11/the-next-dalai-lama-preparing-for-reincarnation-and-why-it-matters-to-india>. Acesso em: 2 jun. 2025.

GOLDSTEIN, M. **A history of modern Tibet, 1913–1951. Volume 1: the demise of the Lamaist state**. Berkeley: University of California Press, 1989.

GOLDSTEIN, M. **A History of Modern Tibet, Volume 2: The Calm Before the Storm: 1951-1955**. Berkeley: University of California Press, 2007.

GOLDSTEIN, M. **Buddhism in Contemporary Tibet: Religious Revival and Cultural Identity**. Delhi: Motilal Banarsidass, 1999.

GOLDSTEIN, M. **The Snow Lion and the Dragon: China, Tibet, and the Dalai Lama**. Berkeley: University of California Press, 1998.

GOLDSTEIN, M.; KAPSTEIN, M. (org.). **Buddhism in Contemporary Tibet: Religious Revival and Cultural Identity**. Berkeley: University of California Press, 1998.

GONÇALVES, R. M. As flores do dharma desabrocham sob o Cruzeiro do Sul: aspectos dos vários “budismos” no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, n. 67, p. 198-207, set./nov. 2005. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/10260>. Acesso em: 6 ago. 2025.

GREENFIELD, C.; KATARIA, S. As the Dalai Lama turns 89, exiled Tibetans fear a future without him. **Reuters**, 2024. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/india/dalai-lama-turns-89-exiled-tibetans-fear-future-without-him-2024-07-06/>. Acesso em: 2 jun. 2025.

GREGORY, P. Describing the Elephant: Buddhism in America. **Religion and American Culture**, v. 11, n. 2, p. 233-263, 2001.

GRUNDY-WARR, C. Commentary: Pacific geographies and the politics of Buddhist peace activism. **Political Geography**, v. 30, p. 190–192, 2011.

GYATSO, T. (**Dalai Lama**). **Freedom in Exile: the autobiography of the Dalai Lama**. New York: HarperCollins, 1991.

GYATSO, T. (**Dalai Lama**). **A voz de uma nação: mais de sete décadas de luta contra a China por minha terra e meu povo**. Dharamsala: HarperCollins, 2025.

GYATSO, T. (**Dalai Lama**). **How to See Yourself As You Really Are**. New York: Atria Books, 2006.

GYATSO, T. (**Dalai Lama**). **The Fourteenth Dalai Lama**. [S. l.]: DalaiLama.com, 2025. Disponível em: <https://www.dalailama.com/the-dalai-lama/biography/the-fourteenth-dalai-lama>. Acesso em: 6 ago. 2025.

GYATSO, T. (**Dalai Lama**). **The Wheel of Life: Buddhist Perspectives on Cause and Effect**. Somerville: Wisdom Publications, 2015.

HARRIS, C. **In the Image of Tibet: Tibetan Painting after 1959**. London: Reaktion Books, 1999.

HONG KONG FREE PRESS. **60 years on: A brief history of the Dalai Lama’s escape from China-ruled Tibet**. 2019. Disponível em: <https://hongkongfp.com/2019/03/15/60-years-brief-history-dalai-lamas-escape-china-ruled-tibet/>. Acesso em: 26 maio 2025.

HOUSTON, S.; WRIGHT, R. Making and remaking Tibetan diasporic identities. **Social and Cultural Geography**, v. 4, n. 2, p. 217–231, 2003.

HUMAN RIGHTS WATCH. **China**: Tibet's Panchen Lama disappeared. 2020. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2020/05/15/25-years-after-disappearing-tibetan-panchen-lama-china-no-nearer-its-goal>. Acesso em: 27 maio 2025.

HUMAN RIGHTS WATCH. **China's Repression in Tibet**. 2022. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2022/10/18/chinas-repression-tibet>. Acesso em: 18 ago. 2025.

HUNTINGTON, S. **The clash of civilizations and the remaking of world order**. New York: Simon & Schuster, 1996.

HUSSERL, Edmund. **Ideias para uma fenomenologia pura e para uma filosofia fenomenológica**. Aparecida: Ideias & Letras, 2006.

HVITHAMAR, A.; JACOBSEN, B.; WARBURG, M. **Holy Nations and Global Identities**: Civil Religion, Nationalism and Globalisation. Copenhagen: Brill, 2009.

INTERNATIONAL CAMPAIGN FOR TIBET. **New state regulations on recognition of Tibetan reincarnates**. Washington, DC: International Campaign for Tibet, 2007. Disponível em: [https://www.savetibet.de/fileadmin/user\\_upload/content/berichte/Briefing\\_Papier\\_Reinkarnationsgesetz.pdf](https://www.savetibet.de/fileadmin/user_upload/content/berichte/Briefing_Papier_Reinkarnationsgesetz.pdf). Acesso em: 20 maio 2025.

INTERNATIONAL CAMPAIGN FOR TIBET. **China's Repression in Tibet**. 2025. Disponível em: <https://www.savetibet.org/chinas-repression-in-tibet/>. Acesso em: 6 ago. 2025.

IVAKHIV, A. Toward a geography of 'religion': mapping the distribution of an unstable signifier. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 96, p. 169–175, 2006.

JERRYSON, M.; JUERGENSMEYER, M. (ed.). **Buddhist warfare**. Oxford: Oxford University Press, 2010.

KARMA, S. The Sakya Tradition. In: **The Tibetan Buddhist Tradition**. New York: Wisdom Publications, 2005.

KENT, A. Reconfiguring security: Buddhism and moral legitimacy in Cambodia. **Security Dialogue**, v. 37, p. 343–360, 2006.

KEOWN, D. **Buddhism**: a very short introduction. Oxford: Oxford University Press, 1996.

- KOLÂS, A. Nationalism and the imagined community in Tibet. In: CIMMINO, R. **Ameaça do Tibet?** Repressão sistemática do budismo tibetano na China, 2018.
- KOLÂS, A. Tibetan nationalism: the politics of religion. **Journal of Peace Research**, v. 33, p. 51–66, 1996.
- KONG, L. Global shifts, theoretical shifts: changing geographies of religion. **Progress in Human Geography**, v. 34, p. 755–776, 2010.
- KONG, L. Mapping 'new' geographies of religion: politics and poetics in modernity. **Progress in Human Geography**, v. 25, p. 211–233, 2001.
- LAUMAKIS, S. **An Introduction to Buddhist Philosophy**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- LEI, H. **Foreign Ministry spokesperson Hong Lei's regular press conference on September 26, 2011**. Beijing: Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China, 2011. Disponível em: <http://www.fmprc.gov.cn/eng/xwfw/s2510/t863132.htm>. Acesso em: 20 maio 2025.
- LOPES, J. **Tibetan Buddhism in Diaspora: Cultural re-signification in practice and institutions**. London: Routledge, 2015.
- LOPEZ JR., D. (ed.). **Religions of Tibet in Practice**. Princeton: Princeton University Press, 1997.
- MACANN, C. **Four Phenomenological Philosophers: Husserl, Heidegger, Sartre, Merleau-Ponty**. New York: Psychology Press, 1993.
- MACKENZIE, V. **Reincarnation and Modernity: The Tulku Tradition in the West**. London: Routledge, 2014.
- MACKENZIE, V. **Reincarnation: The Boy Lama**. Somerville: Wisdom Publications, 1996.
- MAGNUSSON, J. A myth of Tibet: reverse orientalism and soft power. In: KLIEGER, P. C. (ed.). **Tibet, self, and the Tibetan diaspora: voices of difference**. Leiden: Brill, 2002. p. 195–212.
- MCCONNELL, F. Contextualising and contesting peace: geographies of Tibetan satyagraha. In: MEGORAN, N.; MCCONNELL, F.; WILLIAMS, P. (ed.). **Geographies of peace**. London: I. B. Tauris, 2014.
- MCCONNELL, F. Democracy-in-exile: the 'uniqueness' and limitations of exile Tibetan democracy. **Sociological Bulletin**, v. 58, n. 1, p. 115–144, 2009.

MCCONNELL, F. **The geopolitics of Buddhist reincarnation**: contested futures of Tibetan leadership. London: Royal Geographic Society, 2012.

MCCONNELL, F. **Rehearsing the State: The Political Practices of the Tibetan Government-in-Exile**. Oxford: Wiley-Blackwell, 2016.

MCGOVERN, J. **Congressional Statement on the 11th Panchen Lama**. Washington, DC, 2019.

MCGRANAHAN, C. **Arrested histories**: Tibet, the CIA and memories of a forgotten war. Durham: Duke University Press, 2010.

MEHRA, P. **Tibetan Polity, 1904–1937**. Wiesbaden: Otto Harrassowitz, 1976.

MILLS, M. This circle of kings: modern Tibetan visions of world peace. In: WYNN KIRBY, P. (ed.). **Boundless worlds**: an anthropological approach to movement. Oxford: Berghan Books, 2009. p. 95–114.

NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Nova York, 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 27 maio 2025.

NAÇÕES UNIDAS. **Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos**. Nova York, 1966. Disponível em: <https://www.ohchr.org/en/instruments-mechanisms/instruments/international-covenant-civil-and-political-rights>. Acesso em: 27 maio 2025.

NAIRN, R. **Living, Dreaming, Dying**: Practical Wisdom from the Tibetan Book of the Dead. Boulder: Shambhala, 2004.

NEUHAUS, T. **Tibet in the Western Imagination**. London: Palgrave Macmillan, 2012.

NHAT HANH, T. **Old Path White Clouds**: Walking in the Footsteps of the Buddha. Berkeley: Parallax Press, 1987.

NUMRICH, P. **Old Wisdom in the New World**: Americanization in Two Immigrant Theravada Buddhist Temples. Knoxville: University of Tennessee Press, 1996.

OBEYESEKERE, G. Religious Symbolism and Political Change in Ceylon. **Modern Ceylon Studies**, v. 1, n. 1, p. 43-63, 1972.

O GLOBO. **Com Tibete sob controle, sucessão do Dalai Lama ainda espreita a China**. 2024. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/com-Tibet-sob-controle-sucessao-do-dalai-lama-ainda-espreita-china-1-25135558>. Acesso em: 27 maio 2025.

OLDMEADOW, P. **Globalisation and Tibetan Buddhism**. Disponível em: <https://openjournals.library.sydney.edu.au/SSR/article/view/233/212>. Acesso em: 2 jun. 2025.

ONU. **Desaparecimentos forçados na China suscitam preocupação de especialistas da ONU**. Nações Unidas Brasil, 2025. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/56569-desaparecimentos-for%C3%A7ados-na-china-suscitam-preocupa%C3%A7%C3%A3o-de-especialistas-da-onu>. Acesso em: 27 maio 2025.

PADMASAMBHAVA. **The Tibetan Book of the Dead**. Oxford: Oxford University Press, 1927.

POMMARET, F. **Le Tibet: une civilisation blessée**. Paris: Gallimard, 2024.

QUEEN, C. S.; KING, S. (ed.). **Engaged Buddhism: Buddhist liberation movements in Asia**. New York: SUNY Press, 1996.

RESTREPO, M. **Transmission, legitimation, and adaptation: a study of Western lamas in the construction of 'American Tibetan Buddhism'**. 2013. 119 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Religiosos) – Florida International University, Miami, 2013.

RICHARDSON, H. **A Cultural History of Tibet**. Boulder: Prajna Press, 1980.

RICHARDSON, Hugh E. **Tibet and Its History**. Boston: Shambhala, 1984.

RINBOCHAY, L.; HOPKINS, J. **Death, Intermediate State, and Rebirth in Tibetan Buddhism**. Ithaca: Snow Lion, 1980.

RINPOCHE, S. **The Tibetan Book of Living and Dying**. San Francisco: Rider, 1992.

RINPOCHE, T. Mahamudra: The Moonlight of Wisdom. In: **Practices of the Kagyu School**. New York: Snow Lion Publications, 2010.

ROEMER, S. **The Tibetan Government-in-Exile: Politics at Large**. London: Routledge, 2008.

SAMUEL, G. **Civilized shamans: Buddhism in Tibetan societies**. Washington, DC: Smithsonian Institution Press, 1993.

SANGAY, L. **Testimony of Kalon Tripa Lobsang Sangay before the Tom Lantos Human Rights Commission**. Washington, DC: Tom Lantos Human Rights Commission, 3 nov. 2011. Disponível em: [http://tlhrc.house.gov/docs/transcripts/2011\\_11\\_03\\_Human\\_Rights\\_in\\_Tibet/Lobsang\\_Sangay\\_Testimony.pdf](http://tlhrc.house.gov/docs/transcripts/2011_11_03_Human_Rights_in_Tibet/Lobsang_Sangay_Testimony.pdf). Acesso em: 20 maio 2025.

SCHEDNECK, B. **Why choosing the next Dalai Lama will be a religious – as well as a political – issue.** The Conversation, 2025. Disponível em: <https://theconversation.com/why-choosing-the-next-dalai-lama-will-be-a-religious-as-well-as-a-political-issue-162796>. Acesso em: 1 jun. 2025.

SCHUH, D. On the relationship between religion and state in traditional Tibet. In: Cüppers, C. (ed.). **The relationship between religion and state in traditional Tibet.** Lumbini: Lumbini International Research Institute, 2004.

SCHÜTZ, Alfred. **Fenomenologia e relações sociais.** Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

SCHWARTZ, R. Renewal and resistance: Tibetan Buddhism in the modern era. In: HARRIS, I. (ed.). **Buddhism and politics in twentieth-century Asia.** London: Pinter, 1999. p. 229–253.

SEHGAL, S. China plays Dalai Lama succession card. **Asia Times Online**, 30 ago. 2011. Disponível em: <http://www.atimes.com/atimes/China/MH30Ad01.html>. Acesso em: 20 maio 2025.

SEIWERT, H. What Constitutes the Identity of a Religion? In: HAYES, V. **Identity Issues and World Religions.** Selected Proceedings of the Fifteenth Congress of the International Association for the History of Religions, Richmond, 1986.

SHAKABPA, T. W. D. **Tibet: a political history.** New Haven: Yale University Press, 1967.

SHAKYA, T. **The dragon in the land of snows: a history of modern Tibet since 1947.** New York: Columbia University Press, 1999.

SHIROMANY, A. A. (ed.). **The political philosophy of HH the XIV Dalai Lama: selected speeches and writings.** New Delhi: TPPRC, 1998.

SILVA, J. A. O que dizem budismo e hinduísmo sobre carma e reencarnação. **BBC News Brasil**, 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-59863483>. Acesso em: 20 maio 2025.

SLOBODNÍK, M. A Difficult Rebirth: Tibetan Reincarnations in the Spotlight of Chinese Religious Policy. **Studia Orientalia Slovaca**, v. 10, n. 1, p. 57-80, 2023.

SLOBODNÍK, M. The Perception of Tibet in China: between Disdain and Fascination. **Fu Jen Historical Journal**, v. 17, p. 71-90, nov. 2006.

- SMART, N. The importance of diasporas. *In*: SHAKED, S. *et al.* (ed.). **Gilgul: essays on transformation, revolution and permanence in the history of religions.** Leiden: Brill, 1987.
- SMITH, J. **Lama Yeshe and the Westernization of Tibetan Buddhism.** Oxford: Oxford University Press, 2001.
- SOPHER, D. **Geography of religions.** Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1967.
- SØRENSEN, P. The development and formation of religious historiography in Tibet. *In*: **Tibetan Buddhist historiography.** Leiden: Brill, 2013.
- SØRENSEN, P.; HAZOD, G. **Rulers on the celestial plain: ecclesiastic and secular hegemony in medieval Tibet.** Wien: Verlag der Österreichischen Akademie der Wissenschaften, 2007.
- SPERLING, E. **The Tibet-China Conflict: History and Polemics.** Washington, DC: East-West Center, 2004.
- SPIEGEL, G. The content of the form: narrative discourse and historical representation. **Baltimore: Johns Hopkins University Press**, 1987.
- STODDARD, H. Tibet from Buddhism to Communism. **Government and Opposition**, v. 21, n. 1, p. 76-94, 1986.
- STOKKE, K. Sinhalese and Tamil nationalism as post-colonial political projects from 'above', 1948–1983. **Political Geography**, v. 17, p. 83–113, 1998.
- STUDY BUDDHISM. **O que é reencarnação?** 2025. Disponível em: <https://studybuddhism.com/pt/budismo-tibetano/caminho-para-a-iluminacao/carma-e-renascimento/o-que-e-reencarnacao>. Acesso em: 20 maio 2025.
- STÜNKEL, K. M. Tradition, Recursivity, and Not Identity. *In*: STÜNKEL, K. M. **Key Concepts in the Study of Religions in Contact.** Leiden: Brill, 2025. p. 223–277.
- TANAKA, H. Landscape expression of the evolution of Buddhism in Japan. **The Canadian Geographer**, v. 28, p. 240–257, 1984.
- TEICHMAN, E. **Travels of a Consular Officer in Eastern Tibet.** Cambridge: Cambridge University Press, 1922.
- THONDUP, T. **Incarnation: The History and Mysticism of the Tulku Tradition of Tibet.** Boston: Shambhala Publications, 2011.

TIBET ACTION INSTITUTE. **Tibet's Boarding School System**: The Erasure of a Culture, 2021. Disponível em: <https://tibetaction.net/boardingschoolsreport>.

Acesso em: 18 ago. 2025.

TIBET JUSTICE CENTER. **Legal issues implicated by the Dalai Lama's devolution of power**. 2011. Disponível em:

<http://www.tibetjustice.org/dalailamadevolution/DevolutionMemo.pdf>. Acesso em: 20 maio 2025.

TIBET MUSEUM. **From Home To Exile**: Remembering March 17, 1959. 2023.

Disponível em: <https://tibetmuseum.org/exhibitions/travelling-exhibition/from-home-to-exile-remembering-march-17-1959/>. Acesso em: 26 maio 2025.

TIBET OFFICE. **Invasion After**. Dharamsala, [2015]. Disponível em:

<https://tibetoffice.org/invasion-after>. Acesso em: 1 set. 2025.

TIBET.NET. **His Holiness the Dalai Lama**. 2024. Disponível em:

<https://tibet.net/about-tibet/his-holiness/>. Acesso em: 26 maio 2025.

TIBET.NET. **Sustenance of Tibetan culture and religion crucial, says His Holiness the Dalai Lama**. 2014. Disponível em: <https://tibet.net/sustenance-of-tibetan-culture-and-religion-crucial-says-his-holiness-the-dalai-lama/>.

Acesso em: 26 maio 2025.

TIBETAN BUDDHIST RESOURCE CENTER. **Tibetan Buddhism**. Disponível em: <https://www.tbrc.org/tibetan-buddhism/>. Acesso em: 6 ago. 2025.

TIBETAN GOVERNMENT-IN-EXILE. **Tibet**: proving truth from facts.

Dharamsala: Department of Information and International Relations, 1993.

TIME. **A Conversation with the Dalai Lama**. 2004. Disponível em:

<https://time.com/archive/6657187/a-conversation-with-the-dalai-lama/>. Acesso em: 26 maio 2025.

TSUNDUE, T. Entrevista sobre o impacto do desaparecimento do Panchen Lama. **BBC News Brasil**, 2025. Disponível em:

<https://www.bbc.com/portuguese/articles/c057le6dp99o>. Acesso em: 27 maio 2025.

TULKU: The first recognized Western Tulku: Elijah Ary. **Tulkus.org**, 2023.

Disponível em: <https://www.tulkus.org/first-western-tulku>. Acesso em: 18 ago. 2025.

TURNER, B. S. **Religion and social theory**. London: Sage, 1991.

- TWEED, T. **The American Encounter with Buddhism, 1844-1912: Victorian Culture and the Limits of Dissent.** Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1992.
- USARSKI, F. Conflitos religiosos no âmbito do budismo internacional e suas repercussões no campo budista brasileiro. **Religião e Sociedade**, v. 25, 2006.
- USARSKI, F. **Key Concepts in the Study of Religions in Contact.** Leiden: Brill, 2025.
- USARSKI, F. Lama Michel – ein westlicher tulku und seine Funktionen innerhalb der Lama-Gangchen-Bewegung. **Zeitschrift für Religionswissenschaft (ZfR)**, v. 12, p. 23-42, 2004.
- USARSKI, F. Re(Making) Tradition in an International Tibetan Buddhist Movement: A Lesson from Lama Gangchen and Lama Michel. *In*: ENGLER, S.; GRIEVE, G. (ed.). **Historicizing Tradition in the Study of Religion.** Berlin: De Gruyter, 2005.
- USARSKI, F. **Religious Adaptation through Reincarnation?** São Paulo: Pontifical Catholic University of São Paulo, 1999.
- VAN DER KUIJP, L. Tibetan historiography. *In*: SCHAEFFER, K. R. (ed.). **The Tibetan history reader.** New York: Columbia University Press, 2013.
- VERHAEGEN, A. **The Dalai Lamas: The Institution and Its History.** New Delhi: D. K. Printworld, 2016.
- VOGLIOTTI, G. Western Visions of Tibet. *In*: GABINETTO SCIENTIFICO LETTERARIO G.P. VIEUSSEUX. **Il Tibet Fra Mito e Realta.** Firenze: Leo S. Olschki Editore, 2014.
- WADDELL, L. **The Buddhism of Tibet, or Lamaism.** Cambridge: W.H. Allen & Co., 1894.
- WANG-TOUTAIN, F. O Tibete entre impérios: formação e sobrevivência de uma identidade. **Ler História**, n. 69, 2016. Disponível em: <https://journals.openedition.org/lerhistoria/2499>. Acesso em: 26 maio 2025.
- WEHRSTEIN, K. M. **Tibetan Lamas Reincarnated in the West.** Psi Encyclopedia, 2017. Disponível em: <https://psi-encyclopedia.spr.ac.uk/articles/tibetan-lamas-reincarnated-west>.
- WEI, J. (ed.). **100 Questions about Tibet.** Beijing: Beijing Review Publications, 1989.

WHITE, H. **The content of the form**: narrative discourse and historical representation. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1987.

WILFORD, J. Sacred archipelagos: geographies of secularization. **Progress in Human Geography**, v. 34, p. 328–348, 2010.

ZABLOCKI, A. "The Global Mandala: The Transformation of the Tibetan World". In: ADAMS, Vincanne *et al.* (Org.). **Medicine Between Science and Religion: Explorations on Tibetan Grounds**. New York: Berghahn Books, 2010.

ZAP. **Nyima desapareceu há 30 anos**. A China não revela onde está o Panchen Lama reencarnado. 2025. Disponível em: <https://zap.aeiou.pt/nyima-desapareceu-ha-30-anos-a-china-nao-revela-onde-esta-o-pachen-lama-reencarnado-678476>. Acesso em: 27 maio 2025.

ZHANG, W. Religious Policy and Control in Tibet: The Case of the Panchen Lama. **Journal of Contemporary China Studies**, v. 12, n. 2, p. 45-62, 2023.